

LUCÍLIA DA SILVA MATOS
MIRLEIDE CHAAR BAHIA
(ORGANIZADORAS)

POLÍTICA PÚBLICA, MEMÓRIA E DIVERSIDADE

nas práticas de Esporte e Lazer
no Estado do Pará



EDITORA
Paka-Tatu

POLÍTICA PÚBLICA, MEMÓRIA E DIVERSIDADE

nas práticas de Esporte e Lazer
no Estado do Pará

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE E LAZER DA REDE CEDES DO PARÁ (CEDES-PA)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

Pró-Reitora: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

ICED - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Diretora: Selma Costa Pena

Diretor Adjunto: Carlos Nazareno Ferreira Borges

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Diretora: Maria da Conceição dos Santos Costa

Vice-Diretor: Wellington da Costa Pinheiro

Coordenadora do Centro CEDES - PA: Lucília da Silva Matos

Coordenadora Adjunta do Centro CEDES - PA: Mirleide Char Bahia

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Pesquisa Especial I: Observatório do esporte e do lazer de diferentes grupos sociais e étnicos do estado do Pará

Coordenadora: Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar – Universidade do Estado do Pará

Pesquisa Especial II: Memórias e diagnóstico do esporte em Belém do Pará

Coordenador: Douglas da Cunha Dias – Universidade Federal do Pará

Pesquisa Especial III: Mapeamento do perfil socioeconômico, acadêmico e profissional dos gestores, professores e militantes culturais / Formação e assessoramento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer

Coordenadora: Marta Genú Soares e Zaira Valeska Dantas da Fonseca – Universidade do Estado do Pará

CONSELHO EDITORIAL

Prof.^a Dra. Maria Manuel Baptista (Universidade de Aveiro – Portugal)

Prof. Dr. Carlos Nazareno Ferreira Borges (UFPA – Brasil)

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama (UFMG – Brasil)

Prof.^a Dra. Simone Aparecida Rechia (UFPR – Brasil)

Prof. Dr. Gustavo Maneschy Montenegro (UNIFAP – Brasil)

Prof. Dr. Augusto César Rios Leiro (UFBA – Brasil)

Prof. Dr. Fernando Mascarenhas (UNB – Brasil)

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo (UFPA – Brasil)

LUCÍLIA DA SILVA MATOS
MIRLEIDE CHAAR BAHIA
(ORGANIZADORAS)

POLÍTICA PÚBLICA, MEMÓRIA E DIVERSIDADE

nas práticas de Esporte e Lazer
no Estado do Pará



Belém | 2019

copyright © Lucília da Silva Matos • Mirleide Chaar Bahia - 2019

Editor geral: Armando Alves Filho
Editora adjunta: Suely Nascimento
Editor adjunto: Lucival Lobato
Setor Comercial: Sandra Teixeira Alves
Projeto editorial: Editora Paka-Tatu

Editora Paka-Tatu
Rua Bernal do Couto, 785 – Umarizal
CEP 66055-080 - Belém - Pará - Brasil
Telefone: (91) 2121-1169
contato@paka-tatu.com.br
www.editorapakatatu.com.br

Editoração

Ione Sena

Capa

Ione Sena

Revisão

Leonardo Porto Passos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Política pública, memória e diversidade nas práticas de esporte e lazer no Estado do Pará / Organizadoras Lucília da Silva Matos, Mirleide Chaar Bahia. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2019.
204 p. : il. ; 15,5 x 22 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7803-466-5

1. Esportes e Estado – Pará. 2. Lazer – Aspectos sociais.
3. Políticas públicas – Esporte e lazer. I. Matos, Lucília da Silva.
II. Bahia, Mirleide Chaar.

CDD 363.68098115

Elaborado por Mauricio Amormino Júnior – CRB6/2422

Sumário

PREFÁCIO	7
<i>Leila Mirtes Magalhães Pinto</i>	
APRESENTAÇÃO	11
<i>Lucília da Silva Matos e Mirleide Chaar Bahia</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER E POVOS INDÍGENAS	23
<i>Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar, Beleni Saete Grando e Pablo Freitas Carvalho</i>	
LAZER EM COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO NO ESTADO DO PARÁ	47
<i>Emerson Araújo de Campos, Laís Matos Cunha e Lana de Jesus Costa Assis</i>	
ESPORTE E LAZER EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA REALIDADE NO INTERIOR DA AMAZÔNIA	63
<i>Edna Ferreira Coelho Galvão, Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar, Aldenora Silva Leite, Margarete dos Reis Abreu e Lizane Brasil de Sousa</i>	
TOURADA: PRIMÓRDIO DO ESPORTE EM UMA BELÉM DO PARÁ SOB OS ACENOS DA MODERNIDADE (1870 a 1910)	79
<i>Douglas da Cunha Dias, Lucília da Silva Matos, Mirleide Chaar Bahia, Welington da Costa Pinheiro e Aline da Silva Oliveira</i>	
VIDA NAS PRAIAS E ESPORTES NÁUTICOS EM UMA BELÉM DO PARÁ (1870 aos anos de 1920)	99
<i>Douglas da Cunha Dias, Lucília da Silva Matos, Mirleide Chaar Bahia e Welington da Costa Pinheiro</i>	

A INFÂNCIA E AS PRÁTICAS CORPORAIS AO AR LIVRE NO PARÁ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	119
<i>Wellington da Costa Pinheiro, Douglas da Cunha Dias, Lucília da Silva Matos e Mirleide Chaar Bahia</i>	
AÇÕES DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE BELÉM	137
<i>Manoel do Espírito Santo Silva Júnior, Eliane do Socorro de Sousa Aguiar Brito, Anibal Correia Brito Neto e Marta Genú Soares</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER E A CONCEPÇÃO DE LAZER DOS GESTORES DE ANANINDEUA E MARITUBA-PA	153
<i>Joselene Ferreira Mota, Rhenan Ferreira de Freitas, Tayan Rogério Oliveira Carneiro e Zaira Valeska Dantas da Fonseca</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: UM ESTUDO COM OS GESTORES DOS MUNICÍPIOS DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ, SANTA IZABEL DO PARÁ E BENEVIDES	169
<i>Lucília da Silva Matos, Roseane do Socorro da Silva Matos Fernandes, Maria da Conceição dos Santos Costa, Fátima de Souza Moreira e Marlene Feitosa de Sousa</i>	
POLÍTICA DE PÃO E CIRCO: O QUE PENSAM OS AGENTES CULTURAIS DE CASTANHAL-PA SOBRE POLÍTICA DE LAZER..	185
<i>Dalva de Cássia Sampaio dos Santos, Marcelo Pereira de Almeida Ferreira, Maria Carolina Lima do Carmo e Thamires Morais Pantoja</i>	

Prefácio

Certa vez li que as árvores, que tanto admiramos, impedem a visão da floresta, mas que, por meio da pesquisa, os estudiosos têm condições de construir uma visão de conjunto e detalhes deste universo a desbravar, mesmo enquanto a bruma que encobre seus horizontes ainda não tenha se dissipado totalmente.

Esta foi a primeira sensação que tive ao ler este livro que, ao mesmo tempo em que comunica aos leitores uma produção coletiva com cuidadoso trabalho investigativo, sensível à complexidade dos problemas estudados, também tem a ambição de organizar detalhes concretos, revelando um emaranhado de impressões, que instigam outras buscas aventurosas e nada fáceis. Obra que nos dá uma “visão geral da floresta” a desbravarmos.

Com base em palavras de Boschetti (2009), mencionadas no último capítulo deste livro, o resultado final das pesquisas aqui socializadas revelam vários olhares que nos desafiam a refletir sobre políticas de esporte e lazer, pautando-se nos estudos de várias políticas sociais, desafiando-nos a “tentar superar enfoques restritos ou unilaterais, comumente utilizados para explicar sua emergência, funções ou implicações [...]; a discutir a (im)possibilidade de justiça social e equidade no capitalismo”, analisando os impactos das nossas políticas públicas de esporte e lazer a partir de situações delimitadas histórica e socialmente.

Tratam-se de análises fundamentais para os estudos fomentados pelo Programa Rede Cedes, uma vez que, ao longo da obra, são colocadas em pauta questões relacionadas aos povos indígenas, às populações quilombolas, às crianças, aos gestores, professores e outros agentes atuantes com as políticas públicas de esporte e lazer, bem como relacionadas aos participantes envolvidos com estas políticas e ações nos municípios estudados.

A relevância desses debates se destaca, especialmente, pelo fato do esporte e do lazer terem sido reconhecidos como direitos sociais de todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federal de 1988. E em consequência, esses direitos passaram a ser assegurados em constituições estaduais e leis orgânicas de municípios brasileiros.

Mas para que sejam de fato garantidos todos os direitos sociais, dentre eles o direito ao esporte e ao lazer, precisamos superar injustiças, exclusões e preconceitos de qualquer tipo. Nesse sentido, a equidade e o respeito à diversidade são elementos basilares, fundamentais à convivência social solidária e rica de oportunidades lúdicas e educativas de esporte e lazer, indispensáveis à garantia da qualidade de vida de todos.

Daí a importância desta obra.

Afinal, os estudos aqui relatados se debruçam sobre questões que nos permitem compreender aspectos históricos essenciais das sociedades, seus valores e conhecimentos vividos, (re)socializados pelos sujeitos tanto em relação ao lugar quanto em relação às práticas corporais vividas por crianças, famílias e sujeitos em geral nas experiências de lazer e esporte ao ar livre realizadas em lugares públicos, competições esportivas, escolas, dentre outros tantos lugares e situações. E à medida que tomamos consciência das experiências históricas locais, desenvolvidas por ações políticas comunitárias e governamentais, aumentam nossas possibilidades de leitura dos limites e das alternativas que temos tendo em vista a concretização dos direitos ao esporte e ao lazer.

Nesse sentido, a educação para a gestão e usufruto das políticas de esporte e lazer é outro tema basilar abordado neste livro. Educação que nos qualifique para atuar com as transformações sociais que afetam não só as relações entre trabalho e lazer, como também em relação às outras esferas de atuação humana, como na família, com a religião, na escola, dentre outras, que sofreram e ainda sofrem profundas e rápidas transformações históricas.

Neste contexto, as práticas de esporte e lazer não são fruídas da mesma forma pelos diferentes grupos sociais, pois têm como pano de fundo

suas condições socioeconômicas e culturais, como faixa etária, gênero, estereótipos, acesso a equipamentos, a diversidade de conteúdos culturais, dentre outras, que podem constituir barreiras que desafiam nossas políticas, especialmente as do estado do Pará, como discutem os autores deste livro, dialogando com vários sujeitos.

A forma como as pesquisas aqui apresentadas foram desenvolvidas destaca outra importante contribuição da obra. Isso porque os muitos diálogos estabelecidos deram visibilidade a sujeitos como: autores e participantes de estudos indígenas desenvolvidos pela Rede Cedes desde 2003; comunidade remanescente do quilombo América, localizado no município de Bragança/PA; sujeitos envolvidos e agentes culturais atuantes em políticas e ações de esporte e lazer no Pará (Belém, Castanhal, Ananindeua e Marituba); assim como gestores e/ou representantes de várias secretarias dos municípios paraenses de Santa Bárbara, Santa Izabel e Benevides.

Os pesquisadores ampliaram a leitura da realidade pesquisada por meio de diálogos relevantes mediados por fontes bibliográficas, além de fontes documentais impressas e iconográficas que permitiram outras discussões sobre: touradas e regatas festivas como elementos-chave do processo de desenvolvimento do esporte moderno em Belém; a nova cultura urbana nas praias e com os esportes náuticos de 1870 aos anos 1920; e práticas corporais da infância nas primeiras décadas do século XX.

Como afirmam as organizadoras desta obra, a imersão nos dados levantados, organizados e analisados permitiu não só superar a visão mitificada da região amazônica – a qual muitas vezes reduz as manifestações culturais do seu povo ao espetáculo exótico e folclórico, que “constituíram-se em processo de inferiorização e negação pelo colonizador da forma de viver do índio, do negro, do mestiço e do caboclo” (trecho da Apresentação do presente trabalho) –, mas sobretudo, com a discussão de questões básicas que podem contribuir com a formulação de diretrizes e o planejamento/implementação de programas, projetos e ações de esporte e lazer na Amazônia e, em especial, no estado do Pará.

Por um lado, este é um desafio posto para o Programa Rede Cedes. E para enfrentá-lo, merece destaque o fato inédito da implantação de centros de pesquisas em todos os estados da Região Norte, pela Snelis da Secretaria Especial de Esporte do Governo Federal.

Por outro lado, o novo desafio da Rede Cedes em todo Brasil, e especialmente na Região Norte, é o aprofundamento e a ampla socialização das discussões realizadas pelos seus centros de pesquisas, com vistas a contribuir para a qualificação de políticas e formação de gestores e outros agentes das políticas de esporte e lazer com conhecimento de suas realidades.

Para isso, a obra organizada pelo Cedes-PA é uma valiosa contribuição para os novos desafios do Programa.

Leila Mirtes Magalhães Pinto
Pesquisadora em Políticas Públicas de Esporte e Lazer,
docente da UFMG e coordenadora científica do Programa Rede Cedes
na implantação de seus centros de pesquisas até agosto de 2019.

Apresentação

Lucília da Silva Matos¹

Mirleide Chaar Bahia²

O livro traz análises das políticas públicas, memórias e diversidades das práticas de esporte e lazer do estado do Pará, que se localiza na Amazônia oriental, possui 1.247.954,320 Km² de extensão – representando 16,66% do território brasileiro e 26% da Amazônia – e é considerado o segundo maior estado do país. A distribuição do mapa regional do estado se configura como: Região Metropolitana, Região Guamá, Região Caeté, Região Tocantins, Região Capim, Região do Lago do Tucuruí, Região Carajás, Região Araguaia, Região Marajó, Região Xingu, Região Tapajós e Região do Baixo Amazonas. Em sua formação, o Pará teve um elevado número de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e japoneses, além das muitas influências africanas e, principalmente, indígenas. No estado, há 31 etnias indígenas espalhadas em 298 povoações, totalizando mais de 27 mil índios, de acordo com dados da Fundação Nacional do Índio – Funai (PARÁ, 2010).

Nas cidades amazônicas, o cenário possui nuances próprias, com formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de

¹ Doutora em Ciências Sociais. Professora do Instituto de Ciências da Educação (UFPA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Lazer e Ludicidade (Moçarai/UFPA). Coordenadora e Pesquisadora do Cedes-PA. E-mail: luciliasmato@gmail.com.

² Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Líder do Grupo de Pesquisa em Lazer, Ambiente e Sociedade (GPLAS - UFPA). Pesquisadora e coordenadora adjunta do Cedes-PA. E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

apropriação de seus recursos, e por isso, lócus de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto. As cidades na Amazônia constituem pontos de um sistema de redes sociais, culturais e econômicas, fomentando trocas agrícolas, extrativistas, industriais e comerciais, parte dele existindo na informalidade, podendo ser pensados como um conjunto de redes capazes de expressar “[...] as diferenciações sociais inter e intracidades, bem como as modalidades de participação dos atores sociais e econômicos. As formas de apropriação do território e de seus recursos são elementos distintivos dessas redes” (CASTRO, 2006, p. 14).

O estado do Pará, bem como as demais cidades amazônicas, vem aos poucos passando por processos contínuos de transformação relacionados aos aspectos da cadeia produtiva e à importância de determinadas atividades econômicas. As configurações sociais apresentam mudanças, quer pelo ritmo acelerado da urbanização, quer pelos reordenamentos espaciais e sociais, representados por novos espaços de lazer à população residente e aos visitantes (BAHIA; FIGUEIREDO, 2008).

Além das riquezas naturais e da diversidade que marca o meio ambiente do estado do Pará, notamos também a presença de uma rica cultura criada pelo povo que habita estas terras. Seja no meio urbano, seja no campo, o povo paraense desenvolveu costumes, hábitos, ritos e crenças oriundos do embate cultural vivido no período da colonização e da miscigenação entre as culturas europeia (principalmente portuguesa), afro e indígena (JASTES, 1996).

Embora a cultura paraense apresente elementos de resistência às influências da cultura massificada pela indústria cultural nacional, permanece imprescindível a superação de muitos desafios para que seja reconhecida e valorizada como modo de vida e de organização do povo caboclo. Um primeiro desafio que se coloca é a superação da visão mitificada da região amazônica, a qual reduz as manifestações culturais do seu povo ao espetáculo exótico e folclórico. É importante ressaltar que

a folclorização e o exotismo da cultura amazônida constituíram-se em processo de inferiorização e negação pelo colonizador da forma de viver do índio, do negro, do mestiço e do caboclo.

Partindo desse quadro de reflexões, defende-se que são necessárias bases sólidas de construções coletivas, democráticas e participativas no que diz respeito à adoção e formulação de diretrizes e planejamento que venham a implementar programas, projetos e ações de esporte e lazer na Amazônia e, em especial, no estado do Pará. Dessa maneira, os atores envolvidos nesse processo do setor público, do setor privado, de ONGs e da sociedade civil devem pautar suas ações nas características ecológicas e socioculturais e na necessidade de concretização de vivências em esporte e lazer de caráter crítico, norteadas pelo princípio da sustentabilidade (DIAS; LIMA; MOREIRA, 2011).

Há uma dificuldade de incentivos financeiros à produção de conhecimentos e socialização de pesquisas realizadas sobre políticas públicas de esporte e lazer na Região Norte do Brasil, o que acaba agudizando as diferenças sociais e econômicas da região quando comparadas ao eixo Sul-Sudeste, por exemplo. O *Diagnóstico do esporte e lazer na Região Norte Brasileira – o existente e o necessário* apontou a existência de “[...] um baixo atendimento da política estadual de esporte e lazer para a população, considerando a vocação turística do estado, a diversidade e efervescência cultural, a exuberância de recursos naturais e a grande iniciativa voluntária da comunidade de realização de atividades de esporte e lazer evidentes no estado como um todo” (DIAS; LIMA; MOREIRA, 2011, p. 147).

Para romper com esse cenário, tornou-se imprescindível a criação de mecanismos e estratégias capazes de fomentar e aglutinar pesquisas voltadas e comprometidas com o desenvolvimento humano da região. Acresça-se que o conhecimento produzido pelos resultados pode proporcionar um modelo de gestão de programas nessa área para subsidiar a elaboração de ações educativas devidamente adequadas aos diferentes níveis e especificidades da população em suas diversas faixas etárias,

principalmente as comunidades de baixa renda que, em certos casos, vivem em condições de vulnerabilidade.

Assim, assume-se a relevância da criação do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede Cedes, no estado do Pará, como possibilidade concretizada de aglutinação de estudos realizados por grupos de pesquisa de instituições de ensino superior do estado e oportunizadas, a partir de trabalhos em redes ou trabalhos específicos de cada grupo, a socialização de conhecimentos que podem qualificar as propostas de políticas públicas de esporte e lazer, que pode culminar na elaboração e execução de ações mais adequadas aos diferentes níveis e especificidades da população ora retratada.

Nesse sentido, este livro é a realização de mais uma das metas do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Estado do Pará (Cedes-PA), implantado em 2016 por meio do Edital 001/2015 do extinto Ministério do Esporte, que objetivou fomentar e socializar informações e conhecimentos fundamentados nas ciências humanas e sociais, visando à qualificação das políticas públicas de esporte e lazer no país por meio da implantação de centros de pesquisas nos estados do Brasil e no Distrito Federal.

O Cedes-PA já nasceu como expressão de uma importante ação colaborativa quando iniciou seus trabalhos envolvendo grupos de pesquisa pertencentes a três universidades públicas e um instituto federal: a Universidade Federal do Pará (UFPA), que é a sede executora do Centro, e as três instituições parceiras: a Universidade do Estado do Pará (UEPA), a Universidade do Oeste do Pará (UFOPA) e o Instituto Federal do Pará (IFPA).

Nestes últimos anos de efetivo trabalho, realizamos coletivamente os quatro principais objetivos do centro de pesquisas: estruturamos o centro de pesquisas, realizamos estudos e pesquisas científicas, socializamos conhecimentos e formamos/assessoramos pessoas e instituições. Nesta perspectiva, chegamos ao final deste convênio de mãos dadas com diversas(os) pesquisadoras(es) dos grupos de pesquisa que se uniram ao

Cedes-PA para colaborar, de acordo com suas produções epistêmicas em suas linhas de pesquisa. São eles: 1) Grupo de Estudo e Pesquisa Lazer e Ludicidade (Moçarai – UFPA); 2) Grupo de Estudos Indígenas na Amazônia (Geia – UEPA); 3) Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil (Gepei – UFOPA); 4) Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e Meio Ambiente (Lebios – UFPA); 5) Grupo de Estudo: Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (Lepel – UFPA); 6) Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Saúde de Povos Amazônidas (Gepespa – UEPA); 7) Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social (Etthos – IFPA); 8) Grupo de Pesquisa em Educação do Corpo, Práticas Físicas Institucionalizadas, Educação Física e Esporte (Hápax – UFPA); 9) Grupo de Pesquisa Experiências Inovadoras na Formação de Professor e Práticas Pedagógicas em Educação Física (Ressignificar – UEPA); 10) Grupo de Pesquisa Saberes e Práticas Educativas de Populações Quilombolas (Eduq – UEPA); 11) Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade (Gplas – UFPA); 12) Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia (Geperuaz – UFPA); e 13) Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física (Gepef – UFPA).³

Os textos presentes neste livro – e não poderia ser diferente – fazem parte desse esforço coletivo construído em torno de três projetos de pesquisa estruturantes do Cedes-PA, que serão apresentados nesta mesma ordem: 1) Observatório do esporte e do lazer de diferentes grupos sociais e étnicos do estado do Pará; 2) Memórias do esporte em Belém do Pará; e 3) Mapeamento do perfil socioeconômico, acadêmico e profissional dos gestores, professores e militantes culturais – Formação e assessoramento de políticas públicas de esporte e lazer. Devido à grande quantidade de

³ Aproveitamos para agradecer a presença de dois grupos de pesquisa que estiveram conosco nos primeiros meses do Cedes-PA e que tiveram que sair por incompatibilidade de tempo para atuarem nos projetos. São eles o Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura do Corpo, Educação Arte e Lazer (Lacor – UFPA) e o Grupo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (Geabi – UFPA). Quem sabe no futuro possamos estar juntos novamente. Nossos agradecimentos.

dados gerados em cada pesquisa e ao limitado número de páginas que dispomos neste livro, foi necessário um esforço de cortes para compor a obra, de modo que seguiremos na elaboração de outros textos a serem publicados em revistas, livros e anais de eventos, na ampliação da produção do conhecimento relativo às políticas públicas, memórias e diversidades nas práticas de esporte e lazer no estado do Pará.

Os três primeiros capítulos que dão início a este livro são oriundos do projeto de pesquisa intitulado *Observatório do Esporte e do Lazer de Diferentes Grupos Sociais e Étnicos do Estado do Pará*, que visa implementar pesquisas e monitoramento de espaços e práticas de esporte e lazer entre os diferentes grupos étnicos do estado do Pará, que historicamente pouco têm se beneficiado com políticas públicas de esporte e lazer.

No capítulo intitulado ‘Políticas públicas de esporte e lazer e povos indígenas’, Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar, Beleni Salette Grandó e Pablo Freitas Carvalho apresentam a pesquisa realizada com os povos indígenas no estado do Pará, na qual foi possível mapear e caracterizar as práticas e os equipamentos de esporte e lazer dos grupos participantes, identificando suas estratégias de apropriação e as problemáticas contextuais de acesso e usos do direito ao esporte e ao lazer, que poderão alimentar a ampliação e o surgimento de novos estudos.

O texto desenvolvido por Emerson Araújo de Campos, Laís Matos Cunha e Lana de Jesus Costa Assis, apresenta a temática “Lazer em Comunidade Remanescente de Quilombo no Estado do Pará”, o qual tem como objetivo identificar e analisar espaços, políticas públicas e práticas de lazer de uma comunidade remanescente de quilombo no Estado do Pará. Enquanto resultados identificaram diferentes espaços, práticas e políticas de esporte e lazer, com valorização do futebol e de eventos festivos, como os em comemoração ao dia da Consciência Negra. Enquanto limites, elencaram o atendimento limitado de determinado público do programa de esporte e lazer em andamento na comunidade e a ausência de equipamentos públicos de esporte e lazer implementados pelos governos.

Edna Ferreira Coelho Galvão, Joelma Cristina Parente Monteiro, Aldenora Silva Leite, Margarete dos Reis Abre, Lizane Brasil de Sousa socializam a pesquisa realizada em dois municípios da região oeste do Pará, com comunidades quilombolas, acerca das políticas públicas, equipamentos e manifestações de esporte e lazer presentes no cotidiano dos comunitários. Entre os resultados apontados, as autoras afirmam que as atividades de esporte e lazer são promovidas pelos próprios comunitários ou dirigentes de clubes ou associações, tendo o futebol, a dança, as festas, o banho de igarapé e o vôlei como as atividades mais presentes. Os maiores problemas relatados pelos comunitários envolvem a infraestrutura das estradas, o álcool, principalmente entre adolescentes, e a gravidez na adolescência. Estas comunidades são alijadas de seus direitos de acesso às políticas públicas de esporte e lazer, contudo, ressignificam seus espaços comunitários criando alternativas para a vivência do esporte e lazer. O sentido de coletividade garante a mobilização dos comunitários para a criação e promoção dessas práticas, contudo, há que se pensar em estratégias educativas para que o uso do tempo livre não se configure em apenas ocupação do tempo, mas que o tempo do lazer seja também um momento de formação humana.

Os três capítulos que seguem fazem parte da pesquisa *Memória do Esporte em Belém do Pará*, a qual tem como objetivo pesquisar as fontes históricas sobre o esporte, as atividades de recreio e a educação física em Belém do Pará por meio de catalogação, registro e preservação, resguardando-as e tornando-as públicas para a compreensão dos tempos idos a partir de suas memórias.

O capítulo que abre o eixo memória é intitulado ‘Tourada: primórdio do esporte em Belém do Pará sob os acenos da modernidade (1870 a 1910)’, de Douglas da Cunha Dias, Lucília da Silva Matos, Mirleide Chaar Bahia, Welington da Costa Pinheiro e Aline da Silva Oliveira, no qual os autores, por meio da análise de jornais locais do período de 1870 a 1910, denominado como *Belle Époque*, concluem que a tourada foi um dos primórdios do esporte em Belém.

Em seguida, no capítulo denominado de a ‘Vida nas praias e esportes náuticos em uma Belém do Pará (1870 aos anos de 1920)’, Douglas da Cunha Dias, Lucília da Silva Matos, Mirleide Chaar Bahia e Wellington da Costa Pinheiro, tendo como fontes jornais coevos, concluem que tais momentos compuseram a cultura urbana então forjada.

Para finalizar o eixo memória, Wellington da Costa Pinheiro, Douglas da Cunha Dias, Lucília da Silva Matos e Mirleide Chaar Bahia apresentam ‘A infância e as práticas corporais ao ar livre no Pará nas primeiras décadas do século XX’, em que, por meio de pesquisa em fontes como álbuns, jornais e revistas educacionais, discorrem acerca das mudanças advindas da economia da borracha, a qual provocou o remodelamento do espaço urbano e o surgimento de novas dinâmicas na vida das pessoas, e revelam as práticas corporais ao ar livre destinadas à infância e os sentidos atribuídos a essas, nas primeiras décadas do século XX, na realidade paraense.

Os quatro capítulos finais deste livro fazem parte da pesquisa denominada *Mapeamento do perfil socioeconômico, acadêmico e profissional dos gestores, professores e militantes culturais – Formação e assessoramento de políticas públicas de esporte e lazer*, na qual buscou-se responder como se configura o perfil dos sujeitos sociais que atuam nas políticas de esporte e lazer na região metropolitana de Belém. Localizada nesta questão central, a pesquisa é desenvolvida com base no referencial teórico sobre políticas de esporte e lazer, gestão e participação social.

No primeiro texto que trata de tal enfoque, a temática é sobre as ‘Ações de esporte e lazer no município de Belém’, de Manoel do Espírito Santo Silva Júnior, Eliane do Socorro de Sousa Aguiar Brito, Anibal Correia Brito Neto e Marta Genú Soares. Em sua pesquisa, os pesquisadores buscam mapear as ações de esporte e lazer na cidade de Belém, identificar os sujeitos culturais e caracterizar as concepções de lazer e as condições de oferta e trabalho desses sujeitos. Para tanto, elegem os conceitos de lazer na perspectiva do direito social e do esporte como prática social, e destacam a arte como vivência e as manifestações artístico-culturais como resistência.

Concluem que ações para o esporte e lazer devem ser assumidas pelo poder público na mesma medida que a saúde e educação, e que a construção e o planejamento devem ser coletivizados com a população para o atendimento à singularidade local e regional.

‘Políticas públicas de esporte e lazer e a concepção de lazer dos gestores de Ananindeua e Marituba-PA’ é o capítulo desenvolvido por Joselene Ferreira Mota, Rhenan Ferreira de Freitas, Tayan Rogério Oliveira Carneiro e Zaira Valeska Dantas da Fonseca, no qual analisam a concepção de lazer dos gestores destes municípios e verificam que os gestores apresentam uma concepção de lazer ainda centrada na oferta de atividades, com perspectiva funcionalista, além do que, percebem que a noção de direito social ainda é incipiente

No capítulo ‘Políticas públicas de lazer na região metropolitana de Belém: um estudo com gestores dos municípios de Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Benevides’, Lucília da Silva Matos, Roseane do Socorro da Silva Matos Fernandes, Maria da Conceição dos Santos Costa, Fátima de Souza Moreira e Marlene Feitosa de Sousa apresentam duas questões: Quais as principais ações de esporte e lazer desenvolvidas nos municípios? Quais os principais limites para a efetivação das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios? Os resultados apresentados pelas autoras evidenciam que as ações desenvolvidas pelos gestores se concentram em eventos esportivos, atividades com foco na saúde e em projetos de cunho social; que os principais limites para a efetivação das políticas públicas de esporte e lazer se concentram na ausência de qualificação profissional, na falta de recursos financeiros, em ações setorizadas e em quadro funcional composto, em sua grande maioria, por servidores temporários. E concluem ainda que o lazer como um direito social, como política pública para todos, na superação das barreiras que edificam a exclusão social, ainda precisa inverter muitos paradigmas nos municípios pesquisados.

Para finalizar o livro, o capítulo desenvolvido por Dalva de Cássia Sampaio dos Santos, Marcelo Pereira de Almeida Ferreira, Maria Carolina

Lima do Carmo e Thamires Morais Pantoja, trata da ‘Política de pão e circo: o que pensam sobre política de lazer, os agentes culturais de Castanhal-PA’ por meio da análise acerca da compreensão sobre o lazer dos agentes culturais de Castanhal. E concluem que os agentes culturais do município possuem uma visão do lazer praticada pelo estado como uma política de “pão e circo”, pautada em eventos, privilegiando setores já consagrados e/ou favorecendo interesses privados. Por outro lado, o lazer produzido pelos movimentos culturais da cidade tem tratado este como um instrumento de acesso aos direitos culturais e de transformação da realidade.

Gostaríamos de agradecer a todas as instituições e pessoas que contribuem com o Cedes-PA: ao Ministério da Cidadania, à Secretaria Especial do Esporte, à Universidade Federal do Pará, à Pró-Reitoria de Pesquisa, ao Instituto de Ciências da Educação e à Faculdade de Educação Física da UFPA por todo o apoio que nos foi concedido. Agradecer à Universidade Federal do Oeste do Pará por meio do pesquisador Dr. Hergos R. Froes de Couto, à Universidade do Estado do Pará e ao Instituto Federal do Pará pela parceria. Agradecer aos representantes do Controle Social do Cedes-PA: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e a Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer (ANPEL). Por fim, agradecer a todos(as) os(as) estagiários(as) e voluntários(as) que trabalharam em algum momento no Cedes-PA⁴ e em especial agradecer a todos os grupos de pesquisa e aos(as) pesquisadores(as) bolsistas e/ou colaboradores(as).⁵

⁴ Aline da Silva Oliveira, Ana Paula Souza Ribeiro, Bruno Luiz Diniz Santa Brigida, Carla Loyana Dias Teixeira, Carlos Guilherme Pereira Queiroz, Deyveson Gama Leal, Géssica de Almeida Duarte, Jonas Gomes Pinheiro, Keren Cristina da Costa Ferreira, Laís Matos Cunha, Lana de Jesus Costa Assis, Maria Carolina Lima do Carmo, Pablo Freitas Carvalho, Samuel Mangueira Costa, Rhenan Ferreira de Freitas, Stefanie da Conceição Franco, Thamires Morais Pantoja e Tayan Rogério Oliveira Carneiro.

⁵ Pesquisadores colaboradores: Aldenora Silva Leite, Adnelson Araújo dos Santos, Aníbal C. Brito Neto, Beleni Salete Grando, Dalva de Cássia S. dos Santos, Elton V. O. de Sousa, Edna Ferreira C. Galvão, Eliane do S. de S. Aguiar Brito, Emerson Araújo de

Para além do escrito neste livro, há muito o que se contar acerca das pesquisas desenvolvidas até o momento no Cedes-PA, e muitas ainda estão por vir. Boa leitura a todos(as)!

Referências

BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Sílvio Lima. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. *Licere*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, ago. 2008.

CASTRO, Edna. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: CASTRO, Edna (Org). *Belém de águas e ilhas*. Belém: Cejup, 2006, p. 13-21.

DIAS, D. C.; LIMA, P. C.; MOREIRA, F. S. Diagnóstico do acesso ao esporte e lazer da população do estado do Pará por meio das políticas públicas. In: SOARES, A. et al. (Orgs.). *Diagnóstico do esporte e lazer na Região Norte Brasileira: o existente e o necessário*. Manaus: Edua, 2011.

JASTES, Edér Robson Mendes. *Dança folclórica na escola NPI UFPA: um estudo de caso*. Belém, 1996. Monografia (Especialização em Educação Física Escolar) –Universidade Federal do Pará.

GOVERNO do Estado do Pará. *O Estado do Pará*. Disponível em: <http://www.pa.gov.br/O_Para/opara.asp>. Acesso em: 11 jan. 2010.

Campos, Emerson Duarte Monte, Fátima M. de Sousa, Hergos R. Froes de Couto, Joselene F. Mota, Lizane Brasil de Sousa, Marcelo P. de A. Ferreira, Margarete dos Reis Abre, Maria da Conceição dos S. Costa, Marlene F. de Sousa, Manoel do Espírito Santo Silva Júnior, Ney F. França, Robson dos S. Bastos, Roseane do S. S. M. Fernandes e Wellington C. Pinheiro.

Políticas públicas de esporte e lazer e povos indígenas

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar¹

Beleni Salete Grando²

Pablo Freitas Carvalho³

Introdução

O projeto ‘Observatório do Esporte e do Lazer’ caracteriza-se por ações de pesquisa e monitoramento de espaços e práticas esportivas e de lazer, sejam elas de caráter público ou privado, governamental ou não governamental, manifestadas pelos diferentes grupos sociais e étnicos do estado do Pará, que são historicamente considerados socialmente vulneráveis e pouco têm se beneficiado das políticas públicas de esporte e lazer.

A relevância social desta pesquisa está na perspectiva de, a partir dos resultados obtidos, fomentar processos de democratização e controle social dos grupos participantes na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação das políticas públicas implantadas e implementadas pelo poder público.

A pesquisa possibilitou mapear e caracterizar as práticas e os equipamentos de esporte e lazer dos grupos participantes, identificando

¹ Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutora em Educação. Pesquisadora do Projeto Especial I do Cedes-PA. Coordenadora do Núcleo de Formação Indígena. Líder do Grupo de Estudos Indígenas na Amazônia (Geia) de Belém-PA. E-mail: joelmaalencar@uepa.br.

² Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Pesquisadora Colaboradora do Projeto Especial I do Cedes-PA. Doutora em Educação. Líder do Grupo Corpo e Educação (Coeduc) de Cuiabá-MG. E-mail: beleni.grando@gmail.com.

³ Universidade do Estado do Pará. Acadêmico do Curso de Educação Física. Bolsista do Projeto Especial I do Cedes-PA/Geia/Nufi. E-mail: pablocarvalho37@gmail.com.

suas estratégias de apropriação e as problemáticas contextuais de acesso e usos do direito ao esporte e ao lazer, que poderão alimentar a ampliação e o surgimento de novos estudos.

As ações que compõem o ‘Observatório do Esporte e do Lazer no Estado do Pará’ foram desenvolvidas por três grupos de pesquisa do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede Cedes no Estado do Pará: Grupo de Estudos Indígenas na Amazônia (Geia/UEPA) em parceria com o Grupo Corpo, Educação e Cultura (Coedc/UFMT), Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social (Etthos/IFPA) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Saúde de Povos Amazônidas (Gepespa/UEPA).

As atividades foram organizadas em: *Ações de estudo*, entre os participantes dos grupos de pesquisa sobre os determinantes epistemológicos das políticas públicas e as políticas públicas de esporte e lazer; e *Ações de pesquisa*, sobre as práticas esportivas e de lazer dos diferentes grupos sociais e étnicos do estado do Pará, em que cada grupo de pesquisa ficou responsável em mapear e registrar tais práticas em regiões do estado onde foram desenvolvidas as pesquisas dos grupos.

Especificamente, o Geia assumiu a pesquisa junto às comunidades indígenas do Pará, e procedeu o levantamento sobre as práticas corporais ancestrais, tradicionais e interculturais em busca de informações sobre seus hábitos culturais nas horas livres e as relações destes com o trabalho. Em parceria com o COEDUC/UFMT, foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais sobre a temática e análises a partir de fóruns de debates em que os indígenas protagonizaram a apresentação de questões relacionadas ao tema promovidos pelo Ministério do Esporte e Secretarias de Esporte e Lazer.

Em 2010, iniciamos o diálogo entre os dois grupos de pesquisa, com a realização do III Simpósio de Cultura Corporal e Povos Indígenas: Jogos Indígenas: saúde e educação intercultural, realizado em Cuiabá no ano de 2010, no qual Joelma Parente Alencar contribuiu com a temática ‘Os territórios etnoculturais e a influência nas práticas corporais indígenas’.

A pesquisa articulada a ações de debate com indígenas e pesquisadoras atuantes na mobilização de políticas públicas explicita que as relações entre diferentes culturas e formas de compreender e viver os processos civilizatórios influenciam e impactam as práticas tradicionais dos povos originários, diretamente relacionado ao tempo de contato entre elas, sejam seculares como os povos do Nordeste ou mais recentes como as identificadas entre alguns povos do Pará e do Mato Grosso. Porém o que se presencia cada vez mais, é uma relação imposta, “[...] principalmente, pelo avanço das fronteiras agrícolas e de exploração da terra, marcada pelo conflito de diferentes formas de se relacionar com o ambiente e nele produzir vida” (GRANDO, 2009, p. 44).

Para reconhecer essas diferentes realidades, foi realizado o mapeamento da pesquisa no Pará por meio de observação participante, aplicação de questionários abertos e entrevistas semiestruturadas, contando com a participação de estudantes e professores vinculados ao Geia. Sendo os equipamentos e as manifestações identificados e registrados por fotos e audiovisual. A análise documental foi importante para que, à luz da teoria, pudéssemos analisar criticamente os planos de governo das regiões no tocante às políticas de esporte e lazer e confrontá-los com o que foi revelado pelos grupos sociais e étnicos. Os dados foram analisados em seu conteúdo e apresentados em categorias construídas a partir dos registros da pesquisa.

Reflexões iniciais sobre lazer e esporte entre os povos indígenas

As vivências em contextos indígenas nos levam a acreditar que as categorias esporte e lazer entre os povos indígenas se encontram articuladas e situadas num processo próprio civilizador de cada povo indígena e na relação deste com o sistema capitalista, historicamente imposto pela sociedade nacional. De modo que tais categorias foram adquiridas ao longo dos processos de contato de cada povo com a colonialidade, e que

não fazem parte do seu repertório identitário-tradicional/ancestral. Em outras palavras, assim como a educação escolarizada, o esporte e o lazer se constituem em aspectos considerados frutos das relações históricas conflituvas, que podem ou não potencializar processos interculturais nos quais os indígenas se apropriam e os ressignificam como estratégias de luta e resistência frente às situações conflituvas e de opressão demandadas pelos não indígenas.

Por interculturalidade, compreendemos possibilidades que são muito distintas, conforme as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos de culturas diferentes. O reconhecimento da igualdade de direitos e do respeito a outras formas de compreender-se na relação com o outro e pela coletividade são elementos relevantes para o que buscam os povos indígenas.

Para tal, há que ser compreendido com Walsh (2009, p. 34) o sentido dado pelos colonizadores no enfrentamento mortal às culturas e aos povos originários pela imposição à processos de desumanização: “Para Fanon, é o colonialismo, ‘o arsenal de complexos desenvolvidos pelo ambiente colonial’ [...] que envolve e promove a desumanização, dando assim uma especificidade ao contexto de opressão e dominação que é a condição colonial”.

Em sua perspectiva, pensar o esporte e o lazer para os povos indígenas implica em afirmar que o trabalho, como um elemento para se pensar o lazer, torna-se importante quando o reconhecemos como parte da organização social e tradicional dos povos indígenas, pois assume o sentido de suprir a necessidade momentânea, e não de acúmulo do capital. Diferentemente da sociedade ocidental, em contexto ameríndio, a unidade econômica se constitui pela aldeia e pela família numa relação de cooperação mútua entre os diferentes membros para o provimento do grupo. Essa unidade se fundamenta na utilização coletiva das matas onde caçam, plantam e coletam, dos rios onde pescam e de toda a natureza circundante, como fonte comum dos materiais com que o grupo cria os artefatos de que necessita (RIBEIRO, 1970).

Cada membro é habituado desde a infância a operar dentro desse sistema, como integrante igual a todos os outros quanto ao direito às fontes de subsistência oferecidas pela natureza ou criadas pelo trabalho coletivo. Não somente é educado na realização das tarefas produtivas, mas também estimulado a realizá-las com perfeição, porque sua posição social, seu prestígio aos olhos do grupo, decorre em grande parte do virtuosismo que demonstre no domínio das técnicas tradicionais (RIBEIRO, 1970). Assim, ao lado das tarefas coletivas, há lugar para as individuais. Exemplificando, cada membro, ao fabricar seus objetos de uso pessoal, desde as armas até os adornos, atribui-lhes como pertencimento duplamente significado, tanto por serem fruto do próprio trabalho como por exprimirem sua personalidade, seu estilo pessoal, que também é grupal.

Com isso, compreende-se que o ritmo do trabalho, por exemplo, obedece às necessidades de cada grupo e contexto no qual vive, cuja densidade é mais ou menos intensa em determinadas fases do ano (safra da castanha, do milho, da mandioca, entre outras) e conforme as dificuldades que se apresentam para a consecução de tarefas socialmente determinadas.

A dinâmica de cada sociedade tradicional organiza assim todo um processo de educação que se estabelece desde muito cedo, quando as crianças conhecem a importância de ser um bom caçador ou outra atividade social relevante para a coletividade, tanto em relação à economia quanto em relação à posição simbólica que este assume em cada fase da vida. As práticas sociais vão sendo apropriadas por meio das brincadeiras, que simulam todos os procedimentos que as crianças vivenciam com os adultos e que garantem a vida coletiva. Sejam a prática da caça ou o trabalho na roça, potencializam-se pelo ato de brincar a experiência e pelo aprimoramento das técnicas corporais necessárias para a identificação de seu lugar social.

Um exemplo da educação do corpo é a apropriação da técnica segura para dominar o arco e a flecha e também a sua feitura, que é diversa tanto em relação ao seu uso material quanto simbólico. As práticas corporais são

construídas num espaço-tempo que compõem os alicerces dos saberes e da tradição de cada povo, cujas manifestações estão nos domínios corpo-natureza-cultura.

Assim, as técnicas corporais indígenas podem ser compreendidas simultaneamente como significantes e significadas, que permitem a comunicação e a circulação de energia do corpo para o mundo segundo dispositivos precisos que o identificam como o arco, a flecha, os adornos e as pinturas corporais que decorrem de diferentes fontes identitárias. Nessa perspectiva, os momentos lúdicos podem ocorrer tanto no centro da aldeia durante as festividades quanto nas roças e rios durante as práticas de subsistência. “Não há, portanto, separação entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer, pois ambos são direcionados a partir das características próprias de cada momento, como o tempo de plantar e o tempo de colher, por exemplo” (ROCHA; SILVA, 2002, p. 135).

As mudanças na organização e nas maneiras dos povos indígenas em vivenciarem suas práticas sociais deram outros sentidos e significações às práticas corporais. Os ataques à territorialidade indígena, com as perdas territoriais e o enfraquecimento das práticas ancestrais de subsistência, reconfiguraram a organização social e de manifestações do patrimônio cultural. Junte-se a isso a inserção de outras formas de trabalho nas aldeias que trouxeram também uma nova forma de aplicação do tempo, assim como da forma individualizada de valor agregado a essas novas ocupações.

A diminuição do território também diminuiu a disponibilidade de plantas e animais, símbolos das práticas corporais tradicionais, das cerimônias e dos rituais indígenas. Instituições como a escola e a igreja são exemplos de espaços nas aldeias que demandaram novos papéis sociais aos membros da comunidade, impactando na distribuição do tempo para as atividades do cotidiano. A inserção do horário televisivo e do calendário escolar passou a orientar os momentos livres para a convivência coletiva e com os velhos sábios, o que de certa maneira, mudou a referência de quem orienta a vida na aldeia. Contudo,

Compreendendo o lazer como prática relacionada ao fenômeno industrial e, especialmente, urbano nas sociedades ocidentais, relacionar o tema aos povos indígenas seria, no mínimo, arriscado. Por outro lado, se a população autóctone possui (ou possuía) uma visão cíclica de tempo, tornando estranha a ideia de um tempo livre cronometrado, é real a contaminação de visões de mundo entre os grupos culturais no país. Nesse sentido, pode ser inexato falar em lazer indígena, mas a dimensão da diversão e das práticas corporais estão presentes na cultura desses povos, devendo servir de parâmetro para ações multiculturais (SANTOS et al., 2010, p. 2).

O cenário de lazer entre os povos indígenas envolvido em nossas pesquisas tem nos mostrado a capacidade deles em transitar entre as práticas de lazer ocidentais e as suas práticas corporais tradicionais. Aqui, o trânsito espacial também pode ser considerado, já que a proximidade de algumas aldeias com as cidades permite aos indígenas o deslocamento e o acesso às manifestações esportivas e culturais não indígenas, como as festas com músicas eletrônicas, gincanas e torneios de futebol, entre outras práticas levadas para dentro das aldeias e que preenchem o tempo livre, muitas vezes deixado de lado pela ausência das práticas ritualísticas tradicionais.

Ao se referir às políticas públicas no Brasil, e em especial ao trazer contribuições para o debate para o esporte e lazer para os povos indígenas, Luciano Baniwa (2015, p. 29)⁴ aponta para o fato de elas ainda serem “pensadas e operadas a partir de conceitos e estereótipos coloniais preconceituosos ou no mínimo de muita desinformação”, como expressa a fala de gestores ao se referir à política, como nos questiona o autor sobre o sentido do poder público, quando afirma sobre a necessidade de “levar esporte e lazer” às comunidades indígenas, pois trata-se de:

[...] enorme equívoco, pois todas as sociedades e culturas humanas desenvolvem experiências apuradas e complexas de esporte e lazer. As atividades de esporte e lazer dos povos indígenas (cerimônias ritualísticas,

⁴ Publicação referente à palestra proferida no IV Simpósio Nacional de Cultura Corporal e Povos Indígenas, realizada em agosto de 2015 na cidade de Manaus, pela UFAM. In: SOARES, Artemis de Araújo (Org.). *Efeitos dos eventos esportivos nas práticas tradicionais*. Manaus, AM: Ufam, 2015, 343 p.

corridas de toras, competições de arco e flecha, canoagem, tantos outros) podem ser muito diferentes das atividades esportivas e de lazer do mundo branco (futebol, pingue-pongue, yoga, etc.), mas são equivalentes em termos de valor, conhecimento e sentido (BANIWA, 2015, p. 30).

Assim, considera-se este campo como complexo em si, pois tanto essas atividades de vivências corporais diversas quanto as que são específicas para cada povo implicam em formas de reconhecer ou não o protagonismo dos povos tradicionais em suas formas próprias de organização e construção sociocultural de práticas corporais para atender necessidades de competição e/ou lazer. Um desafio para as políticas públicas não “criarem dependências”, ou seja, “novas tutelas, novos colonialismos e novas formas de dominação que enfraquecem o tão sonhado processo de protagonismo e autonomia étnica e territorial dos povos indígenas” (BANIWA, 2015, p. 30).

A apreensão do esporte pelos indígenas como um dos instrumentos de resistência contribui para a ampliação das suas funções sociais que até então eram desempenhadas estritamente por suas práticas corporais tradicionais orientadas por seus mitos e saberes ancestrais. Nesse sentido, o esporte empresta às práticas corporais tradicionais indígenas uma ação nova e própria da sociedade envolvente, da qual precisam se apropriar de seus códigos e linguagens para com ela dialogar em condições igualitárias, e ainda, obter uma visibilidade social estratégica. Nesse cenário, então, as práticas corporais consideradas caracteristicamente ancestrais, tradicionais e ritualísticas, e que no momento se encontram ameaçadas e frágeis culturalmente, são apreendidas por sua revitalização e fortalecimento.

Dentre as práticas de lazer, os torneios de futebol se destacaram em praticamente todas as aldeias.

Ações de políticas públicas de esporte e lazer para povos indígenas

O ponto de partida para melhores informações sobre o cenário das políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas no estado do

Pará, dentro de uma política nacional, foi a retomada da pesquisa realizada por Alencar (2015), em que foram pesquisados documentos e informações disponibilizados no site do Ministério do Esporte (ME), assim como foram realizadas observações feitas em momentos dos jogos dos povos indígenas. Na busca por informações no site do ME, utilizou-se como elemento de identificação palavras como ‘índio’, ‘indígenas’ e nomes de etnias, principalmente do Pará. Foram considerados os projetos inseridos na aba *Esporte, Educação-Lazer e Inclusão Social*, nos quais se considerou para análise todos os documentos disponibilizados, como editais, programas e projetos, e ainda os relatórios de gestão.

A avaliação dos dados foi realizada sob o olhar acadêmico-científico e delimitada pela proposição de projetos e/ou programas de esporte e lazer para os povos indígenas desenvolvidos pelo Governo Federal no período de 2003 a 2011. Os dados levantados indicaram que, no período eleito, ocorreu por parte do Ministério do Esporte certo aumento nos programas e projetos envolvendo povos indígenas.

Os dados disponibilizados pelo site do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – Rede Cedex permitiram verificar as pesquisas realizadas no período de 2003 a 2010, e foram encontrados três registros, a saber: uma pesquisa na Região Norte, desenvolvida pela UFAP, com o título *Futebol Karipuna: um estudo fotoetnográfico sobre o futebol e a vida cotidiana nas aldeias Karipuna*; um estudo na Região Centro-Oeste, realizado em rede (UNEMAT, UEPA, UNICAMP, UNB, UFSC, UCDB, UFAM e UFRN), intitulado *Produção do conhecimento sobre práticas corporais indígenas e suas relações com os jogos indígenas no Brasil*; e uma pesquisa na Região Sul, efetivada pela UEM com apoio do MEC, denominada *Políticas públicas de esporte e lazer em comunidades indígenas no Paraná*.

O destaque foi para as informações apresentadas na ação *Projetos Esportivos Sociais*, haja vista que, no período de 2005 a 2009, não foram encontrados registros de projetos desenvolvidos com grupos indígenas. O estranhamento foi em decorrência do objetivo apresentado, que propõe

a democratização da prática esportiva e de lazer como direito de todos, que não foi materializado justamente pela ausência de ação com algum grupo social.

No *Programa Segundo Tempo*, foram pesquisados todos os relatórios de gestão disponibilizados, que abrangem o período de 2007 a 2010. No Relatório de Gestão 2007, encontrou-se um registro tratando da realização dos Jogos dos Povos Indígenas e um registro de um possível projeto piloto que só seria efetivado caso os recursos orçamentários estivessem disponíveis.

No entanto, a participação dos povos assurini, gavião parkatejê, xikrin e kaiapó⁵ do Pará nos Jogos dos Povos Indígenas os inserem nos documentos produzidos como primeiro registro de avaliação deste evento como política pública pelo Ministério do Esporte. O trabalho realizado durante os IX Jogos dos Povos Indígenas, que ocorreu em Recife e Olinda, no estado de Pernambuco, em novembro de 2007, garantiu a primeira leitura da realidade do esporte e lazer indígena de 26 etnias participantes, por meio de entrevistas com representações indígenas nas categorias mulher, homem, liderança indígena e autoridade cultural, que foram sistematizadas pelo Coeduc (GRANDO, 2009, p. 45-46).

Com mais de 20 questões orientativas da entrevista, os participantes indígenas: “Foram diagnosticadas em suas falas, a participação que cada etnia teve nas nove edições dos Jogos dos Povos Indígenas, quais as memórias sobre essas participações e quais são os aspectos que consideram relevantes desta participação para levar no retorno às aldeias” (2009, p. 58). Os dados do estudo trazem sentidos diversos, mas pode-se reconhecer o sentido do jogar como uma forma de promover a vida coletiva: “Como é expresso nas falas dos povos do Pará participantes, ao se referirem às Atividades

⁵ Neste evento, os kaiapó foram eliminados logo no primeiro jogo de futebol quando, ao perderem, atacaram os parentes vencedores do povo parsi, do Mato Grosso, e com isso, não participaram das entrevistas. Essa é uma evidência de que, durante esses eventos, há também novas possibilidades de relações e aprendizagens que implicam em conhecer o outro indígena, a outra prática corporal. O futebol, por expressar uma identidade “nacional”, muitos povos assumem a prática, mas cada um com uma experiência diferente, e assim o futebol ganha dimensões polissêmicas como cultura de jogar com o outro.

para Alegrar a Aldeia”, uma das mais de 20 questões que orientaram as entrevistas organizadas pelo Coeduc (2009, p. 71).

Para o povo assurini:

[...] dança, futebol, jogamos bola, puxa corda e arco e flecha [...] a gente faz artesanatos, pulseira, colar, brinco, travessa, [...] faz paiote tudo isso... [...] a dança do jacaré, que traz o jacaré vivo, é muito bom aquela dança, não pode mostrar [...]. (ASSURINI/F/N/ATLETA/29).

Nós temos o futebol, puxa o cabo de guerra, arco e flecha, corrida [...] todo fim de semana faz brincadeira lá com o cabo de guerra, contra nossos parentes mesmo. Aí a gente faz as danças lá, quando outra etnia ganha, aí pra comemorar a vitória (ASSURINI/M/W/ATLETA).

Para os gavião parkatejê:

Corrida de tora, corrida de varinha, só isso. [...] Tempo de brincadeira é por temporada, aí quando tem uma brincadeira, leva um mês [...] até três meses a brincadeira, aí todos os dias (GAVIÃO/F/D/ATLETA/26).

A corrida de tora, fazer a caça das peles, só. Flecha, faz arco e flecha e tece aquelas cordas. [...] mais nessa parte de artesanato (GAVIÃO/M/A/ARTISTA/35).

Para os xikrin:

Todo mundo fica só jogando bola mesmo (XIKRIN/M/K/LIDERANÇA ESPORTIVA/33).

A gente joga alguns esportes mais antigamente, o peikran também, a pintura também que a gente pinta para a dança das mulheres e a dança dos homens. [...] É a peteca [...] chama de peikran, mas na língua do branco chama de peteca. [...] na minha aldeia eu aprendi com o branco, que o branco ensinou o futebol, eu adoro futebol, mas o vôlei eu adoro também, eu jogo futebol e vôlei também, eu jogo bastante. Quando a gente [...] vai lá participar na aldeia deles, quando a gente vai lá, eles falam no rádio, a gente vai pintar, passar urucum na cara, raspar a cabeça, a gente fica alegre (XIKRIN/M/R/ATLETA/26).

Nas narrativas dos representantes indígenas nos IX Jogos dos Povos Indígenas, foi expressa a “[...] complexidade de se pensar numa

política única para os povos indígenas do Brasil, seja esta política voltada para a educação, para a saúde, para o esporte e o lazer, para a cultura e, principalmente, para a demarcação de terras”. Nesta direção, reconheceu-se o vazio do direito aos bens mais preciosos para a vida nas comunidades indígenas, tornando invisível a diversidade étnica e cultural: “[...] não podemos tratar diferentes como iguais, tratar diferentes em suas diferenças é tratá-los de forma igual em direito e reconhecê-los como cidadãos brasileiros” (GRANDO, 2009, p. 59).

Em se tratando de ações após 2010, verificou-se no Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) o atendimento, a partir de 2011, de propostas junto a três povos indígenas: wai wai na fronteira do Pará com o Amazonas e terena e xavante no Mato Grosso. Conforme as informações veiculadas, o Pelc indígena é uma ação do ME que apresenta o lazer adequado à realidade dos povos indígenas atendidos e que valoriza as tradições étnicas das comunidades e fortalece sua identidade cultural. Entretanto, não foram identificados registros de efetivação dessas propostas, particularmente junto aos wai wai.

A partir da análise dos dados, foi possível perceber que as políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas – ao longo do tempo e no sentido de uma democratização ao acesso e de uma diminuição das desigualdades sociais – mostram-se modestas em alcance e lentas em trajetórias. Apesar das demandas apresentadas pelo movimento indígena, em se tratando dessas políticas, esse grupo ainda não conseguiu alcançar a plenitude na inclusão de ações mais efetivas no âmbito das políticas públicas. Nesse sentido, seria necessário uma melhor participação e o controle social das diversas representações indígenas.

Reconhece-se que, de 2003 até 2011, ocorreram mudanças governamentais em visibilidade dos povos indígenas e uma tomada de direção que vai além do acréscimo do termo indígena a determinado programa ou projeto. Contudo, como nos lembra Silva (2011), em se tratando de políticas públicas, há um risco do reconhecimento ser apenas

ideológico, já que políticas de diferenças podem constituir apenas sujeitos adequados ao sistema, contribuindo para a dominação social. Ações como os Jogos dos Povos Indígenas e o Pelc, por exemplo, precisam possibilitar melhor democratização de acesso por outros povos menos articulados politicamente. Os modelos de esporte e de lazer precisam ser problematizados no sentido do que se quer alcançar em termos de projeto de sociedade almejado pelos povos indígenas.

Nessa perspectiva, torna-se relevante a implantação de políticas públicas de esporte e de lazer com os povos indígenas, e não para esses povos. Políticas que sejam realmente específicas e diferenciadas, que sejam norteadas por princípios próprios, com financiamentos condizentes com os contextos onde serão realizadas, que tenham editais adequados aos modos indígenas de ser e de se comunicar e que lhes permitam a flexibilização dos mecanismos burocráticos, de maneira a possibilitar a autonomia e/ou o compartilhamento na gestão financeira dos projetos.

Importante mencionar a promoção, em 2015, do Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas (Foppelin), de caráter consultivo, que concentrou 180 etnias, representantes de todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, sendo caciques, jovens, anciãos, mulheres, demais lideranças indígenas e dois indígenas venezuelanos. Durante o Foppelin, propostas e ações foram discutidas a fim de contribuir para a efetivação de uma política de esporte e lazer com e para os povos indígenas.

Essa perspectiva leva em conta a análise de Luciano que participou do Foppelin organizado pelo Coeduc, tendo contribuições relevantes para o debate das políticas de esporte e lazer:

Políticas públicas para os povos indígenas apresentam uma característica comum, que é a de ser sempre invasivas ou interventivas. Sempre produzem mudanças e impactos, sejam eles positivos ou negativos, fortalecendo e enriquecendo, enfraquecendo e desestruturando as culturas, os conhecimentos e os modos de vida das pessoas e coletividades indígenas envolvidas (BANIWA, 2016, p. 102).

No entanto, ao considerar as ações voltadas às políticas específicas e todo o processo de construção coletiva, a metodologia proposta pelo Coeduc e sistematizada no documento final do Foppelin (GRANDO; PINHO; CAMPOS, 2016) impulsionou, em 2018, pelo Ministério do Esporte, a apresentação de um programa voltado às comunidades indígenas, cuja intenção visava fortalecer os costumes e as tradições dos povos e ao mesmo tempo possibilitar o intercâmbio com os novos esportes, bem como a realização de visitas *in loco* para conhecer a real organização indígena e todas as suas tradições para promover elaborações de orientações complementares que fossem adequadas e que atendessem às necessidades dos diversos grupos étnicos, denominado de Projeto Piloto Aldeia Viva, de Práticas Tradicionais Indígenas. Infelizmente, não foi possível sua concretização, visto que, com a mudança de governo, o Ministério do Esporte foi extinto no ano de 2018, e até o momento, desconhecemos quais são as diretrizes atuais para o esporte e lazer no Brasil e, em especial, para os povos indígenas.

Os estudos supracitados nos ajudaram a perceber que houve significativos investimentos por parte do então extinto Ministério do Esporte em políticas públicas de esporte e lazer, mas com pouca materialização de ações com povos indígenas no Brasil, e de forma ainda incipiente no estado do Pará.

No âmbito regional do governo do estado do Pará, as políticas públicas seguiram praticamente o mesmo perfil do que foi realizado pelo Ministério do Esporte. Ou seja, o maior investimento foi na organização do evento Jogos Tradicionais Indígenas do Pará, realizado em quatro edições. A primeira, nos municípios do estado, aconteceu no período de 15 a 20 de junho de 2004 em Tucuruí; a segunda edição, ocorreu em Altamira, no ano de 2005; a terceira, em 2006, foi realizada em Conceição do Araguaia; e a quarta edição, em 2014, na cidade de Marudá-PA. Com o mesmo formato dos Jogos dos Povos Indígenas (nacional), a programação dos Jogos Tradicionais Indígenas do Pará se constitui de práticas esportivas,

demonstrações culturais e práticas corporais indígenas. A participação é por representatividade de povos, com um número limitado de participantes.

Em pesquisa realizada em 2019, no site da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel), principal executora dos Jogos Tradicionais Indígenas do Pará, não há qualquer registro de ações atuais realizadas com povos indígenas do estado. Das ações desenvolvidas pela Seel, estão: Bolsa Talento, Vida Ativa, Talento Esportivo, Pará Aquático, Jogos Abertos do Pará, Para Desporto, Pro Paz. A falta de publicidade e de informações mais detalhadas sobre essas ações dificultou a identificação da participação ou não de indígenas nas mesmas. Contudo, as poucas informações existentes na página, possibilitam deduzir que houve uma mudança por parte do governo atual na oferta das ações de políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas, pois nem mesmo são mencionadas as poucas ações já realizadas.

Manifestações contra-hegemônicas de esporte e lazer de povos indígenas do Pará

O estado do Pará é o segundo maior estado brasileiro totalmente situado na Região Norte e na Amazônia Legal. Em termos populacionais, o estado possui cerca de 7.581.051 habitantes e uma área total de 1.247.689,515 km². É formado por 144 municípios, contando com o recém-formado município de Mojuí dos Campos, desmembrado do município de Santarém. O estado faz fronteira com o Suriname e o Amapá ao norte, com o oceano Atlântico a nordeste, com o Maranhão a leste, com o Tocantins a sudeste, com o Mato Grosso ao sul, com o Amazonas a oeste e com Roraima e a Guiana a noroeste (LUZ et al, 2013).

Como referência para o planejamento territorial de ordem socioeconômica, política e cultural, o governo do estado do Pará reordenou o mapa geográfico em Regiões de Integração, que para a Federação dos Povos Indígenas do Pará (Fepipa), essa forma de organizar as regiões não

contempla a atuação do Movimento Indígena. Desse modo, a Fepipa organizou a atuação desse movimento em oito etnorregiões, a saber: Altamira, Belém, Itaituba/Jacareacanga, Marabá/Tucuruí, Oriximiná, Novo Progresso, Tucumã/São Félix e Santarém. A Federação destaca que estas regiões não estão vinculadas às divisões territoriais do estado ou a qualquer programa (Coiab/Fepipa, 2019).

Para a Fepipa (2019), são macrorregiões que, independentemente do número de municípios em que as terras indígenas (TI) estão inseridas, foram adotadas pelo Movimento Indígena do Pará para facilitar a comunicação entre seus membros e sua articulação política, interna e externa. Um destaque para essa organização se volta para a região de Oriximiná, onde existem mais povos indígenas, especificamente no extremo norte do Pará, abrangendo os municípios de Óbidos, Almeirim e Oriximiná, em que estão as terras indígenas do Tumucumaque e Parú, sendo que uma parte desses povos se organiza junto à Articulação Estadual dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará (Apoiamp), com sede em Macapá, portanto, não estão incluídos nas etnorregiões do Pará.

Quadro 1 - Povos indígenas por etnorregião e região de integração do estado do Pará

Etnorregião	Povos indígenas	Região de integração
Altamira	juruna, parakanã do Xingu, kuruaya xipaya, xikrin do Bacajá, arawete, assurini do Koa-tinemo, kayapó kararaô, arara	Xingu
Belém	tembé tenetehar, ka'apor itaituba	Guajará
Itaituba/Jacareacanga	munduruku, apiaká, kayabi	Tapajós
Marabá/Tucuruí	akràkiykatêjê, kiykatêjê, parkatêjê, atikum, m'bya guarani, guajajara, anambé, aikewara suruí, assurini do Trokará	Araguaia Lago de Tucuruí

Oriximiná	wai wai, kaxuyana, tiriyo, katwena, mawayana, xereuyana, tunayana, kah'yana, karafayana, hixkaryana, faruk'wotona, xowyana, txarumã, txyk'yana, inkari'yana, karafayana	Baixo Amazonas
Novo Progresso	kayapó	Tapajós
Tucumã/São Félix	kayapó	Araguaia
Santarém	arapium, arara vermelha, borari, cumaruara, jaraqui, maytapu, munduruku, munduruku cara preta, tapajó, tupaiu, tupinamba, apiaká, tapuya, sateré mawé	Baixo Amazonas

Fonte: Fepipa; Governo do Estado do Pará (2019). Organizado por Alencar (2019).

A partir do contato com a cultura ocidental, os povos indígenas foram acometidos por profundas modificações, que impactaram sobremaneira as matrizes cosmológicas e míticas fundantes de toda a dinâmica da vida tradicional. Os conhecimentos tradicionais indígenas que conhecemos são frutos de várias gerações que lutaram contra a dominação e exploração do não indígena, e mesmo com todo o processo de opressão cultural sofrido, muito dessa cultura sobreviveu até os dias atuais. Reverter a histórica opressão é uma constante na pauta dos movimentos indígenas frente ao projeto de homogeneização e integração nas políticas públicas. Nesse sentido, as manifestações esportivas e de lazer se revelam interessantes parâmetros de reversão e de resistência.

No quadro que segue, apresentamos alguns dos dados de como as manifestações tradicionais e adquiridas se revelam entre os povos indígenas do Pará. Para isso, organizamos as manifestações de duas maneiras: manifestações corporais tradicionais indígenas e manifestações esportivas e de lazer, partindo dos registros feitos em cada etnorregião.

Quadro 2 - Manifestações corporais tradicionais indígenas e manifestações esportivas e de lazer.

Etnorregião	Manifestações corporais tradicionais indígenas	Manifestações esportivas e de lazer
Altamira	Arremesso de lança, cabo de guerra, canoagem, lutas corporais, atividades no rio, práticas de caça e pesca, brincadeiras de nominação e sexuais.	Jogos de futebol, natação e corrida de rua, festas, entretenimentos virtuais e televisivos.
Belém	Brincadeira da peteca, brincadeiras com bola, coleta de sementes no centro da aldeia, banho no rio Guamá, banho em igarapé, brincadeiras cantadas, brincadeiras de imaginação. Festa do moqueado (pinturas corporais, etc.), festa da menina moça (danças tradicionais), jogos tembé, canoagem.	Torneios de futebol, natação, cabo de guerra, festas, entretenimentos virtuais e televisivos.
Itaituba/ Jacareacanga	Jogos com animais, brincadeiras de papéis sociais, brincadeiras de pintar, atividades no rio, canoagem, brincadeiras que antecedem a pescaria com timbó, atividades como a pesca, caça e coleta.	Jogos de futebol, festas.
Marabá/ Tucuruí	Principais práticas: corrida de toras, corrida com varinhas e arco e flecha articuladas às celebrações e festividades conforme os períodos do ano. Banho no rio, banho no igarapé, brincadeira de taco, brincadeira do mamão, brincadeira da peteca, brincadeiras com bolas, etc.	Torneios de futebol, voleibol, natação, cabo de guerra, corridas do atletismo, festas, entretenimentos virtuais e televisivos.

Oriximiná	Práticas de canoagem, práticas das danças, dos ritmos e dos cânticos tradicionais, <i>monuntofo</i> (dança em wai wai), confecção de brinquedos, banhos de rio, arco e flecha.	Torneios de futebol, festas.
Novo Progresso	Arco e a flecha, banhos de rio, longas caminhadas, canoagem, arremesso de lança, jogos peikrã, tyrytiprêk, danças como parte de cerimônias religiosas e festividades.	Jogos de futebol, voleibol, festas.
Tucumã/São Félix	Arco e a flecha, banhos de rio, longas caminhadas, canoagem, arremesso de lança, jogos peikrã, tyrytiprêk, danças como parte de cerimônias religiosas e festividades.	Futebol, queimada, voleibol, festas.
Santarém	Peconha, natação, arco e flecha e futebol, canoagem, corrida com tora, lançamento de lança, corrida de velocidade e corrida de resistência.	Jogos de futebol, voleibol, festas, entretenimentos virtuais e televisivos.

Fonte: Acervo Joelma Alencar e Pablo Carvalho.

Além da identificação e do registro das práticas corporais tradicionais, dos equipamentos e das manifestações esportivas e de lazer, também aplicamos um questionário com 17 questões que pudessem nos apontar como os povos indígenas dialogam e lidam com as problemáticas que envolvem essas manifestações. Dentre as questões, destacamos aquelas que se referem aos espaços das práticas, aos apoios institucionais, às ações de políticas públicas e à avaliação dos equipamentos e das manifestações.

Em relação aos espaços, a maioria das manifestações ocorre nas aldeias, na parte central, nos rios e igarapés, nas praias e nas matas. No

caso de práticas esportivas e de lazer, em algumas aldeias acontecem na quadra e no campo, como é o caso do futebol. Todos os jogos tradicionais também são realizados nos espaços das aldeias. A exceção ocorre com a realização dos Jogos dos Povos Indígenas (nacional) e dos Jogos Tradicionais Indígenas do Pará, que acontecem em espaços da cidade.

Com a ausência de implantação e apoio financeiro por parte dos governos federal, estadual e municipais, a realização dos jogos tradicionais tem sido frequente entre os povos indígenas do Pará. Todo o planejamento, organização e execução são realizados pelos próprios indígenas e apoiadores voluntários, e têm como principais objetivos o fortalecimento cultural das práticas tradicionais e o envolvimento dos mais jovens. Algumas aldeias se encontram com significativa incidência de problemas com a alcoolização, as drogas e o suicídio, e segundo o relato de alguns dos participantes da pesquisa, tem-se a perspectiva de que os jogos possam contribuir com a diminuição dessas incidências.

Preocupado com esse acesso que também as festas e outras práticas atrativas de lazer e esporte levam os jovens às cidades, Baniwa (2015, p. 28) lembra que, para atender melhor o diálogo intercultural, as políticas públicas devem assegurar aos jovens o acesso a essas categorias – como nos referimos no início deste texto – nos contextos familiares e comunitários, que reduzem a vulnerabilidade social presente nos contextos urbanos, assim como essas políticas não devem ser pautadas em “regras e lógicas da administração pública”, mas antes, “respeitem as culturas e os valores indígenas”, uma vez que, “para atender às realidades indígenas, com amparo da lei”, esses povos são desconsiderados por seu pouco potencial “político e econômico” para atrair interesse dos gestores no país.

Nos contextos das aldeias, como ação prática de acesso ao esporte, acaba sendo o futebol, por sua popularidade e de pouco desprendimento econômico para as condições de espaço físico e flexibilidade de tempo, um recurso relevante assumido como ocupação dos jovens no tempo livre. Como evidencia a pesquisa, é possível encontrar campos de futebol em todas as aldeias, oportunizando a participação das crianças, mulheres e

homens, sendo praticado, geralmente, ao final da tarde e aos finais de semana, e em alguns casos, há a participação de jogadores da aldeia em torneios da cidade.

Quando perguntados sobre quais eram suas “Atividades preferidas dos homens, das mulheres, crianças e velhos”, os assurini e os gavião apontaram o futebol, como expressam as entrevistas realizadas durante os IV Jogos dos Povos Indígenas e conforme nos apresenta os dados do Coeduc (2009, p. 77):

Os homens, mais lá trabalham, eles pescam, gostam de pescar bastante, caçar, alguns têm sua própria roça mesmo [...]. Bastante, todos gostam de jogar futebol (ASSURINI/M/T/LIDERANÇA INDÍGENA).

Dos homens, o que eles mais gostam de jogar é futebol e a corrida de toras. As mulheres também (GAVIÃO/M/J. K/LIDERANÇA INDÍGENA).

Os xikrin trazem essa informação ao serem questionados sobre as “Atividades do dia-a-dia” (COEDUC, 2009, p. 83):

É futebol mesmo, todas as crianças, mulheres e homens gostam (XIKRIN/M/K/LIDERANÇA INDÍGENA/33).

Futebol, vôlei, arco e flecha. Quem ganhar vai dançar sozinho [...]. [as mulheres] dançam também, tem esportes mais ou menos que elas jogam, o futebol de campo que elas gostam mais, o outro futebol, não (XIKRIN/M/R/ATLETA/26).

Em relação à especificidade do futebol, há ainda que se considerar que o mesmo é “um ícone da cultura ocidental”, e portanto, uma prática que identifica corpos em movimento em espaços e tempos estruturados com uniformes e regras que se inspiram em modelos midiaticizados de “jogadores” e “espetáculos”, próprios de uma educação voltada à lógica capitalista. Sem desconsiderar essa relação de educação do corporalidade, essa prática é altamente ajustável aos espaços e tempos, aos equipamentos e regras, potencializando uma variável de sentidos que podem ser atribuídos coletivamente, ressignificando seu significado como cultura corporal esportiva própria do capital.

Em pesquisas anteriores com o povo bororo no Mato Grosso, reconhecendo as diversas formas de jogar futebol, em diferentes contextos com diferentes composições de corpos em jogo (crianças-adultos, crianças, mulheres, jovens-adultos, adultos), na aldeia ou fora dela, Grandó (2004) afirma que são tencionadas questões que implicam desde as dimensões orgânicas e alimentares, ritualísticas e religiosas, familiares e sociais, econômicas e políticas, mas que, ao ser uma prática partilhada pela comunidade, os futebolis “assumem a característica polissêmica da integração, que é também confronto. Mas, por isso, adquire uma outra dimensão, a da educação dos corpos na perspectiva intercultural”.

Para Walsh (2009), a proposição da interculturalidade crítica, diferentemente da interculturalidade funcional, que atende aos interesses do capital, só pode ser compreendida a partir das relações de poder impostas por padrões estabelecidos na racialização e diferenciação que se consolida na lógica colonial, para a qual se estabelece um outro processo que desnatura essas estruturas de poder para enfrentamento crítico de suas instituições estabelecidas por interesses outros que não dos povos indígenas, ou seja, na lógica racializada colonial de caráter moderno-ocidental.

Com isso, há que se pontuar a relevância de compreender as diferentes possibilidades que a perspectiva intercultural adquire conforme o contexto e as relações de poder estabelecidas entre quem e o que está em jogo em cada tempo-espaço de esporte e de lazer entre os povos indígenas e entre esses e os não indígenas. A interculturalidade crítica, como já pontuamos com Walsh (2009), é a que implica, necessariamente, o rompimento com relações de poder autoritárias e cuja consequência tem dimensões políticas de mudanças sociais, o que implicaria na perspectiva não colonizadora.

Conclusão

Os resultados da pesquisa específica com os povos do Pará apontam alguns elementos como indicadores para a criação de políticas específicas

de esporte e lazer a fim de atender a especificidade de cada contexto a partir da Amazônia Paraense, a saber: a) melhoria da visibilidade das diferentes manifestações esportivas e de lazer realizadas por grupos étnicos no estado do Pará; b) ampliação das produções sobre a temática em abrangência local, regional e nacional; c) fortalecimento de manifestações tradicionais e identitárias dos grupos étnicos amazônidas; d) criação de um acervo imagético com as manifestações esportivas e de lazer realizadas por grupos étnicos no estado do Pará; d) contribuição para a qualificação de estudantes de graduação e pós-graduação, e que venham a ser incorporados ao projeto por meio de orientação de monografias e dissertações de mestrado sobre o tema da pesquisa ou afins; d) fortalecimento da rede Cedes e do Repositório Vitor Marinho na Região Norte.

Esses pontos consideram assim que há uma orientação que reconhece as demandas específicas de cada povo no Pará, a partir de pesquisa que deve ser fortalecida com cada comunidade e povo indígena, uma vez que deve considerar, na comunidade, as experiências e o histórico das relações de contato com a cultura e sociedade capitalista por meio, também, do esporte e do lazer, e por isso mesmo, as políticas públicas, como já explicitado neste texto, devem garantir, em todo o processo de organização e vivência das práticas corporais que envolvem as comunidades tradicionais, o protagonismo de suas lideranças e de diferentes representantes ativos durante os jogos.

Referências

ALENCAR, Joelma C. P. Monteiro. Povos indígenas e políticas públicas de esporte e lazer: avaliação e perspectivas. In: SOARES, Artemis de Araújo (Org.). *Efeitos dos eventos esportivos nas práticas tradicionais*. Manaus: Ufam, 2015.

BANIWA, G. Luciano. Práticas corporais indígenas em espaços interculturais: entre o ritual, o trabalho e o esporte. Conferência proferida no IV Simpósio Nacional de Cultura Corporal e Povos Indígenas, realizada em agosto de 2015 na cidade de Manaus pela Ufam. In: SOARES, Artemis de Araújo (Org.).

Efeitos dos eventos esportivos nas práticas tradicionais. Manaus, AM: Ufam, 2015, p. 21-31.

COIAB - FEPIPA - Federação dos Povos Indígenas do Pará. *Quem somos?* Disponível em: <<https://coiab.org.br/fepipa>>. Acesso em: 7 nov. 2019.

GRANDO, B. S. et al. (Equipe Coeduc). As vozes indígenas. In: PINTO, L. M. S. M.; GRANDO, B. S. (Orgs.). *Brincar, jogar, viver: IX Jogos dos Povos Indígenas*. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2009. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/brincarViverJogarIXJogosIndigenas.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019, p. 63-181.

_____. *Corpo e educação: as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri-MT*. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação.

_____. Os povos indígenas participantes dos IX jogos. In: PINTO, L. M. S. M.; GRANDO, B. S. (Orgs.). *Brincar, jogar, viver: IX Jogos dos Povos Indígenas*. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2009. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/brincarViverJogarIXJogosIndigenas.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019, p. 44-53.

GRANDO, B. S.; PINHO, V. A.; CAMPOS, N. S. (Orgs.). *Políticas públicas e povos indígenas: contribuições a partir do Fórum Nacional de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas do Brasil*. Cuiabá: Editora Sustentável/EdUFMT, 2016.

LUZ, Luziane Mesquita da et al. *Atlas geográfico do estado do Pará*. Belém: Gapta/UFPA, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ROCHA, Luiz Carlos; SILVA, Welington Araújo. Tempo e lazer: relações com o tempo livre. *R. da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 133-139, 2. sem. 2002.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.) *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, p. 12-42.

Lazer em comunidade remanescente de quilombo no estado do Pará

*Emerson Araújo de Campos*⁶

*Laís Matos Cunha*⁷

*Lana de Jesus Costa Assis*⁸

Introdução

Este capítulo objetiva identificar e analisar espaços, políticas públicas e práticas de lazer de uma comunidade remanescente de quilombo no estado do Pará. Para isso, compreendemos as comunidades quilombolas como grupos étnicos, caracterizados predominantemente pela população negra, residente no campo ou na cidade, que se autodefinem a partir das relações com a terra, do parentesco, do território, da ancestralidade e das tradições e práticas culturais próprias (BRASIL, 2003).

Essas comunidades têm buscado, por meio de diferentes estratégias políticas e jurídicas, o reconhecimento, perante o Estado brasileiro, de sua certificação como remanescente de quilombo e a titulação e regularização

⁶ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Bragança). Membro do grupo de pesquisa Etthos (IFPA) e Gespel (UFMG). Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA). Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (UFMG). Pesquisador colaborador do Cedes-PA. E-mail: emerson.campos@ifpa.edu.br.

⁷ Estudante do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Bragança). Membro do Grupo de pesquisa Etthos (IFPA).

⁸ Estudante do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Bragança). Membro do Grupo de pesquisa Etthos (IFPA).

de terras. No Brasil, foi estabelecido um conjunto de estratégias com fins à proteção de diferentes povos originários e tradicionais, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto nº 5.051/2004.

A partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, conseguiu-se estabelecer um acordo cuja intenção é “assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade” (BRASIL, 2004), impulsionando as ações de certificação de comunidades remanescentes de quilombo, a titulação e a regularização de suas terras.

A partir desse contexto, foram emitidas no Brasil 2.748 certificações de 2004 a agosto de 2019. Os estados brasileiros com maior número de comunidades certificadas são Maranhão (816), Bahia (811), Minas Gerais (388) e Pará (261) (BRASIL. Fundação Cultural Palmares, 2019). Por outro lado, apenas 154 possuem títulos de terra emitidos, contemplando 217 comunidades e cerca de 13.145 famílias quilombolas (INCRA, 2019).

A certificação das comunidades remanescentes de quilombo, bem como a titulação de suas terras, não tem sido uma conquista pacífica, mas fruto de um conjunto de embates em prol do reconhecimento de sua história e cultura, marcadas por processos violentos de exploração. Na Amazônia, tais comunidades têm reivindicado sua ancestralidade e a demarcação de territórios, e atualmente tem ocorrido uma intensificação de disputas pelo direito à terra, à diversidade e aos modos de vida (LOPES; MEDEIROS; SOARES, 2015).

Os projetos de desenvolvimento destinados à Amazônia revelam aumento do interesse pela exploração de recursos naturais e colocam os territórios de diferentes povos tradicionais no centro de disputas. O que, na compreensão das populações locais, tem se configurado como um novo processo de dominação, com a implantação de projetos de infraestrutura e práticas que violam direitos sociais, ocasionando a desterritorialização (CASTRO, 2012).

Nessa conjuntura, como pensar o lazer enquanto possibilidade de desenvolvimento humano, direito social e prática cultural, uma vez que elementos encarados como mais emergenciais para a sobrevivência dessas comunidades, como o direito ao reconhecimento de sua identidade e o acesso e posse da terra, têm sido negligenciados?

Obviamente, o direito ao lazer também tem enfrentado barreiras. Os dados da produção do conhecimento em lazer demonstram problemáticas enfrentadas pelas populações quilombolas. Como exemplo, uma pesquisa realizada junto a uma comunidade quilombola identificou o futebol, a caminhada, o andar de bicicleta, a corrida e as atividades aquáticas como atividades esportivas praticadas nos quilombolas, porém, mais da metade dos adultos, principalmente mulheres e idosos, não praticam qualquer atividade física, e não há qualquer política pública no âmbito do esporte e lazer na comunidade investigada (MUSSI et al., 2015).

Em outro estudo, esporte e lazer não são vistos como direitos sociais pelas comunidades quilombolas, o que interfere na não inclusão dessas práticas na pauta de reivindicação desses segmentos sociais. E para enfrentar esse problema, a pesquisa propõe: a) identificação de carências em termos de políticas públicas; b) a deflagração de melhorias na política pública de esporte e lazer existente e a implementação de novas políticas, construídas com eles, e não para eles; c) a avaliação da política pública de esporte e lazer existente; d) a disseminação da produção científica em meio acadêmico, setores governamentais, não governamentais e comunidades quilombolas; e) a identificação dos recursos já empregados com políticas públicas de esporte e lazer nas comunidades quilombolas; e f) o reconhecimento da infraestrutura disponibilizada nas comunidades e seus espaços, identificando carências e benefícios; dentre outros (LARA, 2012).

Apesar dos dados apresentados até aqui não serem animadores, acreditamos que o lazer está interligado à atividade produtiva, à educação e à organização social das comunidades quilombolas, logo, deve ser garantido como possibilidade de desenvolvimento sociocultural. Então,

o lazer não pode ser encarado como uma mera realização de atividades, mas como um campo da experiência humana, na qual uma infinidade de manifestações do cotidiano, como danças, capoeira, brincadeiras, esportes, artes, e outros contribuem na constituição dos sujeitos, na valorização de suas práticas e saberes, nos sentimentos de pertencimento e identidade.

Desse modo, o lazer é encarado como dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espço conquistado pelos sujeitos, e não está isolado de outras atividades humanas, mas mantém relações dialéticas com elas (GOMES, 2008). Diante disso, o estudo sobre o lazer de comunidades quilombolas representa elemento indispensável à valorização da cultura, do território e da vida.

Metodologia

Nossa incursão foi realizada na comunidade remanescente do quilombo América, localizada no município de Bragança, estado do Pará. Seu nome deriva de suas raízes históricas, que afirmam ser o negro Américo o fundador da localidade. Está a cerca de 10 km do centro da cidade, às margens da rodovia Bragança-Ajuruteua, principal via de acesso à área urbana e à zona costeira do município. Nela residem cerca de 138 famílias, que trabalham com agricultura, pesca, coleta de caranguejo e comércio e serviço público. Foi certificada como remanescente de quilombo pela portaria de número 84, de 8 de junho de 2015, da Fundação Cultural Palmares. Porém, apesar do reconhecimento enquanto remanescente de quilombo, os moradores ainda não possuem a posse e a titulação da terra.

O estudo foi realizado durante os anos de 2016, 2017 e 2018 por intermédio dos representantes da Associação de Remanescentes de Quilombo do América (Arquia), professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental Américo Pinheiro de Brito e moradores da comunidade. A interlocução com esses sujeitos se deu pela Secretaria

Municipal de Educação de Bragança, por intermédio da Coordenadoria de Educação para as Relações Étnico-Raciais, que nos colocou em contato com a coordenação da escola da comunidade. A partir do contato com a coordenação da escola e a exposição das intenções de pesquisa, fomos apresentados os representantes da Arquia, que mostraram muito interesse na temática e deram apoio para o contato com os moradores da comunidade e o levantamento de dados.

Para coletar os dados do estudo, foi preciso ir várias vezes à comunidade, pois algumas informações precisavam ser capturadas com a experiência de estar lá, e talvez uma entrevista, como estava previsto inicialmente no projeto de pesquisa, não fosse suficiente para perceber determinadas práticas de lazer. Por isso, foi desenvolvido estudo de campo (GIL, 2002), utilizando-se conversas informais, entrevistas, aplicação de questionários, observação direta e registro imagético, com análise descritiva e analítica, buscando sempre refletir sobre os conteúdos expressos nas falas e observações. Assim, os dados foram categorizados em três eixos de análise: espaços de esporte e lazer; projetos de esporte e lazer; e eventos festivos, práticas esportivas e de lazer.

Espaços de esporte e lazer

A comunidade indicou como espaços para prática de esporte e lazer três campos de futebol, dois bares e um lago. Além desses, também consideramos a única escola da comunidade, as casas dos moradores e o centro comunitário como ambientes que dinamizavam atividades esportivas e de lazer.

Os campos de futebol estão localizados no centro da comunidade e são geridos pelos próprios moradores, que cuidam do gramado, organizam torneios esportivos e realizam campanhas financeiras para a manutenção desses campos. Um deles é destinado exclusivamente às mulheres, que reivindicaram um espaço próprio para a prática do futebol.

O campo de futebol às mulheres foi constituído a partir de uma insatisfação vivenciada por elas. O horário de uso ficava restrito ao tempo de não uso dos homens, ou seja, quando eles não estavam ocupando o campo, outros segmentos sociais, como crianças e mulheres, poderiam usá-lo. Não havia negociação de horários para usufruir o campo de futebol, e os horários mais privilegiados, como os finais de tarde e as manhãs dos fins de semana, eram de uso exclusivo dos homens da comunidade. Isso gerou insatisfação, e um grupo de mulheres se mobilizou para a construção de um campo de futebol delas.

Esse conflito pode ser entendido a partir da lógica do futebol como “coisa de homem” e os discursos gerados para justificar esse pensamento, que alocam as mulheres sob as seguintes perspectivas: a) como dóceis e frágeis, voltadas para a maternidade, características “essencialmente” femininas; b) constantes questionamentos da sua sexualidade, sob argumentos homofóbicos; c) uso de medidas arbitrárias que restringem a presença delas no âmbito esportivo (PISANI, 2014).

Porém, apesar das tentativas de exclusão, das restrições e dos obstáculos enfrentados pelas mulheres da comunidade do América no âmbito do esporte, elas têm apontado em outra direção, por meio de atitudes que têm colocado a sua participação no futebol como um espaço de busca de autonomia e empoderamento, inclusive com uma equipe que participa de competições.

Os bares presentes na comunidade estão localizados próximos aos campos de futebol. Neles, foi comum observar que o maior número de seus frequentados era de homens, o que sugere o consumo de bebidas alcoólicas, pelo menos nos bares da comunidade, como um hábito masculino. No entanto, aos fins de semana, foi presenciada a frequência de maior número de mulheres, as quais geralmente estavam acompanhadas de seus esposos.

Questionamos a ideia que denota naturalidade ao bar como espaço dos homens, que permite a presença de mulheres apenas quando acompanhadas dos maridos. Pensamos que essa realidade é consequência

do modelo normativo atual, que coloca o homem no lugar público e a mulher no lugar privado, e essa característica contribui para que nosso agir e pensar “naturalize” o homem no espaço público (fora de casa) e a mulher no espaço privado (em casa). Apesar de entendermos que essa realidade não ocorre sem disputas, outras conformações têm se desenrolado, como quando grupos de mulheres viajam sozinhas ou saem juntas, negando o imaginário que afirma que não podem estar em espaços públicos sem a presença de homens as acompanhando.

Atualmente, o lago não tem sido usado pela comunidade, porque, conforme relatos, está poluído e sem condições de uso. A comunidade tem à sua volta algumas olarias,⁹ e de acordo com os moradores, o modo como elas operam tem interferido na qualidade da água do lago. As memórias compartilhadas por quem lembrou do lago como espaço de lazer afirmam que era um excelente lugar para se divertir e se refrescar nos dias de calor, especialmente após o almoço e durante os fins de semana.

Essas olarias têm preocupado a população da comunidade, especialmente porque elas têm avançado sobre o território do América. Não sabemos ao certo como os impactos ambientais relacionados a essas olarias têm afetado a comunidade, porém, destacamos que os principais impactos ambientais desse tipo de empreendimento são alteração na qualidade do ar, assoreamento de rios e lagos e alteração das condições de existência da fauna e flora local (SILVA, 2017).

A escola da comunidade realiza vários eventos culturais que envolvem não só os alunos, mas boa parte da comunidade. Tem carnaval, festa junina, a comemoração do dia da Consciência Negra e o Natal. Além desses eventos, a escola abriga o Programa Segundo Tempo,¹⁰

⁹ Empreendimentos que usam a argila como matéria-prima para a produção de tijolos, cerâmicas e afins (SILVA, Dayana, 2017).

¹⁰ O Programa Segundo Tempo é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, o qual visa oferecer atividades de múltiplas vivências esportivas para estudantes de diversas faixas etárias, no contraturno escolar. O programa é dividido em três vertentes: padrão – crianças e adolescentes de 6 a 17 anos; paradesporto – pessoas com deficiência a partir de 6 anos de idade; e universitário – discentes de universidades.

com projetos de leitura, dança e capoeira, os quais são muito valorizados pela comunidade, que atua para que o programa continue, que sejam contratadas pessoas da própria comunidade e que dialoguem com os saberes e práticas quilombolas.

Apesar das próprias casas dos moradores não terem sido apontadas como espaços de possibilidade para o lazer, foi comum observar pessoas sentadas às suas portas ou em bancos, conversando em roda, em um tempo considerado como liberado das obrigações, e para relaxar, conforme as narrativas dessas pessoas. Além disso, presenciamos muitas crianças com brinquedos, brincando de corrida, de futebol, de roda, jogando peteca, dentre outros, na frente ou no quintal das casas.

Projetos de esporte e lazer

Na comunidade mapeamos o funcionamento de duas experiências relacionadas a políticas de esporte e lazer, uma delas de cunho não governamental, realizada pela Pastoral da Criança,¹¹ e outra de cunho governamental, por meio do Programa Segundo Tempo.

A Pastoral da Criança, por meio de um programa de acompanhamento da saúde da mulher e da criança, tem investido em ações no âmbito do lazer às crianças da comunidade. Durante as atividades de acompanhamento de mães e seus filhos, são realizados jogos e brincadeiras às crianças, especialmente porque as mães vão em família, e não há como cuidar de todos durante o acompanhamento. Então, esses jogos e brincadeiras têm como finalidade principal dar condições às mães de serem avaliadas pela equipe de saúde da Pastoral da Criança. Apesar

¹¹ A Pastoral da Criança, organismo de ação social da CNBB, por meio da organização da comunidade e capacitação de líderes voluntários, busca orientar e acompanhar famílias em ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania, tendo como objetivo o “desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político” (Art. 2º do Estatuto).

de não ter como foco oportunizar à comunidade atividades de lazer, a experiência em vivenciar jogos e brincadeiras é uma possibilidade de experimentação de outras formas de diversão.

O Programa Segundo Tempo é desenvolvido na escola e é destinado aos seus estudantes. No âmbito do esporte e lazer, realiza oficinas de dança e capoeira que ocorrem duas vezes durante a semana, sempre no contraturno escolar. Essas duas atividades foram escolhidas pela escola e a Arquia, e têm como viés orientador a formação para o esporte e lazer, tematizando em suas atividades a cultura quilombola. Inclusive, esse é um requisito indispensável para a continuidade do programa na comunidade.

Eventos festivos, práticas esportivas e de lazer

A comunidade desenvolve alguns eventos festivos, esportivos e de lazer. Conforme os relatos e nossas observações, conseguimos verificar a presença de festas, festividades religiosas, eventos esportivos, mostras de dança e capoeira e comemorações ao dia da Consciência Negra.¹²

As festas são organizadas por moradores e donos de comércio. São realizadas com música de aparelhagem sonora, comandada por DJ. Os ritmos mais presentes são o brega, o forró, o passado e o sertanejo, e esporadicamente ritmos da Festa de São Benedito¹³ e da Marujada.¹⁴

¹² O dia 20 de novembro (presumível dia da morte de Zumbi dos Palmares), eleito como Dia Nacional de Consciência Negra. Zumbi foi escolhido como símbolo da resistência à opressão racial. Para os ativistas, “Zumbi vive ainda, pois a luta não acabou” (SILVEIRA, 2003).

¹³ É uma manifestação religiosa e cultural que consiste no culto e devoção a São Benedito, que apesar de não ser o padroeiro oficial da cidade de Bragança, é considerado como tal por parte da população que se identifica com o “Santo Preto”. Trata-se de uma festa que envolve, também, músicas e danças, sendo a mais famosa a marujada de São Benedito (LOBATO, 2018).

¹⁴ Manifestação cultural de herança portuguesa que em Bragança teve início com a organização da IGSBB, em 1798. A Marujada, auto que envolve canto e dança, remonta às narrativas folclóricas e religiosas da tradição portuguesa da Nau Catarineta. É objeto amplo de estudo em diversos trabalhos da área de Folclore, Antropologia e História (SILVA, 2017).

Nas casas dos moradores, também são realizadas festas, especialmente em comemorações como aniversários, batizados e casamentos, nas quais há rateio das despesas entre os participantes. Geralmente as comidas servidas são o churrasco e a feijoada, e o que se escuta e dança são os mesmos ritmos citados anteriormente.

Na comunidade está presente uma igreja católica que realiza a festividade do Sagrado Coração de Maria, que ocorre durante uma semana e nela há procissão, missa, leilão, brincadeiras, jogos, gincanas e programação musical. Há certo empenho da comunidade na realização dessas atividades, inclusive com doação de alimentos e prêmios, e o financiamento da programação como um todo.

Os eventos esportivos estão relacionados aos campos de futebol e aos times da comunidade, um time de mulheres e outro de homens, ambos com o mesmo nome, Santa Cruz. As equipes de futebol participam do Campeonato de Bairros, da Copa Camponesa e amistosos com equipes de comunidades vizinhas. O Campeonato de Bairros e a Copa Camponesa têm apoio da Prefeitura Municipal de Bragança e envolvem muitas equipes de futebol, além disso, contam com transmissões ao vivo pelas rádios locais.

O financiamento dos times é feito com recursos dos próprios jogadores, por meio de pagamento de cota mensal. O dinheiro é revestido para custeio de transporte, compra e lavagem de uniforme, cuidado com o campo e compra de material esportivo.

Durante as partidas, mesmo fora da comunidade, a participação de torcedores é grande, e muitas pessoas fazem questão de acompanhar as equipes, deslocando-se em comboio para os locais de competição. Pudemos identificar que o deslocamento para outras comunidades, mesmo aquelas próximas, é encarado com grande entusiasmo, e o torcer pelos times foi um elemento marcante nas diferentes narrativas dos moradores da comunidade.

A escola promove alguns eventos culturais, como já citado anteriormente, como o carnaval, a festa junina, o dia da Consciência Negra e o Natal. Além desses eventos, como resultado do Programa Segundo Tempo, a escola realiza a mostra de dança e capoeira. Todos esses eventos têm envolvimento dos familiares dos alunos, e procuram tematizar de alguma maneira a cultura quilombola. Como destaque, a mostra de dança e capoeira e a comemoração do dia da Consciência Negra têm como temática exclusiva saberes e práticas quilombolas, e são as principais atividades culturais da escola, com convidados externos à comunidade, presença de representantes de movimentos sociais, da política municipal e representantes de instituições da saúde, assistência social e educação da região.

A comemoração do dia da Consciência Negra é o grande evento da comunidade e tem uma dimensão significativa para as práticas de lazer. Esse evento é organizado pela Arquia, com apoio de muitos moradores. Enquanto programação, são realizados debates, palestras, mostras, desfiles, oficinas, café da manhã, dentre outros. As palestras e debates discutem a conjuntura da comunidade, o envolvimento político com as questões étnico-raciais, sentidos e significados de ser remanescente de quilombo, a luta contra a discriminação racial, o acesso e posse da terra, a agricultura, a pesca, etc. As mostras trazem elementos da história do movimento negro e da comunidade América, apresentando quem fez parte do processo de certificação junto à Fundação Cultural Palmares, também sobre a vida de Dandara, a vida de Zumbi, a resistência em Palmares, exposição das ferramentas de trabalho (da pesca, do artesanato, da produção de farinha e da agricultura) e dos alimentos da comunidade. Os desfiles buscam valorizar a beleza negra para empoderamento do morador da comunidade. Busca-se, com todas essas ações, estabelecer sentimentos de pertencimento à comunidade e a valorização da cultura negra quilombola.

Considerações finais

Com intenção de identificar e analisar espaços, políticas e práticas de esporte e lazer de uma comunidade remanescente de quilombo no estado do Pará, esta pesquisa conseguiu levantar, junto a professores, moradores e representantes da Associação de Remanescentes de Quilombo do América, um conjunto de espaços, políticas e práticas de esporte e lazer.

Os espaços de esporte e lazer identificados foram campos de futebol, bares, lago, a escola, as casas dos moradores e o centro comunitário. No entanto, mesmo quando consideramos a escola como espaço público sob tutela do Estado, não conseguimos perceber outros equipamentos de esporte e lazer implementados pelo governo municipal, estadual ou federal, como ocorre em outros pontos da cidade de Bragança-PA, especialmente no que se considera a sua área urbana.

Como política pública, foi encontrado em funcionamento o Programa Segundo Tempo, que tem como ações oficinas de leitura, dança e capoeira às crianças matriculadas na escola presente na comunidade. No entanto, ao pensarmos em acesso e público a esse programa, problematizamos o seu alcance, pois apenas as crianças matriculadas na escola têm acesso às atividades de esporte e lazer. Sobre esse ponto, podemos indagar: por que não há na comunidade outros programas de desenvolvimento de esporte e lazer que atendam adultos e idosos, por exemplo? Apesar disso, um aspecto que nos chamou a atenção no Programa Segundo Tempo são os conteúdos das oficinas, as danças e a capoeira, que devem priorizar conhecimentos relacionados à cultura quilombola, como demanda da comunidade e condição necessária para a sua continuidade.

Sobre as práticas de esporte e lazer, identificamos a presença de festas, festividades religiosas, eventos esportivos, mostra de dança e capoeira, e comemorações em torno do dia da Consciência Negra. Destacamos que o futebol é uma atividade que envolve muitas pessoas, há interesse dos moradores em acompanhar as equipes da comunidade

nos torneios, com mobilização pelo transporte e cuidado com os campos de futebol. As mulheres também atuam no futebol, inclusive com campo próprio, resultado de reivindicações. O evento festivo de maior prestígio é a comemoração do Dia da Consciência Negra, na qual se agregam diferentes atividades, como palestras, debates, mostras, desfiles e oficinas.

Por fim, reafirmamos a necessidade de investimentos do poder público no campo do esporte e lazer, como construção de equipamentos, implementação de projetos e formação de pessoal para atuar em comunidades quilombolas, com a finalidade de diversificar as experiências, respeitando e fortalecendo interesses sociais e culturais, e a inclusão de diferentes grupos sociais, como os idosos. Além disso, o financiamento público de novos estudos sobre a realidade das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, não só no campo do esporte e lazer, mas em várias outras áreas, propondo estratégias que possibilitem não só o conhecimento da realidade e sua análise, mas que contribuam com estratégias de superação de dificuldades e barreiras dessas populações no acesso aos direitos sociais instituídos pela Constituição Federal de 1988.

Referências

BRASIL. *Decreto n.º 143/2002*. Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais em países independentes. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao-1-pl.html>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. *Decreto n.º 4887/2003*. Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 9 abr. 2019.

_____. *Decreto n.º 5.051/2004*. Promulga Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 9 abr. 2019.

_____. Fundação Cultural Palmares. *Informações quilombolas*. 2019. Disponível em: <www.palmares.gov.br/?page_id=52126>. Acesso em: 1 abr. 2019.

_____. *Segundo Tempo*. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Esporte. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-49792012000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 9 abr. 2019.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C. L. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Quilombolas. Brasília: Incra, 2019. Disponível em: <www.incra.gov.br/quilombola>. Acesso em: 1 abr. 2019.

LARA, L. M. Esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná: identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 1271, jan./mar. 2012. <<https://www.revistas.ufg.br/feff/article/view/18017>>. Acesso em: 1 abr. 2019.

LOBATO, A. S. Patrimônio, cultura e lugar: reflexões sobre a festa de São Benedito em Bragança-PA. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, Belém, v. 5, n. 2, p. 140-155, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/view/135/pdf_113>. Acesso em: 1 abr. 2019.

LOPES, C. J. O.; MEDEIROS, G. R. N.; SOARES, L. S. Quilombos contemporâneos na Amazônia: debates e contribuições geográficas. In: Encontro Nacional da Anpege. *Anais...* Presidente Prudente: UFGD Editora, 2015, p. 1276-1287.

MUSSI, R. F. de F. Atividades físicas praticadas no tempo livre em comunidade quilombola do alto sertão baiano. *Licere*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 157-187, mar. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1080/801>>. Acesso em: 5 de dez. 2019.

PASTORAL DA CRIANÇA. *Quem somos*. Disponível em: <<https://www.pastoraldacrianca.org.br/quemsomos>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

PISANI, M. da S. Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo. *Ponto Urbe [Online]*, n. 14, 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/1621#quotation>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

SILVA, D. A. *Diagnóstico ambiental para licenciamento ambiental da atividade de olaria e cerâmica*. Três Rios, 2017. 79 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão Ambiental) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SILVA, D. B. R. N. da. a luta pelo controle da festa de São Benedito em Bragança, Pará, na metade do século XX. In: XXIX Simpósio Nacional de História. *Anais...* Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501709956_ARQUIVO_A_Luta_Festa_SBenedito_Braganca_Dario_BRN_Silva_ANPUH_2.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2019.

SILVEIRA, O. Vinte de novembro: história e conteúdo. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep/MEC, 2003, p. 21-42.

Esporte e lazer em comunidades quilombolas: uma realidade no interior da Amazônia

Edna Ferreira Coelho Galvão¹⁵

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar¹⁶

Aldenora Silva Leite¹⁷

Margarete dos Reis Abreu¹⁸

Lizane Brasil de Sousa¹⁹

Introdução

Com o avanço do reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais pelo Estado em 1988, por meio da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), tornou-se possível pensar a importância da prática de esporte e lazer para o exercício da cidadania, assim como criar mecanismos para planejar, implementar e avaliar políticas públicas de esporte e lazer. Nestes 30 anos, não é possível negar os avanços em políticas públicas de

¹⁵ Professora do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. Doutora em Educação pela UFF/RJ. Líder do Gepsa. Pesquisadora Colaboradora do Cedes-PA. E-mail: efcgalvao@gmail.com.

¹⁶ Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutora em Educação. Pesquisadora do Projeto Especial I do Cedes-PA. Coordenadora do Núcleo de Formação Indígena. Líder do Grupo de Estudos Indígenas na Amazônia (Geia) de Belém-Pará. E-mail: joelmaalencar@uepa.br.

¹⁷ Professora de Educação Física pela UEPA/STM. Participante do Gepsa. E-mail: aldenorasilvaleite2013@gmail.com.

¹⁸ Professora de Educação Física pela UEPA/STM. Participante do Gepsa. E-mail: margareteabreu80@gmail.com.

¹⁹ Professora de Educação Física pela UEPA/STM. Participante do Gepsa. E-mail: lizanebrasilstm@gmail.com.

esporte e lazer no país, contudo, há que se refletir criticamente como vem se dando o acesso a essas políticas nas diferentes cidades e espaços do país (WERLE, 2010).

Ao longo desses 30 anos, proliferou em todo o país a construção de equipamentos culturais de lazer, aqui entendidos como instalações ou espaços destinados à vivência do esporte e lazer da população, provenientes das políticas públicas, sejam municipais, estaduais ou federais. Contudo, esta realidade não representou democratização do acesso, principalmente quando se considera a relação centro-periferia, na qual se percebe o distanciamento das políticas públicas ou mesmo um esvaziamento de conteúdo/qualidade desta política. Isso se materializa ao analisar a distribuição dos equipamentos culturais de lazer pelo espaço geográfico das cidades e estados. O que se encontra é uma grande desigualdade entre os espaços centrais e os periféricos, comum em todo território nacional (SANTOS, 2011).

Partindo deste contexto, e direcionando o centro da análise para grupos tradicionais, como comunidades quilombolas no interior da Amazônia, o acesso às atividades e aos equipamentos de lazer, via políticas públicas de esporte e lazer, torna-se um objeto completamente estranho. Contudo, a marginalidade das comunidades quilombolas dos bens culturais produzidos pela humanidade não causa espanto, uma vez que este grupo vem sendo expropriado historicamente de seus direitos nos diferentes níveis e espaços sociais, e com o esporte e o lazer não poderia ser diferente.

Neste trabalho, considerou-se por comunidades quilombolas aquelas comunidades que se organizam em torno da terra como um bem comum, e que apesar de não manterem as mesmas condições e modos de vida, veem a terra para além de um espaço de subsistência; a terra representa pertencimento, modo de existir, espaço de construção e manutenção de relações familiares e sociais. Neste sentido, a terra assume o centro de suas lutas coletivas, assim como fizeram seus ancestrais. Contudo, essas comunidades enfrentam muitos problemas, como grilagem de terra,

“falta de apoio do governo e da escassez de condições de trabalho, saúde, educação, lazer, esporte, e se organizam a partir da reivindicação de seus direitos e de sua cidadania” (LARA, 2012, p. 38).

Neste sentido, o presente artigo traz os resultados de uma investigação realizada com comunidades quilombolas em dois municípios da região oeste do Pará, acerca das políticas públicas, equipamentos e as manifestações de esporte e lazer presentes no cotidiano dos comunitários. Esse estudo fez parte das ações que compõem o Observatório do Esporte e do Lazer no Estado do Pará, desenvolvido por quatro grupos de pesquisa do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede Cedes no Estado do Pará: Grupo de Estudos Indígenas na Amazônia (Geia/UEPA), Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social (Etthos/IFPA) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Saúde de Povos Amazônidas (Gepespa/UEPA).

A pesquisa foi desenvolvida pelo Gepespa/UEPA com a proposta de identificar as práticas de esporte e lazer presentes em comunidades quilombolas, assim como levantar os equipamentos públicos de esporte e lazer nas comunidades. Para tanto, foi realizada uma investigação em sete comunidades quilombolas, uma do município de Prainha e seis do município de Santarém. Foram aplicados questionários aos gestores de esporte e lazer nos municípios, representantes e moradores das comunidades, que puderam apresentar um panorama geral da realidade vivenciada nas comunidades quilombolas. Os dados foram analisados na perspectiva da análise de conteúdo categorial.

A análise do acesso ou não às políticas públicas de esporte e lazer nestas comunidades não define a presença ou ausência destas vivências, mas permite uma análise das relações de forças que configuram as interações no cotidiano das cidades, assim como possibilita perceber os mecanismos que mantêm as desigualdades sociais como forma de dominação dos grupos étnicos tradicionais.

Espera-se poder contribuir com o diagnóstico de políticas públicas de esporte e lazer em comunidades tradicionais do Estado do Pará, como também fomentar o debate acerca da inclusão e processo de formação no âmbito do esporte e lazer.

Marco teórico

Entende-se por políticas públicas um conjunto de ações políticas voltadas para garantir direitos e atender demandas sociais em diferentes frentes de reivindicações. Elas se apropriam dos anseios e necessidades presentes no ambiente particular e se concretizam em ações coletivas no espaço público (GUARESCHI et al., 2004, p. 180).

Neste contexto, pensar em políticas públicas de esporte e lazer é garantir à população, sem discriminação de raça, sexo, idade, situação socioeconômica ou geográfica, acesso a um bem público garantido constitucionalmente. É atender demandas que vão surgindo nos diferentes grupos sociais à medida que percebem a necessidade de espaços públicos destinados ao cuidado de si e à sociabilidade. O esporte e o lazer enquanto direito de todos os cidadãos estão assegurados também nas constituições estaduais e leis orgânicas dos municípios brasileiros. Portanto, é necessário unir esforços para defender uma política pública de esporte e lazer ancorada em princípios éticos fundamentais de justiça, equidade e autonomia, buscando a inclusão social e o acesso aos bens culturais, esportivos e de lazer de todas as pessoas.

Na história do esporte e lazer, a garantia de direitos pode ser considerada uma conquista recente, uma vez que, enquanto prática social, tem seu reconhecimento ligado ao processo de industrialização e mudanças nas relações de trabalhos. As extensas jornadas e as condições de trabalho impostas à sociedade no final do século XIX mobilizaram os trabalhadores para reivindicar um tempo livre do trabalho para se dedicarem a outras atividades sociais e recuperar as forças para o tempo do trabalho (MASCARENHAS, 2000). Contudo, a busca por um tempo

livre se transforma em tempo de “transmissão, transformação e reflexão cultural” (MARCELLINO, 2007), agregando maior importância às políticas públicas de esporte e lazer, pois o tempo dedicado a estas práticas, para além da recuperação para o trabalho, configura um espaço com potencial para o desenvolvimento humano.

Para a garantia de direitos no âmbito do esporte e lazer, as políticas públicas têm que versar sobre as atividades e/ou modalidades, assim como o tempo, o espaço e os equipamentos necessários às suas vivências. O espaço deve ser entendido como local apropriado para as atividades de esporte e lazer, e os equipamentos como “instrumentos” construídos para direcionar o uso do espaço para atividade esportivas e de lazer, como quadras, parques, ginásios, praças, etc. (ANTUNES, 2006).

As desigualdades sociais aprofundam as dificuldades ao acesso das famílias de comunidades quilombolas aos conhecimentos e às práticas historicamente construídas no âmbito do esporte e lazer. Paradoxalmente, as vivências nesse campo vêm assumindo um importante papel no processo de valorização e preservação do patrimônio histórico, social, ambiental e cultural dessas comunidades, contribuindo efetivamente com a possibilidade de vivências significativas, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos, além de preservar a identidade dos locais e aumentar o potencial turístico de cada comunidade.

Nesta perspectiva, o esporte e o lazer apresentam grande potencial para a formação e educação humana, assumindo a condição de prática de emancipação, durante o tempo livre. Viana et al. também defendem a caracterização do esporte e lazer como um tempo e espaço necessário para a reconstrução cultural e realização plena da condição humana, “podendo exercer um significativo papel social, político, econômico e cultural, se forem assumidos enquanto cultura vivenciada no tempo disponível, e como um direito inalienável de todo cidadão” (VIANA et al., 2017, p. 2).

Contudo, o esporte e lazer vêm se apresentando, nos diferentes discursos, programas e projetos, como uma solução para os problemas e

mazelas sociais, e muitas vezes, não conseguem atingir os objetivos porque não conseguem efetivar simples mudanças na realidade local. Por isso, muitos projetos têm sido alvo de crítica, porque desconsideram a realidade e necessidade local, os conhecimentos técnicos de quem realiza os projetos sociais ou porque são motivados por ações oportunistas e acabam não se efetivando como agentes de transformação social (CORREIA, 2008). Essa utilização distorcida ou equivocada do esporte e do lazer acaba refletindo-se em superestimação, desprestígio ou desperdício de investimentos em muitos projetos sociais e até mesmo deixando a população desacreditada.

Percebe-se que os espaços públicos cada vez mais vêm perdendo seu uso multifuncional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo e de esporte. Pois a falta de espaços de esporte e lazer contribui para esses fatores. Assim, as pessoas que não têm opções de lazer nos logradouros públicos, em espaços e equipamentos destinados a esta prática, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico (MARCELLINO, 2006).

No entanto, esse processo não é apenas resultado da falta de espaços para o esporte e o lazer, mas também da dificuldade de acesso a essas áreas, da falta de políticas públicas de esporte e lazer para os espaços e equipamentos, da falta de divulgação desses espaços e da violência, que também contribuem para que a população tenha espaços de esporte e lazer restritos (BAHIA et al., 2006). Assim, os estudos que se voltam a investigar este contexto são importantes para diagnosticar a realidade local e contribuir com a reflexão sobre as dificuldades das pessoas terem acesso a esses espaços, como também sobre construção de políticas públicas de esporte e lazer para as comunidades.

Sobre as manifestações de esporte e lazer

Uma das questões apresentadas aos comunitários se referia à presença de políticas públicas de esporte e lazer na comunidade, de algum projeto

ou programa desenvolvido pelo poder público com foco no esporte e lazer, e a resposta unânime foi não. Nenhuma das comunidades participantes do estudo teve alguma intervenção, mesmo que de forma pontual, de projetos/programas voltados ao esporte e lazer.

Quando questionados sobre as atividades de esporte e lazer presentes nas comunidades, as respostas permitiram a construção do quadro abaixo:

Atividades de esporte e lazer presentes na comunidade		Quantidade de comunidades
1°	Banho de igarapé	4
2°	Futebol	7
3°	Danças (carimbó, dança do tucunaré, baile da paquera)	7
4°	Festas (junina, padroeira, festa da dourada, procissão de São João, festival do açaí)	4
5°	Banho de rio (praia)	2
6°	Voleibol	2
7°	Pescaria	2
8°	Fut-água	2
9°	Capoeira / maculelê	1
10°	Jogo de bilhar	1
11°	Trilha	1
12°	Rabetagem	1
Espaços e equipamentos de esporte e lazer na comunidade		Quantidade de comunidades
1°	Praia	2
2°	Igarapé / balneário	3
3°	Campo de futebol	5
4°	Área da escola	2
5°	Barracão comunitário	1
6°	Ginásio esportivo	1

É possível verificar que as atividades de futebol e danças, nas suas diferentes possibilidades, estão presentes em todas as comunidades (7), em seguida, as festas e banho de igarapé têm maior registro (4). O banho de rio, o voleibol, a pescaria e o fut-água apareceram nos relatos de duas comunidades, e o jogo de bilhar, a trilha e a rabetagem²⁰ em apenas uma comunidade cada. Isso ratifica que a mudança do sentido na prática cotidiana do esporte de alto rendimento para esporte de lazer ocorreu pela projeção do lazer enquanto elemento intrínseco à atividade humana, transformando as práticas esportivas no tempo livre em entretenimento, diversão, participação, bem-estar e qualidade de vida.

No que se refere ao equipamento de esporte e lazer, a maior parte das comunidades (5) registraram os campos de futebol, em seguida os igarapés/balneários (3), o acesso à praia em época de seca e o uso da área da escola foram pontuados por duas comunidades, e com menor registro (1) o barracão²¹ comunitário e o ginásio esportivo. Esses espaços esportivos são espaços públicos construídos com a finalidade de garantir acesso ao lazer na sua versão contemplativa e ativa, principalmente. Eles se encontram classificados em áreas de acesso restrito e áreas de acesso livre. Dentre os espaços públicos de acesso restrito, estão aqueles que oferecem algum tipo de regramento para obter o acesso ou permissão de uso, apesar de serem públicos. Enquadram-se nessa categoria os espaços dos centros comunitários e das escolas públicas.

Vale ressaltar que com o processo de urbanização, muitas cidades vêm investindo em espaços privados de lazer, e como exemplo, pode-se citar os shoppings, que muitas vezes acabam sendo um privilégio para poucos. As cidades estão cada vez mais divididas, possuindo grandes áreas privadas de lazer e poucos investimentos em centros públicos de lazer. As infraestruturas de lazer estão cada vez mais se fechando para grupos com maior poder aquisitivo, como os grandes shoppings com área

²⁰ Passeio em barco pequeno com rabeta, pequeno motor de popa.

²¹ Espaço destinados às reuniões dos comunitários, programações diversas e festas.

de lazer destinados a adultos e crianças, os parques de diversões e as pistas de patinação.

Até mesmo o setor imobiliário vem investindo nesse novo padrão de lazer. Os grandes condomínios investem em um lazer totalmente privado, oferecendo espaços com grandes piscinas, cinemas, quadras diferenciadas, etc. Isso faz com que as pessoas deixem de se relacionar e se fechem em espaços privados totalmente elitizados. Dessa forma, cada vez menos se encontra locais públicos de lazer destinados a toda a população. Deve-se atentar ainda que alguns parques e praças são criados, mas não oferecem atividades para a população. Dessa forma, o lazer se torna monótono e desagradável.

A preferência pelo futebol recreativo, conhecido popularmente como “pelada”, deve-se ao fato de que, como uma opção de lazer ao alcance comum, pode ser praticado de forma lúdica e sem regras rígidas, sem a necessidade de equipamentos e uniformes especiais ou qualquer outra formalidade e disciplina de jogo. Pimenta (2009) considera que a pelada, assim como o futebol amador, acontece no meio urbano no tempo social do não trabalho, ou seja, geralmente nos finais de semana, e no meio rural ocorrem quase diariamente, sobretudo, nos finais de semana.

A informalidade da atividade faz com que o grupo tenha mais liberdade para praticar essa atividade de forma mais descontraída, que proporcione prazer. Outro aspecto que caracteriza o grupo como coletivo se refere às exigências técnicas. Por mais que exista a competitividade, ela aparece de forma pouco exigida. Essas características do grupo e seus comportamentos em relação ao esporte dão a ideia que, enquanto coletividade, faz o grupo viver o seu esporte, que se caracteriza por ser um conjunto de atitudes ativas que contribuem para formar em cada grupo seu estilo de vida.

Conforme Dieckert (1984), o esporte de lazer não precisa de estádios, de locais fechados ou mesmo de equipamentos de última geração que só os iniciados conseguem utilizar. O esporte de lazer exige equipamentos

amplos que possam ser aproveitados por diversas faixas etárias, tipos de pessoas e jogos. Os equipamentos devem atender amplas necessidades, não ficando somente “presos” a uma modalidade.

Nessas comunidades, a realização das partidas da modalidade de futebol recreativo é espontânea, envolvendo homens e mulheres, e é normal encontrar famílias inteiras ao redor do campo acompanhando o jogo. A frequência dos jogos depende do dia de trabalho; caso o cansaço seja maior que o desejo de brincar, o jogo será adiado para o dia seguinte ou simplesmente cancelado. Assim, em algumas semanas, os jogos poderão ocorrer de segunda à sexta-feira, sempre no final da tarde, como também noutras poderá não ocorrer, mas essa espontaneidade não significa desorganização (PIMENTA, 2009).

Outra questão apresentada aos participantes da pesquisa foi sobre a importância do esporte e lazer na comunidade.

A importância do esporte e lazer na comunidade		Quantidade de comunidades
1º	É importante, principalmente no final de semana, momento de você descansar.	7
2º	É de grande importância, pois pelo esporte, a comunidade teve um bom desempenho [em campeonatos].	1
3º	É importante para ocupar a cabeça, ajuda a não pensar besteira.	5

A relação do lazer como momento de descanso (7) e ocupação da cabeça para não pensar besteira (5) configura a maior importância do lazer para as comunidades. Contudo, uma comunidade relatou que as vivências do esporte e lazer permitem que a comunidade se prepare para participar de competições na tentativa de obter bom desempenho. Assim, apesar de fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas, o lazer, como atividades esportivas ou culturais, não é uma realidade comum a todos. Nessa

perspectiva, considera-se que as políticas devem consolidar uma educação pelo e para o lazer, que o veja não como objetivo de mercantilização, mas como produtor de igualdade para a construção da cidadania.

Conforme Viana (2017), o lazer possui uma importância especial por caracterizar-se como espaço de encontro e de convívio. Mas torna-se importante não reforçar o seu conceito relacionado apenas ao divertimento e descanso, numa visão de caráter parcial e limitado, deixando-se outros valores de lado, como o desenvolvimento pessoal e social. O lazer deve ser entendido mais além, constituindo-se em uma experiência de desenvolvimento ocorrida dentro do tempo-espaço disponível. Portanto, torna-se necessário reconhecer que as políticas sociais devem ser constituídas pelo poder público, porém discutidas e elaboradas em conjunto com a sociedade, visando ampliar os canais de participação e decisão.

Outra questão levantada foi sobre o maior problema enfrentado na atualidade pela comunidade, e as respostas de referência estão no quadro abaixo:

Qual o maior problema da comunidade		Quantidade de comunidades
1º	Falta de apoio dos governantes. A falta de infraestrutura na estrada. Nossa comunidade de várzea é esquecida pelos representantes.	5
2º	Meninas que namoram cedo e acabam engravidando.	1
3º	A violência.	1
4º	A cheia.	1
5º	A chegada de um fazendeiro querendo o igarapé.	1
6º	O alcoolismo é um dos problemas evidentes na comunidade, que envolve o adolescente.	4

De acordo com os comunitários, a falta de apoio dos governantes é um dos maiores problemas (5), seja por não garantir trafegabilidade nas

estradas, principalmente na época das chuvas, seja por não garantir acesso aos direitos constitucionais, em especial a saúde e o lazer. Outro problema apresentado por grande parte das comunidades (4) está relacionado ao uso de álcool, em especial pelos adolescentes. Também destacaram como problema a violência (1), gravidez na adolescência (1), a cheia do rio (1) e a presença de fazendeiros (1).

É frequente esse reconhecimento do esporte como canal de socialização positiva ou inclusão social, revelado pela maioria dos projetos esportivos destinados aos jovens das classes populares, financiados por instituições governamentais e privadas. Na maioria das vezes, a importância da prática esportiva na formação e no desenvolvimento humano da população é ressaltada por seus valores morais, psicológicos e sociais, e favorecimento na prevenção de doenças crônico-degenerativas, desagregação familiar e hábitos nocivos, tais como o álcool, o fumo, as drogas e a marginalização. Entretanto, é imprescindível que se diferencie a efetiva contribuição da prática esportiva social dos processos naturais de crescimento e desenvolvimento dos indivíduos, assim como de oportunizar espaços de transformações permanentes nas competências cognitivas, pessoais, sociais e produtivas, e não correr o risco de fomentar a prática pela prática.

Conclusão

O estudo demonstrou a ausência do poder público nas comunidades quilombolas investigadas, quando o foco se volta para as políticas públicas de esporte e lazer, contudo, a comunidade usa dos recursos e espaços naturais para várias vivências de esporte e lazer que surgem espontaneamente no cotidiano das comunidades. Desta forma, os eventos e atividades neste setor são promovidos pelos próprios comunitários ou representantes de clubes locais. A falta de investimentos públicos para garantir a acessibilidade da população às diferentes manifestações esportivas e vivências do lazer

interfere na forma como a população usufrui o seu tempo livre. No caso das comunidades investigadas, a falta de espaços e equipamentos específicos, assim como a infraestrutura das comunidades, constitui um problema para os moradores, bem como a presença do álcool e a gravidez entre os adolescentes.

Conclui-se que há a necessidade de fomentar ações educativas nas comunidades a fim de que possam conhecer seus direitos de forma mais ampla no que se refere ao tema em estudo. Faz-se necessário também fomentar, junto ao poder público local, uma agenda de discussão referente a políticas públicas de esporte e lazer para todo o município, com ampla participação de representantes das comunidades, a fim de que as demandas possam ser (re)conhecidas e caminhos para a sua resolução possam ser apresentados conjuntamente.

Este estudo permitiu ampliar o conhecimento em relação à realidade vivenciada por comunidades quilombolas acerca do esporte e lazer, assim como permitiu também a reflexão acerca das necessidades de implementação de políticas públicas que garantam os direitos desses grupos sociais, em especial aquelas voltadas para o esporte e lazer, como forma de garantir os direitos sociais constitucionais de cada cidadão das referidas comunidades.

Referências

ANJOS, L. P. O esporte como lazer. *Universidade do Futebol*, 25 jan. 2008. Disponível em: <<https://universidadedofutebol.com.br/o-esporte-como-lazer/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ANTUNES, M. F. S.; SOUSA, R. L. Q. Os espaços públicos de lazer para a prática esportiva: mapeando a cidade de Uberlândia – MG. *Revista Horizonte Científico*, Uberlândia, v. 3, p. 1-7, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4339>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BAHIA M. C.; COSTA, M. C.; CABRAL, D. M.; CARAVELAS, D. C. Os Espaços e equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém-PA: UFPA/Naea/Anpur, 2008.

CORREIA, M. M. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. *Revista Eletrônica da Escola de Educação Física e Desporto - Uerj*, v. 4, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/9114>>. Acesso em: jul. 2016.

DIECKERT, Jürgen. Peculiaridade e autonomia do esporte de lazer. In: DIECKERT, Jürgen (Org.). *Esporte de lazer: tarefa e chance para todos*. Trad. Maria Lenk. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

GALINDO, A. G. Esporte e Lazer Municipal: Reflexões sobre as bases do Planejamento e gestão Público. *Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Santana-AP*, v. 2, n. 1, jan. 2006. Disponível em: <<https://mid.curitiba.pr.gov.br/2015/00160848.pdf>>. Acesso em: jul. 2016.

GUARESHI, Neuza; COMUNELLO, Luciele Nardi; NARDINI, Milena; HOENISCH, Júlio César. Problematizando as práticas psicológicas no modo de enfrentar a violência. In: STREYI, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAERGER, F. P. (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

LARA, Larissa Michelle. Esporte e lazer em comunidades quilombolas no paraná: identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas. *Revista Pensar a Prática*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 1271, jan./mar. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/18017>>. Acesso em: 24 out. 2019.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. Animador Sociocultural. *Revista Iberoamericana*, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac201.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Lazer, espaço urbano e transversalidade. In: CARVALHO, João Eloir (Org.). *Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: Champagnat, 2006.

_____. *Políticas públicas de lazer*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2015.

_____; FERREIRA, M. P. A. *Brincar, jogar, viver*. Programa Esporte e Lazer da Cidade, Vol. I, 2007. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/livroV1.pdf>>. Acesso em: jul. 2016.

MARQUES, R. F. R. *Esporte e qualidade de vida: reflexão sociológica*. Campinas, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/275231/1/Marques_RenatoFranciscoRodrigues_M.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MASCARENHAS, F. *Lazer e grupos sociais: concepções e métodos*. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado Em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/275398/1/Mascarenhas_Fernando_M.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

MASCARENHAS, F. Exclusão Social Clube: problema para as políticas públicas e gestão em esporte e lazer. *Lecturas educación física y deportes*, n. 95, p. 1-15, 2006. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2003684>>. Acesso em: 10 out. 2019.

PIMENTA, Rosângela Duarte. *Desvendando o jogo: futebol amador e pelada na cidade e no sertão*. Recife, 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9468/1/arquivo4263_1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SILVA, Nivaldo Vieira da (org.). Políticas públicas de esporte e lazer: reflexos sobre sua aplicabilidade em municípios brasileiros. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, v. 3, supl. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=view&path%5B%5D=1074&path%5B%5D=789>>. Acesso em: 20 out. 2018.

VIANA, Raimundo Nonato Assunção et al. *Práticas corporais nas comunidades quilombolas: elementos para construção de políticas públicas de esportes e lazer em terras do Maranhão*. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís/MA, UFMA, 22-25 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/praticascorporaisnascomunidadesquilombolaselementosparaconstrucaodepoliticaspUBLICASdee.pdf>>. Acesso em: dez. 2019.

WERLE, V. *Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer*. Motriz, Rio Claro, v. 16, n. 1, p. 135-142, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://ceved.org.br/biblioteca/reflexoes-sobre-participacao-nas-politicas-publicas-esporte-lazer/>>. Acesso: 10 jun. 2016.

Tourada: primórdio do esporte em uma Belém do Pará sob os acenos da modernidade (1870 a 1910)

*Douglas da Cunha Dias*²²

*Lucília da Silva Matos*²³

*Mirleide Chaar Bahia*²⁴

*Wellington da Costa Pinheiro*²⁵

*Aline da Silva Oliveira*²⁶

Uma pesquisa que se anuncia: touradas em Santa Maria de Belém do Grão-Pará

Nem bem iniciava a década de 1890 e corria à boca miúda que, após inúmeras críticas relativas às condições estruturais do “Prado Paraense”, local onde ocorriam as touradas – ou para usar o termo da época, tauromachia –, finalmente a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-

²² Doutor em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação do Corpo, Práticas Físicas Institucionalizadas, Educação Física e Esporte (Hápax/UFPA). Pesquisador do Cedes-PA. E-mail: douglasdc_dias@hotmail.com.

²³ Doutora em Ciências Sociais. Professora do Instituto de Ciências da Educação (UFPA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Lazer e Ludicidade (Moçarai/UFPA). Coordenadora e pesquisadora do Cedes-PA. E-mail: luciliasmatos@gmail.com.

²⁴ Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental. Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) e da Universidade Federal do Pará (UFPA). Líder do Grupo de Pesquisa em Lazer, Ambiente e Sociedade (Gplaz/UFPA). Pesquisadora e coordenadora adjunta do Cedes-PA. E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

²⁵ Doutor em Educação, linha Educação, Cultura e Sociedade, pela Universidade Federal do Pará. Professor do Curso de Educação Física do Instituto de Ciências da Educação. Pesquisador colaborador do Cedes-PA. E-mail: wellingtoncpinheiro@hotmail.com.

²⁶ Discente do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Pará. Bolsista do Cedes-PA.

Pará inauguraria um palco digno dessa prática surgida na Europa, e que acontecia no Brasil, mesmo que de forma esporádica e pouco organizada, desde o período colonial (MELO, 2001). Correspondendo às expectativas, em 1893 foi inaugurado o “Colyseu Paraense”, fato que deixou as elites belenenses extasiadas com esse novo aceno da modernidade, a ponto de não se fazerem de rogadas: cavalheiros se dirigiram ao espetáculo, anunciado semanas a fio, trajando paletó, gravata e chapéu, e as damas, com seus longos e garbosos vestidos. Aquela Belém dos anos de 1890 acreditava ser a “Petit Paris”, movida que era pelas riquezas advindas do comércio da borracha, no tempo histórico que ficou posteriormente conhecido como *Belle Époque* (1870 a 1912). Nesse contexto, a tauromachia, espetáculo envolvendo o confronto entre homem e animal, pode ser pensada como elemento que integra os primórdios do processo que instaurou o esporte moderno em Belém, configurando-se, também, qual elemento de sociabilidade a compor a nova ordem urbana então instalada, como se verá adiante no texto.

A pesquisa ora em preâmbulo é um recorte específico da pesquisa *Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer*, do Centro de Pesquisas do Estado do Pará, da Rede Cedes. Justificamos tal recorte justo por sentirmos necessidade de analisar de forma profunda uma única prática, justo as touradas, entendendo-as como elemento-chave ao processo que instalou o esporte moderno em Belém. Poderíamos investigar também outros divertimentos (ou “sports”, como por vezes eram chamados) dos tempos aqui evocados, tais como o turfe e a velocipedia. Entretanto, isso tenderia a fragilizar nossas análises, justo pelas particularidades desses três universos. Por isso, voltaremos nossos olhares às touradas, entendo que, mesmo que essas guardem especificidades em relações às demais já citadas, há elementos comuns entre todas a ponto de, pensando uma, podermos a ela associar as demais. Destacamos, a título de esclarecimento, quais seriam tais pontos: 1) Adoção processual desses divertimentos (“sports”) por parte das elites belenenses enquanto momento de sociabilidade regido pela lógica do espetáculo e da diversão; 2) Tais divertimentos (“sports”) compondo o processo de integração de Belém aos acenos da modernidade

em curso, bem como aos tentáculos do capitalismo; 3) O papel de meras espectadoras delegado às mulheres em tal universo; 4) a presença de uma estrutura organizacional próxima do que caracterizaria, mais adiante, o esporte moderno. Além do exposto, escolhemos a tourada porque a mesma, desde seu início, atraiu maior público, incluindo a elite. Ou como diz uma crônica de 1893, naquele momento era possível “[...] afirmar, sem receio [...] que este é o gênero de diversão para o qual o nosso publico mais se sente attrahido [...]” (CORREIO PARAENSE, 1893, p. 2).

Adotamos como recorte temporal o período compreendido entre a década de 1870 e 1910, recorrendo de forma pontual, para efeito de melhor contextualização histórica, a décadas anteriores. Jornais do período evocado, pertencentes ao acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna, setor de microfilmes, do Centro de Convenções Tancredo Neves (Centur), foram as fontes de nossa pesquisa. O objetivo foi analisar a tourada enquanto prática que caracteriza os primórdios do processo de instauração do esporte moderno em Belém do Pará. O problema de pesquisa assim se configurou: quais elementos históricos configuram a tourada e as regatas festivas como partícipe da instauração do esporte moderno em Belém do Pará na transição do século XIX para o XX? Caracterizada como estudo historiográfico de caráter documental, a pesquisa adotou a História Cultural como norteadora para a análise das fontes, o que implicou interpretar o conjunto de transformações de mentalidades e sensibilidades pertinentes ao recorte temporal e ao tema. Serão três os momentos: primeiro, discutiremos uma Belém da *Belle Époque* sob os acenos da modernidade; em seguida, serão discutidas as touradas; por fim, à guisa de conclusão, pensaremos tal prática como primórdio do esporte na capital do Grão-Pará.

Uma Belém a caminho da modernidade: notas esparsas sobre a *Belle Époque*

Inicialmente, é possível afirmar que desde o século XIX foi instalado um processo que impôs o modo de produção capitalista a “[...] todos os

países, mesmo os até então mais isolados [...] ao menos periféricamente [fazendo com que os mesmos ficassem] presos pelos tentáculos dessa transformação mundial [...]” (HOBSBAWM, 2002, p. 46). Desse modo, um conjunto de transformações geoeconômicas acabou atingindo todo o mundo ocidental, a ponto de podermos afirmar que, tal qual “[...] a maior parte das mudanças sociais repentinas, a ‘revolução urbana’ era um fato sobre-determinado – vivenciado quase inconscientemente” (SENNETT, 2006, p. 261). Com efeito, norteados pela lógica capitalista, o tecido urbano foi desenhado pelos traços da modernidade e dos ideais civilizatórios de modo “[...] convulsivo e irresistível, [que] podia ser entrevisto com pequenas diferenças temporais e variações regionais, por exemplo, em Paris ou em Buenos Aires, [...] São Paulo, Manaus ou Belém [...]” (SEVCENKO, 1989, p. 42). Os acenos da modernidade eram muitos, e um Brasil agora República fundava-se a partir de um ideário “[...] que se impunha menos como opção e mais como etapa obrigatória e incontornável. O grande modelo civilizatório seria a França, com seus circuitos literários, cafés, teatros e uma sociabilidade urbana almejada em outras sociedades” (SCHWARCZ, 2012, p. 19).

Esses ares utópicos foram respirados em Belém, e também Manaus, durante o período da *Belle Époque* amazônica, sendo que a economia da borracha modificou a ordem econômica de Belém, transformando a estrutura social da cidade, que viu surgir uma nova elite formada por seringalistas, comerciantes (em sua maioria portugueses), profissionais liberais pertencentes a famílias ricas e tradicionais (quase sempre educados na Europa) e homens do setor financeiro que se juntaram aos membros da velha elite, formada por proprietários de fazendas de gado, militares do alto escalão e donos de engenhos (CANCELA, 2011; SARGES, 2010). Noutra perspectiva, os impactos da *Belle Époque* sobre Belém ganham complexidade se considerarmos que até as primeiras décadas do século XIX a capital do Grão-Pará atrelava sua economia à Europa, pautada na exploração das chamadas “drogas do sertão”, bem como na exportação de

cacau, algodão e tabaco, sujeitando a economia belenense às variações e crises do mercado internacional (SARGES, 2010). A fragilidade econômica da cidade parece evidente se considerarmos uma crônica dos anos de 1850, que afirmava que a lavoura caía em marasmo porque os “[...] cultivadores não reconhecem outros processos [...] senão os seculares [...]. Estudo da sciencia agraria, o uso das maquinas [...] tudo existe ainda em embrião” (A EPOCHA, 03.01.1859, p. 2).

Compreender esse contexto é fundamental para entendermos o mecanismo que sustentou a fase áurea da borracha em Belém, fundamentalmente no que diz respeito à mão de obra, pois durante o apogeu da borracha, o modelo de produção se caracterizou, entre outros aspectos, pelo alargamento territorial das áreas exploradas, predomínio dos migrantes nordestinos como mão de obra e isolamento do seringueiro no trabalho (CANCELA, 2011). De fato, dizia um jornal, em idos de 1870, que “[...] os seringueiros vivem na miséria; suas companheiras, magras, amarellas parecem cães pirocas; seus filhos barrigudinhos fazem chorar de piedade” (O LIBERAL DO PARÁ, 29.07.1873, p. 2). Aquela Belém enriquecida via as camadas pobres aumentando em número, impactando sobre a demografia citadina: em um curto espaço de tempo, a elite belenense testemunharia uma Belém de igarapés pestilentos, ruas lamacentas e insalubres e casas de madeira erguer casarões imponentes, arborizar ruas e praças, implantar um sistema de esgotos e canalização d’água, inaugurar o imponente Theatro da Paz (1878), substituir trapiches por um moderno porto e ficar maravilhada com as promessas de cura propagandeadas por um centro de hidroterapia prestes a ser inaugurado, um dos primeiros do Brasil.

Além do comércio da borracha, o advento da República deu novos e acelerados ritmos ao desenvolvimento urbano de Belém, sem que isto, vale ressaltar, trouxesse melhorias para a camada pobre da população, já que naquele momento “[...] a expressão modernizadora de Belém [subordinava-se] mais às necessidades econômicas do que aos objetivos práticos, ou seja, ao atendimento das necessidades básicas da população” (SARGES, 2010, p.

150). A nova configuração citadina, que incluía desde transformações dos espaços públicos até mudanças de usos e costumes, forjou-se a partir de um ideal de progresso que vinculava o apuro estético a preocupações higiênicas, excluindo as camadas pobres da população, “com seus hábitos perniciosos e sua aparência enfeada”, para usar termos da época.

À margem do crescimento econômico, a maioria da população belenense amontoava-se em cortiços e moradias de igual penúria. Juntavam-se a estes miseráveis inúmeros retirantes, que, fugindo da seca, acreditavam na imagem de ser a Amazônia um mundo promissor, a eles somando-se estrangeiros pobres. Tal quadro só aumentava os contrastes e matizes sociais de então, se considerarmos que a Belém gomífera recebia constantemente novos moradores estrangeiros, estes, capitalistas banhados pela riqueza. Movida pelo comércio da borracha e por ideais civilizatórios, a capital paraense buscava nas grandes reformas ocorridas em Paris, entre 1853 e 1870, sob a administração de Haussmann, um referencial. Era preciso demolir para construir, era preciso expulsar a população pobre que habitava ou circulava pelas áreas enriquecidas da cidade, em um processo de segregação. Estamos, portanto, em uma Belém que se queria moderna e europeizada. Caberia então, entre outras ações, modernizar usos e costumes. Partindo dessa premissa, podemos supor as práticas que conduziram a implantação do esporte moderno em Belém do Pará como sendo integrantes de uma modernidade forjada ao longo da *Belle Époque*. Consideremos então que, ao longo do século XIX e décadas iniciais do século XX, compondo uma inédita cultura urbana atrelada de forma direta ao capitalismo, o esporte moderno tenha surgido e se consolidado, de forma evidente, aos moldes dos países tidos como pioneiros de tal prática. Articulando essa perspectiva ao Brasil, mas pontuando as particularidades regionais, o surgimento do esporte pode ser pensado sob três aspectos, a saber: 1) durante a segunda metade do século XIX, de forma mais evidente e sistemática, a imprensa brasileira divulga a ideia de esporte como uma das novidades surgidas no continente Europeu; 2) ainda na segunda metade

do século XIX, o esporte se integra ao cotidiano de algumas capitais brasileiras, embora de forma pouco delimitada e organizada, cabendo, por isso, sob o mesmo termo, práticas diversas que, no decorrer do fio do tempo, deixariam de ser entendidas como esportivas; 3) já na transição dos séculos, surge aquilo que pode ser denominado esporte, implicando, entre outros, organização burocrática e institucionalização (MELO, 2001). Tais aspectos, quando articulados às fontes de nossa pesquisa, permitem supor a tourada como primórdios do esporte em Belém do Pará. Reunida em uma arena, vibrando e maravilhando-se com o confronto entre homens – e por vezes, mulheres – e touros, a elite de uma Belém da *Belle Époque* – e mesmo a população pobre que também compunha esse período histórico – ali encontrou momentos singulares de sociabilidades e, por que não, de viver os acenos da modernidade. Investiguemos então as touradas à sombra da modernidade que o entre século acenava a uma Belém da *Belle Époque*.

“Quem faltará aos touros?!” Uma Belém da tauromachia

O ano de 1894 estava por findar. Em um domingo ensolarado, homens da elite paraense, ligados ao setor comercial, fundam a “Empreza Tauromachia Paraense”, voltada à

[...] exploração da praça de touros denominada ‘Colyseu Paraense’ [...] pois, não obstante terem sido bem recebidos entre nós os torneios tauromachicos, começaram a decahir na época do corrente anno de 1894, por falta de animaes que tivessem sido creados especialmente para serem utilizados neste genero de divertimentos. (DIARIO DE NOTICIAS, 31.10.1894, p. 2).

Percebe-se que a tourada era prática bem aceita em uma Belém dos idos de 1890, mas faltava um lugar apropriado, e isso prejudicava a qualidade do espetáculo, uma vez que

[...] maior e mais agradável teria sido a surpresa, resultante d’este gênero de diversões se, porventura, houvesse sido iniciado em praça apropriada,

porque realmente, a que improvisaram é defeituosíssima [...]. Consta-nos que, á vista do resultado d'esta ultima tourada, se pretende edificar um amphitheatro para as corridas tauromachicas [...] porque, permita-se-nos a franqueza: no hyppodromo é impossível [...] (CORREIO PARAENSE, 27.12.1892, p. 1).

No ano seguinte ao da publicação dessa crônica, o Colyseu Paraense foi erguido para ser o palco das touradas. Mas ter um espaço próprio não bastava, tamanha era a crescente popularidade das touradas. Necessária foi a fundação de uma empresa, que adquiriu o “Colyseu Paraense”. A notícia apontava ainda que a empresa deveria realizar melhorias no Colyseu, cobrindo-o, “[...] com uma cúpula de vidro que [o] preserve das chuvas, ficando bem ventilada e com todas as condições hygienicas apropriadas ao nosso clima [...]” (DIARIO DE NOTICIAS, 28.12.1894, p. 1). Observa-se o ideal civilizatório em curso, expresso pela preocupação em garantir conforto e condições higiênicas ao público das touradas. Por outro lado, evidenciava-se a busca por um espetáculo capaz de atrair e animar o público, em sua maioria formado pela elite da borracha. A condição de espetáculo dependia do conforto oferecido pelo Colyseu e, sobremaneira, da qualidade e nível de desafio do confronto entre homem e touro. Destacava-se à época que a criação de gado em Belém era quase em sua totalidade voltada para o consumo, o que não permitiria a tais animais a bravura exigida em uma tourada. Esse problema seria superado, acreditavam os cronistas, uma vez que a nova empresa não se propunha apenas “[...] a apurar a raça só pela isolamento, mas também pelo systema empregado no estrangeiro [...] o gado será sujeito ás privações especiaes para que apresente a bravura indispensável” (DIARIO DE NOTICIAS, 31.10.1894, p. 2).

Embora não se enquadre na categoria esporte moderno,²⁷ para efeito desse momento da pesquisa, a tourada será entendida como prática festiva que pode ser pensada qual primórdio do esporte em Belém do

²⁷ Sobre o tema, ver Elias e Dunning (1992).

Pará, norteando o desenvolvimento de nossas argumentações, uma vez que envolvia certo nível de organização, calendário próprio e apostas em dinheiro, elementos esses – excetuando as apostas em dinheiro – que no fio do tempo constituirão o esporte no sentido aqui evocado. Cabe destacar que remete aos anos de 1892 o início das touradas em Belém, inicialmente em um local chamado “Prado Paraense”, que também era palco para corrida de cavalos. Após inúmeras críticas relativas às condições estruturais do local, em 1893 foi inaugurado o “Colyseu Paraense”, construído no largo da Batista Campos, mais especificamente na Rua Conselheiro Furtado com a rua São Vicente de Fóra (atual Avenida Serzedelo Córrea) (VIEIRA, 2014; SARGES, 2008). Consideramos que as touradas podem ser entendidas como integradas a um ideal civilizatório, uma vez que, ao chegarem ao solo belenense, vieram acompanhadas e celebradas por construções narrativas que associavam esse tipo de divertimento ao progresso em curso, além de destacarem a relevância das mesmas como momento de sociabilidade. Afirmava-se que

[...] estes divertimentos vão ganhando terreno a passos de gigante e se acham espalhados por quasi todo o mundo, não é, portanto, um atrazo na civilização do povo, nem causa de corrupção dos seus costumes. Nas touradas acha-se dissiminada a alegria, a liberdade espontânea nos semblantes risinhos dos espectadores alegres, que passavam divertidas horas do domingo no Colyseu Paraense (CORREIO PARAENSE, 30.05.1893, p. 1).

Pontuando a ainda frágil delimitação do campo esportivo e do próprio Colyseu como palco, ao anunciar a “Empresa Tauromachia Paraense”, vislumbra-se que a mesma, além de touradas, deveria receber “[...] outros espetáculos [...] como sejam: [...] torneios athleticos, pedestres, velocipédicos, bailes públicos e todas as diversões a que ella se preste”(DIARIO DE NOTICIAS, 28.12.1894, p. 1). Tem-se uma prática que era vista como divertimento e que, pouco tempo adiante, também seria entendida como “sport”. Destarte, avançando no fio do tempo, as touradas

acabaram se aproximando com o que posteriormente se configuraria como esporte. Eram formadas por “amadores”, em especial vaqueiros marajoaras, em contraponto aos “artistas”, que eram toureiros profissionais, quase sempre estrangeiros. Esses toureiros profissionais guardavam, acreditamos, relação com o que se chamaria em breve de “sportmen”. Ainda nos anos de 1890, surgem anúncios e crônicas de touradas na coluna “Notas Sportivas”, do jornal *Folha do Norte*, guardando um quê de narrativa espetacular ao destacar a braveza e desempenho dos toureiros, “[...] decididos a continuar a dar publico testemunho da sua generosidade e coragem” (FOLHA DO NORTE, 13.04.1897, p. 3). Noutra perspectiva, o desempenho dos toureiros frequentemente era objeto de crítica, posto ser comum ver “[...] ver artistas que deveriam saber a lide que um dado touro requer dar-lhe lide completamente oposta e avulta sempre entre os abusos d’elles, o de tirarem aos touros faculdades, o que depois os inutilisa completamente para o toureiro” (DIARIO DE NOTICIAS, 07.08.1894, p. 2).

Ao longo dos anos, as touradas crescem em popularidade, sendo propagandeadas como momento capaz de atrair “[...] as pessoas mais gradas de Belém [...] calculamos em 1.500 o numero de assistentes que applaudiram a todos os amadores” (O PARÁ, 06.02.1899, p. 2). Empresas estrangeiras traziam seus destemidos e hábeis toureiros para enfrentarem bravos touros também vindos do exterior, além dos touros nacionais, ou melhor, os bois que eram criados em Belém. Entretanto, nem sempre o que era anunciado acabava se concretizando. Foi o caso de uma tourada em janeiro de 1897, a última corrida da empresa Dias em Belém. De tal evento fariam parte oito touros portugueses e nacionais, esses propriedade dos fazendeiros Penna & Filho. A grande novidade seria a estreia do “[...] arrojado toureiro arabe, vindo de Alger [...] Allel Scandrani [...] que executará arriscadissimos saltos, parcheará e lidará os touros que lhe couberem e se prestarem [...]” (FOLHA DO NORTE, 15.01.1897, p. 3). Porém, quatro dias após a tourada, crônicas não pouparam críticas ao nível do espetáculo. Nem o arrojado toureiro Algeriano escapou, uma vez

que “[...] por ser pouco leve não deu um unico salto que prestasse [...]” (FOLHA DO NORTE, 19.01.1897, p. 3). Outra crônica soa mais crítica, ao agradecer por ter sido aquela a última corrida da empresa Dias em Belém, dizendo que a empresa poderia “[...] gabar-se de saber ‘sahir a tempo’, porque, a tentar novas ‘sortes’, arriscava-se a ser ‘colhida’ fatalmente pelo prejuízo [...]. Que torneio!... Foi uma fantochada ‘n’altura!’” (FOLHA DO NORTE, 25.01.1897, p. 2).

A construção das touradas como espetáculo em essência voltado às elites, mas que também era apreciado pelas camadas populares, compôs o movimento civilizatório imposto por aquela Belém gomífera. Feita por homens e para homens, a tauromachia reservava às mulheres apenas a condição de espectadoras. Isso não significa que as touradas não tenham cumprido importante papel no ingresso feminino ao universo das sociabilidades. Nesse sentido, na tourada que inaugurou o “Colyseu Paraense”, ocorrida no dia 13 de maio de 1893, houve “[...] grande affluencia do sexo bello, apesar de não haver logares reservados para elle [...]” (CORREIO PARAENSE, 19.05.1893, p. 2). A julgar pelos jornais coevos, as tardes de touradas reservavam papel de destaque às senhoras da elite belenense, mas apenas cumprindo o papel de espectadoras que deixariam o evento mais formoso com sua presença. Como fundamentação às discussões ora postas, cabe refletir com Melo e Junior (2016), quando os mesmos, pensando o papel das touradas em uma Salvador do entre séculos (XIX e XX), pontuam a relevância dessa prática no que diz respeito ao processo de constituição de novos usos e costumes atrelados a um entendimento civilizatório, uma vez que as touradas impactaram sobre “[...] a distensão dos costumes, inclusive para as mulheres, que aos eventos tauromáquicos podiam comparecer, inaugurando uma experiência pública mais costumeira” (MELO; ROCHA JUNIOR, 2016, p. 208). Não parece equivocado articular esse entendimento ao impacto das touradas em uma Belém da *Belle Époque*. Afinal, as tardes belenenses encontravam no Colyseu palco para que a elite pudesse ver e ser vista, incluindo as senhoras dessa classe privilegiada:

O Colyseu achava-se repleto de afficionados que se apinhavam nas archibancadas de sol e sombra. Nos camarotes, totalmente cheios, grande numero de senhoras da nossa melhor sociedade assistiram com enthusiasmo a esta primeira acorrida de amadores e que desejamos não seja a ultima (DIARIO DE NOTICIAS, 10.11.1896, p. 2).

Teriam sido as mulheres meras espectadoras das touradas? Aqueles tempos de novos divertimentos anunciavam como novidade uma quadrilha tauromachica “[...] vinda do Rio de Janeiro [...] composta dos seguintes artistas hespanhóes: Pedro Segarra, cavaleiro, diretor; d. Lola Cruz, cavaleira [...]” (DIARIO DE NOTICIAS, 10.08.1893, p. 1). As expectativas cresciam em torno da presença de uma cavaleira compondo a quadrilha que em breve se apresentaria em Belém. Mesmo que fosse com uma cavaleira espanhola, o papel das mulheres naquela tourada alcançaria a condição de toureira. Ao longo de semanas, o Colyseu Paraense anunciou aquele evento como uma esplêndida tourada, “[...] onde serão postos a sorte 8 touros bravos. O chiste, porem, da festa, será a estréa da cavalleira Senhorita Lola Cruz que, segundo dizem, tem alcançado grandes applausos nas praças em que tem trabalhado” (DIARIO DE NOTICIAS, 01.09.1893, p. 1). Como teria sido a estreia de uma mulher pela primeira vez compondo o quadro de uma tourada em Belém do Pará? Como o público teria reagido? E a imprensa? A considerar as páginas dos periódicos, o julgamento do público foi inflexível, com a imprensa relativizando as críticas em função de ser uma mulher e estreante. Em Belém do Pará, o palco das touradas parecia reservar às mulheres um único lugar, e não era o de toureira:

[...] achamos que trabalhou bem, attento a ser a primeira vez que comparecia áquella praça, onde um publico numeroso ia julgar sua aptidão. A senhorita Lola deixou-se tomar de forte commoção, e mesmo uma parte do publico não dispensou-lhe a consideração e relevação que é de praxe ter-se para com os estreiantes, maximé para com a arrojada artista que é uma mulher [sendo que os cavalos] não obedeciam aos mandos das rédeas nem as esporas [e, com isso] a corajosa cavalleira não poude farpear na altura da nomeada

e do nome artístico que grangeou em outras praças. Saliu-se, porém, regularmente bem, tendo-se me vista as contrariedades que já apontamos e que foram causa de algumas vaías improprias, suffocadas por palmas que o publico sensato lhe dispensou. Esperamos vel-a em breve firmar o nome artístico que possui (CORREIO PARAENSE, 12.09.1893, p. 2).

Apesar da má recepção do público, ocorreu uma segunda tourada em 17 de setembro daquele distante ano de 1893. Seria a chance para que Lola Cruz pudesse, enfim, arrancar do público paraense os aplausos entusiasmados assim como o fizera em outras capitais? Em um ensolarado domingo, sob olhares atentos e julgadores de um Colyseu repleto de pessoas ávidas por novidade, divertimento e espetáculo, a cavaleira espanhola desafiou não apenas os bravos touros e os pífiros cavalos, mas as mentalidades da época. Como teria se saído Lola Cruz? Dois dias após a tourada, um cronista afirma que Lola Cruz havia traído as esperanças que o público e cronistas paraenses nela depositaram, uma vez que as

[...] manifestações de desagrado geral de que foi alvo, a abstinencia dos mais cominhos princípios de tauromachia e equitação, a vergonha porque passou, deixando o animal que cavalgara ser pegado e ferido pela fêra [...] devem ter-lhe feio sentir que s.exc. nascera somente para a vuda dos perfumes e para os aphelos do amor [...] (CORREIO PARAENSE, 12.09.1893, p. 2).

As fontes pesquisadas silenciam após essa segunda tourada. A invisibilidade de mulheres toureiras em Belém do Pará volta a ser a ordem do dia. Sob o título de “Uma festa sympathica”, uma crônica de 1898 parece ilustrar o que coube às mulheres no que diz respeito às touradas que animavam Belém. A então anunciada festa teria caráter beneficente, em prol dos *Asylos Internacionaes Protectores da Infancia*. Compondo a festividade, uma corrida de touros,

[...] espetáculo muito agradável, mui divertido e portanto, pedimos aos paes de familias que honrem com as suas presenças e de suas exmas. famílias [...]

E vós, senhoras [...] vós só com a vossa presença tanto abrilhantaes as festas a que compareces por causa da vossa belleza, da mimosidade do vosso rosto, da doçura da vossa voz, a meiguice do vosso olhar [...] esta redacção vos pede que compareçais (O PARÁ, 27.11.1898, p. 2)

Entre a tourada que foi palco para a tão criticada Lola Cruz e a “festa symphatica”, foram decorridos cinco anos, todos reforçando o papel das mulheres como meras espectadoras das touradas, abrilhantando-as com sua bela e mimosa presença. Esse quadro foi perturbado como um anúncio: “em breve, uma nova tourada”. E compondo-a, a estreia das “senhoritas toureiras”. Do espetáculo, composto por bravíssimos touros, sendo dois portugueses e sete nacionais, participaria a

[...] unica quadrilha feminina verdadeiramente artista que até hoje se tem organizado e que, mais tem agradado nas Arenas em que se tem apresentado [...] as senhoritas Lola Italiana, Lola Hespanhola e Emilia Brasileira. [...] Quem deixará de ver esta magnifica corrida das senhoritas toreras? (A REPUBLICA, 22.09.1899, p. 3).

Mais uma vez, o desempenho das toureiras foi duramente criticado, podendo ser traçado um paralelo com o que ocorrera com a brava Lola Cruz alguns anos antes. Se parece fato que as críticas também atingiam os toureiros, bastava que os mesmos não correspondessem ao que deles se esperava enquanto espetáculo, não parece equivocado entender as críticas relativas às toureiras como carregadas de uma visão que, aparentemente, resistia à consolidação desse papel como próprio às mulheres. As críticas foram implacáveis:

[...] Dos bandarilheiros, os homens estiveram na altura, as mulheres, porem, abaixo da crítica. Cremos poder afirmar mesmo que o publico nunca se vio tão flauteado como no domingo á tarde pelas taes ninas toreras. Artistas nunca ellas foram, distinguindo-se sempre uma pela iconsciencia do perigo que corria [...] as outras podem ficar como pagens apanhando as farpas servidas (A REPUBLICA, 26.09.1899, p. 1).

As fontes novamente silenciam sobre a participação de toureiras em outros eventos, e o papel de espectadoras volta a compor a ordem do dia. Aquela Belém que se queria europeizada parecia resistir às mulheres como toureiras. Mesmo que avessa às toureiras, ou à participação de mulheres nessa condição, a capital do Grão-Pará vivia sob os acenos da modernidade. Tamanha era a escalada civilizatória e do progresso ali sendo instalados que Belém foi a primeira das capitais brasileiras a contar com o serviço de luz elétrica. O discurso de inauguração do sistema elétrico belenense afirmava que aquele momento simbolizava

Effectivamente esta parte da União brasileira se avanta todos os dias no caminho que conduz a uma civilização adiantada. Da iluminação pela electricidade, a ultima palavra da sciencia neste assumpto, ainda não gosam muitas das velhas e adiantadas capitaes da Europa, e no paiz, das grandes capitaes que dão testemunho do seo engrandecimento, é esta a que primeiro realisa tão grande commetimento [...] (FOLHA DO NORTE, 05.02.1896, p. 1).

As maravilhas da luz elétrica logo chegariam às touradas, proporcionando novos tempos de sociabilidade. O ano de 1900 anunciava que, em setembro, ocorreria uma surpreendente “[...] corrida nocturna, dedicada ao respeitável publico paraense [...]. A praça achase completamente illuminada á luz electrica. [...] Quem faltará a esta soberba corrida nocturna, que pela primeira vez se dá n’esta cidade?!” (O JORNAL, 20.09.1900, p. 3). A considerar as fontes, as touradas noturnas não agradaram, ficando restritas a ser opção caso chovesse ou acontecesse algum imprevisto em determinada tourada, como podemos perceber em um trecho de uma notícia, que diz: “Caso chova ás horas de começar a corrida, realizar-se-á esta ás 9 horas da noite, para o que está preparada uma brilhante illuminação” (O JORNAL, 09.12.1900, p. 4). Com o avançar do fio do tempo, as touradas começaram a perder popularidade, em um processo que pode ser pensado a partir da articulação de dois fatores: 1) a diminuição da imagem das touradas como espetáculo, uma vez que a

presença de toureiros estrangeiros passou a ser diminuta, sobressaindo-se o chamado toureiro nacional, ou “amadores”, bem como a prevalência de touros (bois) “nacionais” sobre os touros estrangeiros. 2) a mudança de sensibilidades em relação aos maus tratos com os animais.

Pensemos primeiramente o tema maus tratos aos animais em relação às touradas. Uma Belém que crescia vertiginosamente parecia delegar às mentalidades de outrora esquecimento ou mesmo repulsa. O intendente Antonio Lemos, em idos de 1900, criou o Código de Polícia Municipal, substituindo o Código de Posturas. O novo código, entre outras ações, decretou “[...] a captura de animais vagando pelas ruas, sobretudo cães e suínos, um costume que até então existia na cidade” (SARGES, 2002, p. 131). Combater os maus tratos aos animais também aparece como preocupação de Lemos. Mas as touradas não provocavam maus tratos aos touros? Como uma Belém que se queria referência civilizatória poderia seguir abrigo das touradas? Ao alvorecer da República, as mentalidades belenenses parecem mudar, alcançado as touradas. Um bravo bandoleiro tourear e matar um touro começa a ferir a sensibilidade, e o que antes era espetáculo, naquele momento, soa como barbaridade. Uma nota intitulada “Pela civilização” diz:

Consta [...] que o *mattador* *Facultades* dará a morte a um toiro, em plena praça, para gaudio dos apaixonados d’este gênero de sport [...] esse espetáculo está clamando por um serio obstáculo contra sua realização, pois tamanha barbaridade vae de encontro aos nossos pacíficos costumes, que agora querem, á força, reformar (O JORNAL, 14.12.1900, p. 1).

Aquilo que antes maravilhava, agora parecia afrontar os usos e costumes ditos civilizados. Era preciso abandonar essa forma de divertimento. O movimento civilizatório parecia mesmo “convulsivo e irresistível”, como apontou Sevcenko (1989). Para alcançar os novos tempos, ou manter-se distante da barbárie, Belém não poderia mais aceitar os maus tratos comuns às touradas. Prossegue o cronista afirmando que

[...] há tempos semelhante barbaridade foi proibida em Paris e também em Buenos Aires ou Montevideo. Na Europa, a não ser na Hespanha e em Portugal, nenhum outro paiz admite tão bárbaro divertimento. Em nome, pois, dos bons e pacíficos costumes paraenses, peço ao sr. redactor que faça publicar esta [...] (O JORNAL, 14.12.1900, p. 1).

No que diz respeito às touradas como espetáculo decadente, uma vez que protagonizada por “nacionais amadores”, os jornais passam a anunciar como atração principal os caboclos marajoaras. De fato, em 1912, uma “tourada nacional” era anunciada, da qual tomariam parte “[...] dextros e valorosos vaqueiros marajoaras [que mostrarão] o seu valor nas lidas tauromachicas [...] será um espetáculo surprehendente, dado o valor dos nossos caboclos, acostumados a lidar com os mais terríveis e bravos *specimen* da raça bovina” (ESTADO DO PARÁ, 18.02.1912, p. 2). O que era anunciado como tourada assim não se caracterizou. Na verdade, houve uma espécie de exibição, por parte de vaqueiros marajoaras, daquilo que era próprio de seu ofício:

[...] logo ao sahir o 1º touro, começaram [os vaqueiros] a executar diversos trabalhos de sua profissão, constantes de laçar o gado, modo de ferrar, processo de castração [...]. Esse gênero de sport dos vaqueiros do Marajó parece não ter agradado a maioria do publico, que desde logo começou a dar demonstração de descontentamento [...] porém, achamos que os trabalhos exhibidos [...] por ser a primeira vez que se apresentavam em publico, foram bons [...] (ESTADO DO PARÁ, 20.02.1912, p. 2).

Pode-se perceber que o conjunto formado pelas mudanças de um Brasil já Republicano e pela perda da espetacularização das touradas fez com que tais práticas mergulhassem em evidente declínio a partir do início do novo século (MELO, 2001). Em Belém, o marco da derrocada foi a demolição do “Colyseu Paraense”, em 1913, fato lamentado pelos cronistas de então, uma vez ter sido ali o local “[...] onde, por varias vezes, tivemos ensejo de applaudir grandes notabilidades tauromachias, vae ser demolido em breve. E adeus touros: vão-se acabar entre nós as touradas” (CORREIO PARAENSE, 18.05.1913, p. 3). Em uma Belém prestes a

ver as riquezas da *Belle Époque* se esvaírem quase tão rapidamente como surgiram, fazendo da modernidade nada além de um aceno fugaz, foram-se as touradas. E não mais se ouviu o “Á los toros, buena gente”.²⁸

Vão-se os touros: fragmentos de um tempo que se esvai

A tourada, que trazia elementos iniciais do que mais adiante se enquadraria como esporte moderno, foi marcada pelo desafio entre homens e animais. Esse tipo de espetáculo encontrou entusiastas assim que chegou em Belém, agradando, sobremaneira, as elites da borracha. Mesmo que encenada por homens, a partir do olhar de homens, a tourada pode ser pensada como palco para sociabilidades das mulheres belenenses, mesmo que apenas cumprindo o papel de espectadoras que abrilhantariam o evento com sua beleza. Do refinamento do “Colyseu Paraense” como palco às touradas noturnas celebrando a modernidade expressa na energia elétrica, passando pelos elogios e também críticas aos toureiros, a tourada animou a cultura urbana de uma Belém que se maravilhava com o aceno da modernidade. Entre os anos de 1890 e início da década de 1910, as touradas foram vividas como espetáculo, divertimento e, mesmo que de forma rudimentar, esporte. Dito de outro modo: a tourada pode ser pensada como momento inicial do esporte em Belém do Pará ao atrair multidões, e a essas promover momentos de regozijo, emoção e espetáculo centrado sobre o embate entre destemidos e habilidosos toureiros e bravos touros. Mas como que devorada pela avidez daqueles tempos movidos por novidades, bem como pouco afim às novas mentalidades e sensibilidades de um Brasil Republicano, a tourada entrou em declínio. O início dos anos de 1910 não viu mais as páginas dos jornais estamparem convites para as belas tardes de tauromachia. Não mais corria à boca miúda o nome da próxima empresa que traria toureiros e touros estrangeiros para se exibirem na capital do Grão-Pará.

²⁸ Diário de Notícias, 05.08.1894.

Fontes Documentais

Periódicos:

A EPOCHA. Belém, 1859.

A REPUBLICA. Belém, 1899.

CORREIO PARAENSE. Belém, 1892/1893/1913.

DIARIO DE NOTICIAS. Belém, 1893/1894/1896.

ESTADO DO PARÁ. Belém, 1912.

FOLHA DO NORTE. Belém, 1896/1897.

O JORNAL. Belém, 1900.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 1873.

O PARÁ. Belém, 1898/1899.

Referências

BEZERRA NETO, J. M. *Escravidão negra no Grão-Pará*. Belém: Paka-Tatu, 2012.

CANCELA, C. D. *Casamento e família em uma capital amazônica: Belém 1870-1920*. Belém: Ed. Açai, 2011. 428 p.

CRUZ, E. *Ruas de Belém*. 2. ed. Belém: Edições Cejup, 1992.

DIAS, D. C. *Quem te margeia conta de ti: educação do corpo em Belém do Pará (de 1855 à década de 1920)*. Campinas, 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas.

ELIAS, N; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios (1875-1914)*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MELO, V. A. *cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Faperj, 2001.

MELO, V. A.; ROCHA JUNIOR, C. P. As touradas na cidade da Bahia: transições na dinâmica pública soteropolitana. *História & Perspectivas* (online), Uberlândia, v. 54, p. 189-211, 2016.

SARGES, M. N. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARGES, M. N. *Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1869-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SARGES, M. N. O Colyseu: arena de touros e toureiros do além-mar – Belém do Pará (1894-1900). In: MATOS, Maria Izilda et al. *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

SENNETT, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

VIEIRA, D. D. J. Sensibilidade (in)civilizada: poder público, animais de tração e touradas em Belém (1897-1911). *Revista Espacialidades*, Rio Grande do Norte, v. 7, n. 1, 2014.

Vida nas praias e esportes náuticos em uma Belém do Pará (1870 aos anos de 1920)

*Douglas da Cunha Dias*²⁹

*Lucília da Silva Matos*³⁰

*Mirleide Chaar Bahia*³¹

*Wellington da Costa Pinheiro*³²

Anúncio de uma nova cultura urbana: a natureza entra em cena

Embarcando em confortáveis vapores que singravam as águas de uma formosa baía rumo às praias, diversas famílias acreditavam deixar para trás as tensões e os aborrecimentos provocados pela vida em uma cidade que tinha a velocidade do capitalismo a ritmá-la. Estamos nos anos iniciais do século XX, em uma Santa Maria de Belém do Grão-Pará que vive o auge de sua *Belle Époque*. As riquezas da borracha animavam as elites belenenses, sempre ávidas por novidades, muitas das quais surgiam para logo caírem no esquecimento ou mesmo desaparecerem. Seria diferente

²⁹ Doutor em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação do Corpo, Práticas Físicas Institucionalizadas, Educação Física e Esporte (Hápax/UFGA). Pesquisador do Cedes-PA. E-mail: douglasdc_dias@hotmail.com.

³⁰ Doutora em Ciências Sociais. Professora do Instituto de Ciências da Educação (UFGA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Lazer e Ludicidade (Moçarai/UFGA). Coordenadora e Pesquisadora do Cedes-PA. E-mail: luciliasmatos@gmail.com.

³¹ Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental. Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da Universidade Federal do Pará (UFGA). Líder do Grupo de Pesquisa em Lazer, Ambiente e Sociedade (Gplas/UFGA). Pesquisadora e vice-coordenadora do Cedes-PA. E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

³² Doutor em Educação, Linha Educação, Cultura e Sociedade, pela Universidade Federal do Pará. Professor do Curso de Educação Física do Instituto de Ciências da Educação. Pesquisador colaborador do Cedes-PA. E-mail: wellingtoncpinheiro@hotmail.com.

com a vida nas praias? Essa Belém, de um Brasil Republicano, compunha com outras capitais o ideal de modernização e prosperidade articulado à adoção de novos usos e costumes, incluindo a valorização da vida ao ar livre. Não por acaso, as ideias de Jean-Jacques Rousseau, do distante século XVIII, que defendiam a existência de uma natureza

[...] benevolente e generosa [...] podem ser percebidas, ainda, na aurora do século XX. No Brasil, particularmente nas capitais ou em cidades mais populosas, o ideário de vida ao ar livre, de naturezas domesticadas e inventadas pela nova ordem urbana se faz presente [...] (SOARES, 2016, p. 17).

As praias, ou melhor, a invenção de um sentido positivo às praias, compôs esse movimento. Alain Corbin (1989) aponta que a invenção da praia como lugar de diversão, descanso, recomposição das forças e da saúde se origina a partir das mentalidades europeias, já no século XVIII, sob nítida influência de Jean-Jacques Rousseau. As elites europeias, ao sentirem em seus músculos e ânimos as perturbações diversas provocadas pela vida junto às cidades que se modernizavam, retomam a ideia do mundo natural como regenerador. O mar ganha relevância nesse processo, que procura escapar de uma espécie

[...] de morte social, por não saber participar dos ritmos da natureza. [Assim, a partir desse momento histórico, passa a esperar-se] do mar que acalme as ansiedades da elite, que restabeleça a harmonia do corpo e da alma, que estanque a perda da *energia vital* de uma classe social que se sente particularmente ameaçada em suas crianças, suas raparigas, suas mulheres, seus pensadores. Espera-se dele que corrija os males da civilização urbana, os efeitos perversos do conforto [...]. (CORBIN, 1989, p. 74).

Essa lógica, assim pensamos, esteve presente em uma Belém que se modernizava, principalmente durante os anos da Intendência de Antonio Lemos,³³ período compreendido entre os anos de 1897 e 1911. Como

³³ Nascido no Maranhão, em 1843, faleceu no Rio de Janeiro, em 1913. Iniciando sua vida política em Belém como um dos “vogaes” do município, eleito posteriormente a

analisaremos ao longo de nossa pesquisa, o alvorecer do século XX em Belém corporifica a celebração da vida nas praias como ideal de saúde e diversão, movendo as elites de então rumo aos balneários. O presente capítulo olha para tempos idos, mais especificamente dos anos de 1870 aos anos de 1920, adotando como tema a invenção da vida nas praias e a chegada e consolidação dos esportes náuticos à capital do Grão-Pará, na figura do remo, *water polo* e natação. As fontes utilizadas foram periódicos pertencentes ao acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna, setor de microfilmes, do Centro de Convenções Tancredo Neves (Centur). Objetivou-se analisar a vida nas praias e os esportes náuticos em Belém do Pará como elementos de uma cultura urbana instalada pela *Belle Époque*. O problema de pesquisa foi assim anunciado: quais elementos históricos configuram a vida nas praias e os esportes náuticos como partícipes do processo que forjou uma cultura urbana em uma Belém dos anos de 1870 aos de 1920? De caráter histórico-documental, é um recorte específico da pesquisa *Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer*, do Centro de Pesquisas do Estado do Pará, da Rede Cedes. Justificamos nosso recorte por entendermos que os esportes náuticos são aqueles que podem ser considerados os que inauguram o esporte moderno em Belém do Pará, e também por considerarmos que tal construção histórica, além de compor o processo de urbanização imposto pela *Belle Époque* em Belém, ocorreu, em grande medida, articulada à invenção da vida nas praias. Dito de outro modo: em meio à urbanização e ao forjar de uma nova cultura urbana, posta em curso pela *Belle Époque* em Belém, a invenção de um sentido positivo às praias, entendidas como elemento natural, compõe o processo histórico que levou ao surgimento, e posterior consolidação, do esporte náutico naquela capital. Três momentos formam o capítulo. Inicialmente, será discutida a invenção da vida nas praias a partir das mentalidades do tempo histórico já evocado, para então discutir o surgimento do esporte náutico

Intendente, e nesse cargo ficando por longos 14 anos, até ser deposto e expulso da cidade após uma série de conjugações políticas. Sobre a administração de Lemos ao longo da *Belle Époque*, ver Sarges (2010). Sobre a figura de Antonio Lemos, ver Sarges (2002).

em Belém sob a perspectiva da celebração da juventude e do músculo, expressos pelo remo, natação e *water polo*. O terceiro momento, à guisa de conclusão, apontará possíveis articulações entre os temas investigados.

“Distrações que muito entretém aos que saem da cidade a cata de saúde e de ar puro”:³⁴ uma Belém forjando a vida nas praias

Iniciando a aproximação com o tema da invenção da praia como lugar de recreio, distração, regozijo, contemplação e recomposição das forças e da saúde, importa destacar que esse foi um processo histórico de longa duração, por onde circularam ações médicas, pedagógicas e legislativas, além de narrativas elaboradas e pertencentes ao universo dos periódicos, em sua maioria, por meio de crônicas. Compreender esse quadro implica olhar as cidades durante a transição entre o século XIX e XX, em especial as capitais, como nascedouros de inéditas sensibilidades que incidiram sobre a vida banal. Porque histórico, guarda as marcas de seu tempo, incluindo aí as mentalidades coevas, que operaram no sentido de vincular à urbe moderna uma imagem positivada de natureza, disso resultando a integração desta enquanto paisagem e extensão daquela. Deslocando o olhar à cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, mais especificamente às suas praias, para efeito de nossa pesquisa, percebe-se que, na transição do século XIX para o XX, os balneários (praias) começaram a ser visitados regularmente pelas elites belenenses, ávidas por aquela natureza inventada pelo ideário da nova urbanidade, ali buscando a vida ao ar livre e os banhos como garantias de regozijo e saúde, quer fossem de água salgada, como em Salinas³⁵ e Bragança,³⁶ mais distantes da capital do Grão-Pará, ou de água doce, como em Pinheiro³⁷ ou Mosqueiro,³⁸

³⁴ O LIBERAL DO PARÁ, 30.12.1888, p. 3.

³⁵ Município paraense que pertence à microrregião do salgado (nordeste paraense).

³⁶ Município paraense pertencente à microrregião bragantina (nordeste paraense).

³⁷ Atual Vila de Icoaraci, pertencente ao distrito administrativo de Belém.

³⁸ Ilha fluvial pertencente ao distrito administrativo de Belém.

mais próximos. Para que possamos entender tal processo, faz-se necessário pontuar que a espacialidade da orla cidadina não era configurada como praia, sendo tão somente lugar repleto de trapiches e palco para banho das camadas pobres da população, pelo menos até o início dos anos de 1900. Os banhos ali eram objeto de legislações proibitivas desde longa data, fosse sob a forma de Código de Condutas ou sob o Código de Polícia, criado por Antonio Lemos em substituição àquele. Com efeito, os rios que banhavam Belém eram locais de bulhas e refrigério para as camadas pobres da população, e pelo menos desde os anos de 1840, tornaram-se um problema que afrontava a moral e os usos e costumes das elites belenenses, uma vez que os banhistas quase sempre ali se banhavam nus. Para efeito de reflexão, sem nos aprofundarmos nessa questão, evitando assim a fuga de nosso tema, destacamos o Código de Posturas de 1890, que foi divulgado meses a fio por meio dos periódicos, caracterizando sobremaneira a composição entre os poderes institucionalizados e as intervenções da imprensa. O referido Código incluía no item “Offensas à moral publica e aos bons costumes”, ser “[...] proibido sob pena de 20\$000 de multa [...] §6º Tomar banho nos poços e fontes publicas, ou despido no litoral” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 13.01.1891, p. 2). Não à toa, sob pseudônimo “A Moral”, uma crônica clamava ao chefe de polícia

[...] pôr termo aos banhos na praia onde desemboca a travessa da Princeza³⁹. Os actos de imoralidade, deboche e devassidão que alli se praticão não são dignos de uma cidade que gosa foros de civilisada. Na ocasião dos banhos, tanto fóra como dentro d’agua se praticam alli scenas só proprias dos tempos do paganismo!!! (DIÁRIO DE BELÉM, 06.04.1877, p. 2).

Mais que uma afronta à moral coeva, entendemos que os banhos na orla belenense passaram a perturbar a ordem vigente porque se contrapunham e resistiam ao sentido civilizatório que reservava à população pobre, em sua maioria, negros e negras, um lugar à margem

³⁹ Atual Travessa Rui Barbosa. Sobre o tema, ver Cruz (1992).

do progresso, das riquezas e da cultura urbana ali forjada. As páginas dos periódicos reforçam essa ideia. Senão, vejamos: “Foram multados pela policia Antonio Domingos Tavares, Joaquim Pinto de Azevedo, João Dias Pinto, e Manoel Ferreira da Rocha, por estarem nós tomando banho no litoral [...]” (JORNAL DO PARÁ, 21.07.1874, p. 2). E ainda: “Foi multado o peruano Braz Rodrigues, por estar tomando banho nú no litoral” (DIÁRIO DE BELÉM, 13.01.1882, p. 3). O mesmo vale dizer sobre a população negra, quer fosse escrava ou liberta. Nesse sentido, noticiava-se que “[...] ás 11 horas do dia, entendeu dever tomar banho nú no littoral da cidade o preto livre Assencio [...] grudou com o marreco no xadrez para não se esquecer que é prohibido expor-se com a roupa de Adão” (A CONSTITUIÇÃO, 05.12.1876, p. 2). Ou ainda, já em um Brasil que recém abolira a escravidão, o

[...] preto Ambrozio Ribeiro” [feito] qualquer Adão, e nos primitivos trajos do dito, foi tomar um banho na rampa da Sacramenta, ante-hontem á noite. Como os trajos com que ele se mostrava não eram condignos do seculo, foi dormir em Santo Antonio (A REPÚBLICA, 26.03.1890, p. 1).

Além dos banhos na orla, havia outro problema a ser combatido: a estética e aglomeração dos trapiches que ocupavam a orla afrontavam os ideais civilizatórios capitaneados por Antonio Lemos. Dessa forma, elabora-se uma narrativa que defende um novo sentido relativo à espacialidade e usos da Baía do Guajará, sendo necessário para tal combater

[...] a febre trapicheira [...] assunto de alta importância, quer o encaremos sob o ponto de vista científico, quer sob o moral, quer, finalmente, sob a proporção harmônica, que é condição essencial da esthetica ou do bello (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 24.01.1888, p. 1).

Ciência, moral e estética, juntas, compondo o ideário da urbanidade moderna: fiel aos ideais de Haussmann,⁴⁰ Lemos iniciou um processo que

⁴⁰ Georges-Eugène Haussmann, nascido em Paris, 1809 e falecido na mesma cidade, em 1891. Comandou a reforma urbana de Paris, a mando de Napoleão III. Sobre Haussmann e a invenção de Paris, ver Hazan (2017).

redesenhou e reordenou Belém, destruindo o antigo para construir o novo. Aquilo que Lemos percebia como feiura deveria ser apagado da paisagem e cultura urbana daquela Belém da *Belle Époque*, descortinando assim novos horizontes para a orla do Grão-Pará. Uma vez inapropriada – ou proibida – para banho, e lugar enfeado por trapiches, com o decorrer do processo de urbanização operado ao longo da *Belle Époque*, a Baía do Guajará passou por intervenções urbanísticas, o que implicou reconfigurar a espacialidade e os sentidos atribuídos ao litoral, culminando com a construção de um moderno porto.⁴¹ A reconfiguração da orla guajarina, incluindo a construção de um moderno porto, transformaria aquele espaço em local de sociabilidade e divertimento? Em um primeiro momento, não. O uso daquelas águas como palco para momentos de sociabilidade demoraria mais alguns anos, ocorrendo a partir dos espetáculos proporcionados pelos esportes náuticos, como discutiremos adiante.

Voltemos agora à invenção da vida nas praias. Em Belém, a cultura urbana posta em curso propagava a vida nas praias como momento e espaço a serem celebrados, contemplados e integrados aos usos e costumes. Sem praias em sua orla, mas ávida pelos decantados encantos de uma vida ao ar livre, abria-se o caminho para as elites belenenses buscarem esses recantos junto ao mundo natural. E assim o fizeram. Nesse sentido, as crônicas publicadas pelos jornais coevos elaboraram uma estrutura narrativa, ao que tudo indica, processual e eficaz. As hábeis penas dos cronistas indicam que, ao final dos anos de 1880, ainda era escassa a procura belenense pelas praias, embora essas oferecessem encantos e benefícios. Fazendo referência ao balneário de Mosqueiro, afirmava-se que uma minoria conhecia os encantos e benefícios daquele paradisíaco lugar, mas os que para lá rumavam, encontravam “[...] passeios nas praias povoadas de brancas garças, que pousam descuidadas nas ramas do ajuruseiros [...] distrações que muito entretém aos que saem da cidade a cata de saúde e de ar puro [...]” (O LIBERAL DO PARÁ, 30.12.1888, p. 3).

⁴¹ Sobre o tema, ver Penteadó (1973).

Refrigério e benefícios à saúde também integraram as narrativas de positivação das praias, expressas por uma crônica referente ao balneário de salinas, cujas águas ofereceriam o “[...] refrigerio d’aquelles que, abrazados pelo calor de Belem, a procurarem para tomar banhos e gosar do seu clima salubre e agradável” (A REPÚBLICA, 29.03.1890, p. 1). A praia de Joanes⁴² era descrita como um lugar propício para “[...] gozar dos excellentes ares, banhos e mais o que de bom ali se encontra para restabelecer e vigorar a saúde, assim como para distracção do povo d’esta capital” (A REPÚBLICA, 01.07.1890, p. 2).

A ida aos balneários era realizada a bordo de vapores, com um custo elevado, pouco acessível à maioria da população. Singrando as águas guajarinas, os vapores levavam as elites ao mundo bucólico das praias. A cidade de Soure, com suas belas praias, ofereceria ao cidadão verdadeiro escape às tensões urbanas, pois seria “[...] um oásis a tonificar-lhe o espirito e o organismo, da fadiga da semana nos labores exaustivos da asphyxiante vida da cidade” (ESTADO DO PARÁ, 10.12.1912, p. 1). Porém, não nos enganemos: valorizar a vida nas praias não significava se desprender por completo das maravilhas da modernidade então encenada. Por isso, era importante destacar que Mosqueiro reunia todas as condições para receber

[...] a população da capital em massa, não só porque possui excellentes hotéis, como também porque tem grandes praias e estradas magnificas, onde os visitantes poderão encontrar apaziveis divertimentos e bons banhos. Ao Mosqueiro, rapaziada da ponta (A REPÚBLICA, 24.09.1898, p. 3).

Não apenas o conforto da vida urbana era transposto às praias: as elites não se despiam de seus valores. Mesmo bucólicos, os balneários não estavam livres da vigilância moral: O *Correio Paraense*, em matéria intitulada “Banhos no Mosqueiro”, assim dizia: “É hoje preferida essa povoação para se passar a estação calmosa [...] pelos deliciosos banhos que ali se offerece”

⁴² Praia fluvial, pertencente ao Município de Salvaterra, Ilha do Marajó.

(CORREIO PARAENSE, 05.10.1892, p. 2). Mas, a sequência da crônica é formada por apelos de caráter moral e de bons costumes, cobrando das autoridades pertinentes a execução de medidas administrativas já existentes, uma vez que nas praias de Mosqueiro

[h]omens e senhoras tomam banho [...], estas em geral tomam vestidas, mas não succede o mesmo com os homens. Se ellas procuram evitar que sejam vistas despidas, não podem deixar de serem surpreendidas com a vista de pessoas, que muitas vezes, propositalmente, procuram expôr-se ás suas vistas em completo estado de nudez (CORREIO PARAENSE, 05.10.1892, p. 2).

De acordo com a crônica, apenas os homens se banhavam nus, cabendo às mulheres se banharem vestidas, guardando o recato e demonstrando indignação diante dos banhistas desnudos. Esse mecanismo é disciplinar e pedagógico, portanto, a vida nas praias carregava consigo uma gama de valores civilizatórios, reforçando-os, e assim, cumprindo também uma função pedagógica, voltada à valoração da natureza enquanto extensão ou componente da cultura urbana. De fato, a procura por balneários foi se intensificando com o passar do tempo, sem que isso significasse o fácil acesso por parte da população pobre. As narrativas dos anos de 1910 e 1920 pontuam de forma mais enfática o contraste entre a vida urbana e a vida nas praias, construindo a imagem dessa como restauradora daquela, e por isso mesmo, indispensável. Mas, paradoxalmente, a estadia nos balneários incluía a comodidade própria da urbe. Ao enfatizar que, mesmo distante da cidade, o belenense encontraria nos balneários – pelo menos em alguns, a julgar pela crônica – elementos próprios da vida urbana, essa narrativa possibilita que pensemos a vida nas praias como extensão da cidade e do modo de ser cidadão. Uma vez a praia incorporada à cultura urbana, era tempo de dar novos significados ao uso da Baía do Guajará. Eis que chegam a Belém os esportes náuticos.

“Todos os domingos reúne-se na sua confortável *garage* grande numero de rowers e ali exercitam-se no remo”:⁴³ esportes náuticos em uma Belém dos anos de 1910 e 1920

Nem bem amanhecia e saudáveis jovens belenenses rumavam até as margens da Baía do Guajará, próximo à Praça Frei Caetano Brandão, para iniciarem uma lida metódica, disciplinada e desafiadora com as águas guajarinas: a prática do remo. Ao alvorecer do século XX, os “rowers”, usando a terminologia da época, eram o modelo de uma retidão cuidadosa e pedagogicamente construída. Ali, em manhãs ensolaradas, a imagem e o gestual técnico daqueles corpos musculosos alimentava e mantinha em movimento constante um poderoso referencial de beleza, que carregava consigo – ou expressava – os ideais higienistas, porque limpa, porque saudável, porque jovem, porque disciplinada e eficaz, porque emoldurada – ou modelada – pelo equilíbrio e proporcionalidade das formas, e pela economia dos gestos.

O esporte moderno, na figura dos esportes náuticos, chega e se instala permanentemente em Belém, a partir de um movimento burocrático, metódico e racionalizado que também trazia como motor um sentido de espetacularização da técnica e da performance, não menos que a celebração da juventude e dos músculos. Tais elementos se amalgamaram de forma mais evidente a partir dos anos de 1910, alcançando o auge no início dos anos de 1920, quando o remo se tornou o esporte preferido dos belenenses. Podemos pensar que tal processo foi possível a partir de dois momentos distintos e complementares: 1) a fundação de clubes náuticos ou a criação de setores náuticos em clubes já existentes; 2) a institucionalização do esporte náutico, levando à fundação da Federação Paraense das Sociedades do Remo, seguida pela Federação Paraense dos Sports Náuticos. Embora não seja objeto de nossas análises, é importante destacar a institucionalização

⁴³ A Província do Pará (09.03.1909).

e burocratização dos esportes náuticos por essas serem características centrais do esporte moderno. Por isso, pontuamos que a primeira regata ocorrida em Belém remete ao ano 1876,⁴⁴ sendo esta de caráter festivo e configurando-se como um rascunho do que viria a ser o esporte náutico. O modelo de regatas festivas domina a Baía do Guajará até o início dos anos de 1900, sendo as mesmas promovidas por clubes sociais ou náuticos, mas sem que houvesse alguma associação ou federação própria. Essa realidade muda quando, em 1909, Belém passa a ser uma das sedes da Liga Marítima Brasileira, que fora fundada em 1907 na cidade do Rio de Janeiro. Essa Liga passa então a promover regatas, mas ainda com o caráter festivo ou como parte integrante de algum evento cívico ou comemorativo, sem apresentar de forma evidente uma burocratização efetiva e um calendário próprio, características essas que são inerentes ao esporte moderno.⁴⁵

O perfil festivo das regatas pode ser considerado como um esboço do que viria a ser o remo como esporte e, por extensão, os esportes náuticos (DIAS; SOARES, 2014). Mesmo sob a administração da Liga Marítima Brasileira, o remo caiu em marasmo. Uma crônica lamentava a triste realidade: “Ha dous para três annos, quando houve em Belem a ultima regata, os nossos rapazes se enthusiasmaram a tal ponto que se chegou a crêr que iam entrar no dominio util e proveitoso do sport-nautico. Falouse em festas venezianas [...]” (FOLHA DO NORTE, 20.11.1908, p. 1). A considerar as fontes, o esporte náutico (remo) entrava em decadência antes mesmo de a década de 1910 iniciar. O modelo das regatas festivas parecia superado. Reagindo ao marasmo, em 1913, o Grupo do Remo coordenou um movimento que acabou por fundar a Federação Paraense das Sociedades do Remo, doravante, FPSR. Fundada em 26 de setembro de 1913, essa Federação logo de início contou com três clubes filiados, o próprio Grupo do Remo, o Sport Club e o Pará Club. Dois dias após a fundação, os jornais divulgavam que tal entidade esperava “[...] o concurso

⁴⁴ Sobre o tema, ver Dias e Soares (2014).

⁴⁵ Ver Elias e Dunning (1983).

de todas as sociedades nauticas e semi-nauticas deste Estado, para o bom andamento e progresso da mesma” (O ESTADO DO PARÁ, 28.09.1913, p. 4). Entenda-se sociedade náutica um clube fundado a partir desse gênero de esporte, como foi o caso do Grupo do Remo, e como semináutica aquela que apenas possuía o departamento náutico em meios às suas demais atividades. Empolgados com o surgimento da Federação, os cronistas esportivos de então não cansavam de enaltecer a importância da mesma para o crescimento do esporte em Belém, destacando que

[...] o movimento dos nossos ‘sportmen’ em pról do cultivo physico tem-se accentuado de uma forma tal, que achamos muito em breve o Pará se poderá apresentar perfeitamente aparelhado para competir com o Rio e São Paulo, onde os ‘sports’, ‘au grand air’, já attingiram á meta da perfeição (O ESTADO DO PARÁ, 26.10.1913, p. 3).

Em 1913, Belém já não era mais a produtora e escoadouro mundial da borracha. Entretanto, os ecos de riqueza ainda se faziam sentir na cidade, bem como o ar *blasé* de suas elites, relutantes em assumir que aqueles tempos tinham ficado para trás, e que a tão sonhada modernidade nada fora que não um aceno. Entretanto, os ecos da *Belle Époque* mantinham a cidade animada, e as competições de remo seguiam atraindo e regozijando multidões. Em 1915, com a inclusão das novas modalidades náuticas, a FPSR amplia suas ações e passa a se chamar Federação Paraense dos Sports Nauticos (doravante FPSN). É sob esse formato de federação que o conjunto de esportes náuticos, formados pelo remo, pela natação, pelo *water polo* e pelos saltos, consolida-se em Belém a partir de 1915, encontrando seu auge ao longo dos anos de 1920. Mas era preciso evitar que os esportes náuticos – agora já incluindo a natação, o polo aquático e os saltos ornamentais, além da modalidade remo, é claro – entrassem novamente em decadência. Havia campeonatos e clubes, havia uma federação especializada e um calendário que já guardava certa autonomia em relação às festividades cívicas. Eis que entra um elemento novo e poderoso: a celebração do músculo. Ou ainda, o espetáculo das provas náuticas passa a ter como

propulsor a celebração dos músculos, encarnada na juventude, força, vigor, robustez e resistência dos “rowers” e dos tão decantados “sportmen”. Esse quadro de espetacularização encontrou nas crônicas importante suporte e incentivo. Muitas eram as crônicas que descreviam detalhadamente as provas de remo, ou melhor, os páreos, conforme terminologia da época. Por isso, ficamos sabendo que as regatas ocorridas em 26 de junho de 1921 começaram pontualmente às 7h30, com um “[...] pareo infantil, canôas, a 4,500 metros, no qual, com muita justiça, saiu victoriosa a excelente guarnição do Gremio, por um barco sobre a do Club do Remo [...]” (ESTADO DO PARÁ, 27.06.1921, p. 3). A mesma crônica diz que a prova intitulada Campeonato de Remo do Estado do Pará, a mais esperada daquela programação, provocou tamanha expectativa que notava-se em “[...] todas as physionomias os visiveis signaes de ansiedade incontida [fazendo o público] empurrando uns, acotovelando-se outros, á procura dos melhores logares, onde podessem melhor assistir á disputa sensacional” (ESTADO DO PARÁ, 27.06.1921, p. 3).

Desse modo, houve o ressurgimento dos esportes náuticos, e mais que isso, ao longo dos anos de 1920, o remo passou a ser o esporte mais popular entre a população belenense. Disciplinados e treinados, os “rowers” encantavam multidões:

O Club do Remo [...] sob vibrantes remadas, quasi que mecanicas, atingiu ao ponto de chegada folgado, brilhante, empolgando unanimemente a todos os presentes, tal a performance extraordinária [de] seus valentes rowers [...] (ESTADO DO PARÁ, 27.06.1921, p. 3).

Eram os músculos, a saúde e a beleza. E mais: a técnica, a disciplina, o treinamento. Movimentos técnicos e economia dos gestos a partir do treinamento e da disciplina sistematizados. Corpos saudáveis, enfim regenerados. Ou ainda, corpos modelados e educados pelo esporte moderno. Uma nova ordem urbana inscrevendo-se nos músculos. Afinal, “[...] algo ocorreu com os homens do século XX: eles [...] descobriram que tinham músculos e passaram a explorar as vantagens destes sobre os

velhos e surrados miolos” (SEVCENKO, 2010, p. 567). Aos músculos, então! Destarte, a celebração do músculo compunha e movia o espetáculo dos esportes náuticos, mudando o seu sentido de, outrora, festividade para, agora, de espetacularidade e performance dos “sportmen”: velocidade, força, vigor, coragem, técnica e resistência. Valores e valências da sociedade moderna e capitalista. Com efeito, podemos compreender o corpo,

[...] em um primeiro momento [como] o objeto e a vítima preferencial da civilização, cuja história pode ser lida nos anais do crescente processo de controle daquele, e pelo desenvolvimento das técnicas que medeiam esse domínio (VAZ, 1999, p. 92).

O treinamento corporal, assim, voltava-se à excelência do desempenho, construída face a horas e horas diárias de movimentos meticulosamente repetidos, com o atleta submetido ao olhar atento e minucioso de um treinador. Olhar feito para corrigir. Correção racionalizada, metodológica e normativa. O treinamento físico e técnico, essa novidade pedagógica, volta-se “[...] primeiro à vontade e seus efeitos [...], a seguir, para as regiões mais obscuras do corpo, às resistências, aos obstáculos escondidos [...]” (VIGARELLO, 2008, p. 197). Na quietude da manhã que se inicia, cada encontro do remo com as águas guajarinas é um desafio composto por músculos que se contraem, pela respiração controlada e pelo ritmo dos remos. Disciplinados, treinam ao raiar do sol, enquanto a população ainda dorme.

Quem for às primeiras horas do dia, ao litoral, verá que o sport náutico tem de facto, vida real, sendo o principal symptoma o movimento de embarcações de regatas que sulcam as águas guajarinas [...] em trainos vigorosos [...] Há, emfim, uma demonstração de que há moços que amam o exercício do remo e por esse meio buscam o próprio desenvolvimento do corpo (FOLHA DO NORTE, 18.10.1915, p. 4).

Agora, pensemos as provas oficiais de natação, promovidas pela FPSN: primeiro, merece destaque o fato de os nadadores, em contato direto com as águas guajarinas, exporem-se de forma diferenciada em

relação aos “rowers”. Não havia barco, remo ou patrão, apenas o barulho das braçadas cortando as águas barrentas da Baía. Considerando a prova de natação Estado do Pará, o nadador era, de fato, um solitário a atravessar aquelas águas misteriosas. A ele, nadador imerso no silêncio e na bravura das águas barrentas da Baía do Guajará, não poderia faltar “[...] o ideal da solidão tão necessária à psicologia do desafio cósmico” (BACHELARD, 2002, p. 175). Tal prova, a primeira a ser disputada em Belém no formato de esporte, teve como ponto de partida a Ilha das Onças, pertencente ao município de Belém, mas situada na margem oposta da cidade. Para a travessia, os competidores eram levados em um vapor até a ilha e de lá era dada a largada para a prova, que tinha como ponto de chegada o cais do porto de Belém, e em algumas edições, a Doca Marechal Hermes, que desaguava na Baía e era o local que sediava as competições dos demais esportes náuticos, exceto o remo. Mas o que dizer das provas mais curtas? Usando toucas e roupas coladas ao corpo que revelavam sua musculatura, os nadadores apresentavam ao público uma estética diferente daquela própria dos remadores. Novidade, é certo, porque mesmo que o litoral de Belém há décadas fosse utilizado para banhos, esses perturbavam a ordem pública com os vozerios e a nudez dos banhistas, sendo, portanto, objeto de vigilância e punição. Aos nadadores, passava a ser reservado destaque, bravos atletas que se lançavam às águas turvas e cheias de correntezas. Fiquemos outra vez com o filósofo: “O jovem nadador é um herói precoce. E que verdadeiro nadador não foi antes um jovem nadador? Os primeiros exercícios do nado ensinam um medo superado” (BACHELARD, 2002, p. 169).

Noutro sentido, o nado esportivizado sob a forma da natação primava pela técnica e pela disciplina, seguia regras, possuía divisão por categorias, enfim, constituía-se como objeto de racionalização. Era, assim, espaço que educava os corpos e as sensibilidades a partir do que se entendia por performance e espetáculo. A Baía do Guajará, em sua imensidão que fazia lembrar o mar, impunha-se aos nadadores como um desafio.

Desafio das águas. Águas barrentas. Águas que se estendem horizonte afora. Em contato direto com a água, do nadador via-se somente a touca e as braçadas, competidor solitário e vestido pelas águas que era. Mas o caminho e os momentos que antecediam sua entrada na Baía, bem como os da celebração de seu triunfo, expunham sobremaneira o seu corpo, porque suas roupas diferiam daquelas usadas pelos remadores, deixando-os mais desnudos, marcando mais a forma e compleição física, tornando os músculos mais visíveis. E assim, o público se entusiasmava com as provas e com os nadadores. Todos queriam presenciar a luta do jovem e destemido atleta contra as águas guajarinas. Crescia o público, aumentava o número de atletas inscritos em cada prova, em especial naquela mais antiga e desafiadora: a travessa da baía do Guajará, denominada Campeonato de Natação do Pará. Dizem as fontes que concorreu às provas de natação “[...] o maior numero de nadadores até hoje inscriptos, inclusive um do Marajóense Footbal Club, que pela primeira temporada vem disputal-o (FOLHA DO NORTE, 25.07.1920, p. 4).

O *water polo* (polo aquático) foi outra modalidade a compor o quadro dos esportes náuticos em Belém, prometendo maior dinâmica, confronto e competitividade eu a natação. O palco seria o mesmo das provas de remo e de natação: as águas da Baía do Guajará. Águas essas que seriam esquadrihadas para todas essas práticas incluindo, no caso do *water polo*, a demarcação de linhas laterais (cordas amarradas a boias) e traves (presas sobre boias). Segundo uma crônica, o “[...] water polo [...] se recommenda como o melhor dos exercicios phisicos [...] quer sob o ponto de vista sportivo, quer sob o ponto de vista hygienico [...]” (FOLHA DO NORTE, 03.09.1917, p. 4). A crônica concluía que o *water polo* implicava rígidas exigências físicas, mas que era sabido

[...] que a cultura phisica, como toda a ascensão de longo folego, é autera e, algumas vezes, penível mesmo. Mas, o organismo, uma vez desenvolvido, enrijado, endurecido, fica apto para desdobrar livremente toda a sua atividade, fica perfeitamente aparelhado para supportar qualquer

esforço. E, se se procurar manter um tal grão de endurecimento das fibras orgânicas, então a par da saúde, da hygiene do corpo, do estímulo vital, teremos conseguido o equilíbrio entre o rendimento e dispêndio de energias físicas e das mentaes (FOLHA DO NORTE, 03.09.1917, p. 4).

O polo aquático trouxe elementos novos ao espetáculo dos esportes náuticos. A competição entre duas equipes, formadas por atletas e com o contato físico direto sendo permitido, era algo inédito nas águas guajarinas. O espetáculo dos esportes náuticos estava completo e iria animar as manhãs e tardes às margens da Baía do Guajará, encantando e excitando a população belenense, que celebrava assim o esporte e, mais que isso, os acenos da modernidade, de certo modo, acreditando que os jovens “sportmen” manteriam vivos os dias da *Belle Époque*. Como se isso fosse possível. Como se a modernização trazida pelos áureos anos da economia da borracha já não fosse apenas um lugar de memória.

“Figuras apolíneas dos atletas náuticos [...] remadores fortes e decididos, ansiosos de victorias, desejosos de triumphos [...]”:⁴⁶ notas finais de tempos idos.

De início, a vida nas praias. E a elas rumavam as elites belenenses ávidas por divertimentos e regozijo, saúde e regeneração. A vida ao ar livre sendo celebrada. Mas a orla de Belém não poderia ser palco de banhos e bulhas. Era preciso forjar novos, excitantes e divertidos usos para as margens da Baía do Guajará. O espetáculo entre homens, barcos, nados e braçadas, encarnado nos esportes náuticos, trouxe um novo sentido aos usos daquelas águas. Desenhando e moldando um corpo jovem, belo e saudável, o esporte moderno, com as técnicas de treinamento e disciplinas que lhe caracterizavam, cumpriu uma função dentro do processo civilizatório ali instalado. Uma Belém do entre séculos operou a mudança dos usos e sentidos das águas guajarinas, que deixaram de ser lugar para os banhos desnudos da população pobre – não sem enfrentar resistência –, tornando-se palco para o corpo atlético dos “sportmen”. A vida nas

⁴⁶ Folha do Norte (23.09.1928).

praias, tão procurada em feriados e férias, ou mesmo em finais de semana, sob forte sol que se fazia presente em Belém cotidianamente, conduziu as mentalidades belenenses à vida ao ar livre em meio às águas. O sentido positivo atribuído às praias provocou, ou articulou-se, à invenção de novos usos para a orla belenense, sob a forma dos esportes náuticos. Assim, o que se configurava como diversão nos balneários – homens, mulheres e crianças em contato com a água – ganhou novos moldes sob a figura dos atletas que dominavam as águas guajarinas. Águas que em breve não mais testemunhariam os encantos dos esportes náuticos, superados que foram pelo futebol. A multidão que rumava para a orla belenense, celebrando a vida ao ar livre, em breve se acotovelaria em estádios de futebol ou ginásios esportivos. Ou ainda, em piscinas, espaço devidamente racionalizado e controlado, que passaria a abrigar a natação e o polo aquático, deixando as águas guajarinas para os atléticos “rowers”, que passaram a ter não mais o frenesi do público, mas apenas o som ritmado dos remos desafiando a Baía do Guajará.

Fontes Documentais

A CONSTITUIÇÃO. Belém, 1876.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 1888/1891/1909.
A REPÚBLICA. Belém, 1890/1898.
CORREIO PARAENSE. Belém, 1892.
DIÁRIO DE BELÉM. Belém, 1877/1882.
ESTADO DO PARÁ. Belém, 1912/1913/1921.
FOLHA DO NORTE. Belém, 1908/1915/1917/1920/1928.
JORNAL DO PARÁ. Belém, 1874.
O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 1888.

Referências

BACHELARD, G. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CRUZ, E. *Ruas de Belém*. 2. ed. Belém: Edições Cejup, 1992.

DIAS, D. C.; SOARES, C. L. Entre velas, barcos e braçadas: Belém no espelho das águas (do final do século XIX à década de 1920). *Projeto História*, São Paulo, PUCSP, v. 49, 2014, p. 19-49.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

PENTEADO, A. R. *O sistema portuário de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo.

SARGES, M. N. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

_____. *Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1869-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v. 3.

SOARES, C. L. Três notas sobre a natureza, educação do corpo e ordem urbana. In: SOARES, C. L. (Org.). *Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana*. Campinas: Autores Associados, 2016.

VAZ, A. F. Treinar o corpo, dominar a natureza: notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. *Cadernos Cedes*, a. XIX, n. 48, p. 89-108, ago. 1999.

VIGARELLO, G. Treinar. In: VIGARELLO, G.; COURTINE, G. (Orgs.) *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*, v. 3. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

A infância e as práticas corporais ao ar livre no Pará nas primeiras décadas do Século XX

*Wellington da Costa Pinheiro*⁴⁷

*Douglas da Cunha Dias*⁴⁸

*Lucília da Silva Matos*⁴⁹

*Mirleide Chaar Bahia*⁵⁰

Notas introdutórias

A infância, nos finais do século XIX e início do XX, é alvo de uma infinidade de discursos que dirige uma atenção a essa categoria social, até então não vista. A criança se torna pauta de debates e está presente em escritos de especialistas de diversas áreas e segmentos. Este amplo e focado olhar dispensado à infância era um reflexo da ebulição da adoção do sistema republicano no Brasil, que ancorado no cientificismo, idealiza

⁴⁷ Doutor em Educação, na linha Educação, Cultura e Sociedade, pela Universidade Federal do Pará. Professor do Curso de Educação Física, do Instituto de Ciências da Educação (UFPA). Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Pesquisador colaborador do Cedes-PA. E-mail: wellingtoncpinheiro@hotmail.com.

⁴⁸ Doutor Associado II pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação Física. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação do Corpo, Práticas Físicas Institucionalizadas, Educação Física e Esporte (Hápax/UFPA). Pesquisador coordenador do Cedes-PA. E-mail: douglasdc_dias@hotmail.com.

⁴⁹ Doutora em Ciências Sociais. Professora do Instituto de Ciências da Educação (UFPA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Lazer e Ludicidade (Moçarai/UFPA). Coordenadora e pesquisadora do Cedes-PA. E-mail: luciliasmatos@gmail.com.

⁵⁰ Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental. Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Líder do Grupo de Pesquisa em Lazer, Ambiente e Sociedade (Glas/UFPA). Pesquisadora e coordenadora adjunta do Cedes-PA. E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

uma sociedade civilizada, ordeira, higiênica e saudável, logo, precisava-se investir naqueles que “viriam a ser”, plantar as “sementes” de um projeto de nação, cuidar e educar o “embrião” dos futuros cidadãos da República, ou seja, as crianças.

Nesse período, médicos, juristas, filantropos e moralistas começaram a descobrir todo o potencial da infância, identificando a criança como um ser que se podia moldar, tanto para o bem (virtuosa) quanto para o mal (viciosa). A elite intelectual da época voltou a sua atenção para o descaso perante a infância pobre, apontando a necessidade de atingir as meninas e meninos desvalidos que se encontravam abandonados e sujeitos à má influência de famílias viciosas ou entregue às instituições de caridade (RIZZINI, 2011).

O estado do Pará, nesse contexto, produziu e reproduziu discursos sobre a infância que eram veiculados em nível nacional e global, oportunizado pela conjuntura advinda da produção gomífera, a qual possibilitou, além do enriquecimento econômico, a circulação de ideias e pensamentos de cunho educacional, científico, literário e cultural, que difundiam conteúdos, normas e prescrições para educar e cuidar das crianças (PINHEIRO, 2013). Levando-se em consideração todo esse cenário, este texto intencionou identificar as práticas corporais ao ar livre destinadas à infância e os sentidos atribuídos a essas nas primeiras décadas do século XX.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa histórico-documental à luz da História Cultural,⁵¹ com base no manuseio, seleção, reunião e análise de documentos, no intuito de trazer, por meio de uma operação historiográfica, novas evidências para aquilo que não se mostra claramente, o implícito

⁵¹ Perspectiva que contribui para ampliar a visão da história tradicional (oficial), a partir da relação com outras áreas do conhecimento, como a antropologia, por exemplo, na intenção de investigar e interpretar as tradições culturais de diferentes sujeitos e contextos como experiência histórica e humana. Ver mais em Peter Burke, *O que é história cultural?*

(CERTEAU, 1982). As fontes utilizadas foram álbuns e relatórios governamentais, revistas educacionais, fotografias, documentos internos de grupos e escolas, como ofícios e portarias, bem como jornais do período.

O recorte histórico-temporal deste estudo situa-se, portanto, em um contexto no qual o espaço urbano paraense, especialmente o de Belém, sofreu consideráveis alterações: a população aumentou em número considerável, já que muitos imigrantes vieram trabalhar nas atividades vinculadas à extração do látex; edificações e praças foram construídas ou remodeladas; ruas e avenidas foram arborizadas, pavimentadas, recebendo iluminação elétrica, serviço de bonde e saneamento; e quiosques, coretos, monumentos e jardins passaram a embelezar os principais pontos da cidade (DAOU, 2004).

As alterações urbanísticas e sanitárias pelas quais a capital foi submetida acompanharam a discussão em nível nacional, que depositava na remodelação de hábitos e costumes sociais o caminho para o progresso e a civilização, pois Belém, até então, sofria com muitas mazelas relacionadas à saúde e à habitação, mas recebeu investimentos no sentido de acabar com a imagem de cidade insalubre, desordenada e feia, na intenção de ser transformada em uma metrópole aos moldes europeus (SARGES, 2010)

Esse cenário se tornou propício para o incentivo e a intensificação da presença de pessoas nas áreas ao ar livre da cidade, já que passear, transitar, trilhar, percorrer ou simplesmente estar em um espaço público para fins de recreação, lazer,⁵² exercícios, brincadeiras e socialização consiste em uma prática inerente ao processo de urbanização das grandes cidades, que passam a ter demandas oriundas da ideia de progresso e de novos contornos no estilo de vida da população.

⁵² Em certas passagens do presente estudo, faz-se referência a algumas práticas como sendo lazer, cientes de que esta nomenclatura somente foi utilizada para se referir às distrações e ocupações a que os sujeitos se entregavam de maneira espontânea em seu tempo livre na década de 1930, tendo como marco o acréscimo e a ampliação do significado de lazer no *Dictionnaires* de Claude Augé (GOMES; MELO, 2003).

Brincadeiras, desfiles, jogos, passeios e visitas: práticas corporais para a infância no espaço público

Os debates sobre a importância e função dos passeios e das práticas corporais em espaços públicos e abertos era presente no Pará desde o final do século XIX, nos discursos de médicos, educadores e políticos. O pensador paraense José Veríssimo, na obra *A Educação Nacional*, publicada, em sua primeira edição, em 1939, por exemplo, já mencionava a importância dos passeios em espaços ao ar livre para a infância, defendendo que cada cidade preparasse pequenos ou grandes prados, nos quais os alunos dos estabelecimentos de ensino seriam conduzidos pelos mestres, em dias determinados, entregando-se “a exercícios de corpo e aos salutares prazeres dos jogos atléticos” (VERÍSSIMO, 1906, p. 88). Isso por considerar os benefícios da respiração do ar puro e da necessidade da prática de exercícios para uma constituição física saudável.

A defesa das práticas corporais para as crianças, como a ginástica, os jogos e as caminhadas, consistia em uma necessidade nas ideias de José Veríssimo, pois acreditava que uma sociedade que prezasse pela civilidade e que levasse a sério o futuro de uma nação não deveria abrir mão da educação física desde a infância, a fim de preparar uma geração sã e forte. Por isso era tão importante educar o corpo nos primeiros anos de vida de uma criança, tanto quanto os cuidados relacionados ao vestuário, à alimentação, ao banho, ao sono, ao arejamento dos quartos, entre outros.

Os passeios ao ar livre organizados pelas escolas eram recorrentes em algumas instituições de ensino paraense nos anos iniciais dos 1900. Um desses foi noticiado pelo impresso educativo *A Escola*, na edição de n. 31, de 1902, em referência a um passeio escolar realizado pelo Sr. Cesar Pinheiro, diretor do grupo Escolar José Veríssimo, no qual levou os alunos e alunas, no dia 25 de outubro do referido ano, para passear em um espaço aberto da cidade de Belém – embora não seja especificado, provavelmente tenha se dado em uma praça pública.

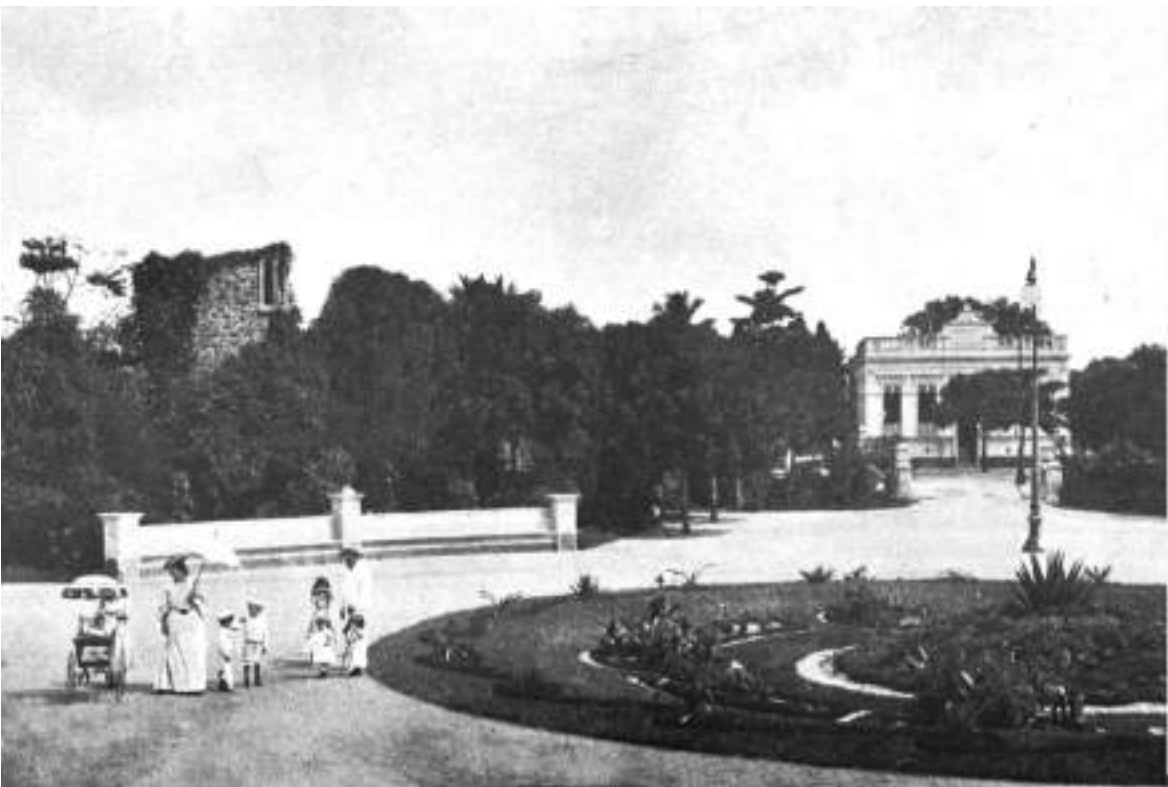
O passeio contou com a prática de jogos e brinquedos, o que promoveu, conforme tal impresso, um dia de “indispensável alegria” para as crianças ali presentes. A notícia considerou uma importante iniciativa empreendida pelo diretor do estabelecimento, pois os “folguedos infantis”, quando bem organizados e apropriados para as crianças, contribuem para “o duplo salutar, fim que a pedagogia tira de taes brinquedos – recrear o espírito instruindo-o, e exercitar os membros brincando” (A ESCOLA, 1902, p. 38). Por isso, passeios desse tipo deveriam sempre acontecer, destacou a revista, uma vez que, brincando, a criança é formada ao mesmo tempo em que se diverte.

Em termos de espaço físico, as praças eram os locais mais utilizados para os passeios, principalmente pelas escolas situadas no centro da capital Belém. A Praça Batista Campos, inaugurada em 1904, da urbanização de um largo descampado, sem beleza e atrativos, na administração do Intendente Antônio Lemos (SOARES, 2009), era um dos locais mais frequentados nos passeios escolares, bem como pelas famílias, por ser considerado um dos mais belos e aprazíveis espaços abertos, resultado do processo de remodelação da capital paraense iniciado nos finais do século XIX.

O processo de reestruturação e embelezamento da cidade, aos moldes do que havia de melhor na Europa, foi uma das principais iniciativas do expoente político do Pará à época, o intendente municipal de Belém, Antônio Lemos, que adotou uma política saneadora preventiva, que se propunha não somente zelar pelo “bem-estar social”, conforme ressalta Sarges (2010), mas também cuidar de determinados aspectos da vida urbana, tais como saneamento básico, saúde pública e estética, aspectos considerados como civilizatórios para uma população até então tida como indisciplinada e fétida.

O relatório da Intendência Municipal de Belém do ano de 1905 apresenta uma fotografia (Figura 1) da Praça Batista Campos após seu processo de reforma, na qual se destaca a presença de calçamento, paisagismo, arborização e postes de iluminação, apresentando, assim, condições favoráveis para a sua visitação.

Figura 1 - Família na Praça Batista Campos



Fonte: Relatório Intendência Municipal de Belém (1905).

Na fotografia, nota-se a presença de uma numerosa família – possivelmente de posses, a contar pela vestimenta – em passeio de lazer pela praça. Está composta de pai e mãe e seis crianças de diferentes idades, três delas perto do pai e duas próximas à mãe, que por sua vez, observa uma criança pequena no carrinho, o qual é empurrado por uma babá ou criada. O registro dessa cena ressalta uma das características da maioria das praças, que é ser um ambiente para diferentes idades e fins, como caminhar, brincar, correr, etc.

Convém salientar que o lazer nos espaços públicos se tornou uma prática estimulada no Pará, em especial Belém, nesse período, tendo em vista que certos locais da cidade foram preparados para esse fim, na realidade, para atender principalmente a família da elite paraense, que “tinha afeição em mostrar o seu poder e sua identificação com uma cultura europeia aburguesada” (SARGES, 1998, p. 171). Nesse contexto, as medidas saneadoras se fundamentaram nos modernos preceitos da higiene e da salubridade na reformulação de bosques, hortos e praças, que trouxeram condições agradáveis e higiênicas para adultos, jovens e crianças.

As atividades ao ar livre eram legitimadas pelo discurso de médicos higienistas, que indicavam certas medidas e cuidados para a sua realização. No caso da infância, os pais deveriam delimitar o tempo de duração das brincadeiras, no intuito de evitar o cansaço excessivo das crianças, assim como atentar para os horários, evitando com isso a exposição ao sol forte, por exemplo. Obedecer à prescrição médica era estar ao lado da ciência, ou melhor, daqueles profissionais que se consideravam os maiores conhecedores da infância nos finais do século XIX e início do XX: os médicos (STEPHANOU, 2009).

Outras prescrições nessa direção podem ser destacadas no artigo “Hygiene Infantil”, publicado no jornal *Folha do Norte* no ano de 1909, no qual o Dr. Nascimento Gurgel aponta precauções para as brincadeiras em espaços públicos, como o cuidado com a terra, que poderia estar carregada de corpos estranhos, e também cuidado com a água de lagos e poços, que dependendo do seu estado e procedência, poderia contaminar as crianças.

Em relação aos tipos de jogos e de brincadeiras ao ar livre, o Dr. Américo de Campos, na obra *Noções Geraes de Hygiene*, de 1912, orienta que esses poderiam ser pequenas corridas, passeios livres, jogos de peteca e de disco, pois são alegres e fortalecem o corpo e o espírito. Porém, os jogos esportivos europeus, como “tennis, cricket e hocke”, deveriam ser evitados por serem de alto esforço físico e inapropriados para o quente clima paraense, o que poderia trazer prejuízos para a saúde das crianças. Tudo

isso objetivava tratar os corpos infantis, posto que esses “[...] precisavam ser regenerados, moldados, endireitados, higienizados e robustecidos” (VAGO, 2007, p. 300).

As festas escolares de datas pátrias, de aniversário de instituições, de autoridades políticas, de abertura e finalização do ano letivo, entre outras, também eram consideradas celebrações para a realização de passeios e diversão, que ocorriam somente após toda a programação e todo o ritual organizado para aquela data, servindo de premiação, de tempo de lazer e divertimento, para os alunos ao cumprirem o dever cívico-solene preparado pela escola.

A “Festa das Crenças”, realizada no dia 7 de setembro do ano de 1905, foi uma comemoração organizada pelo governo do estado do Pará e envolveu os principais grupos escolares da capital. O primeiro momento da festa foi composto pelo desfile, que teve início em uma das praças mais importantes e representativas de Belém, a Praça da República. O jornal *A Província do Pará*, do dia 8 de setembro de 1905, noticiou que muitas famílias acompanharam a passagem das escolas, aplaudindo as crianças que desfilavam e acenavam para as autoridades ali presentes; as casas se achavam enfeitadas; as vias públicas estavam cheias de bondes lotados e com grande número de carruagens. Imagens que compunham uma atmosfera de celebração e orgulho.

O referido impresso noticiou, ainda, que o cortejo das meninas e meninos das escolas e grupos “desfilou, com a arte elegante e sugestiva da sua formatura, perante toda uma população” (p. 1), que ao redor prestigiava o desfile. A cena ilustrada na Figura 2 retrata as crianças do 3º Grupo Escolar em situação de cortejo, caminhando no desfile de 7 de Setembro. Nota-se que os alunos, acompanhados da direção e dos professores, carregam estandartes e bandeirolas para desfilarem em celebração da referida data cívica.

Figura 2 - Alunos do 3º Grupo Escolar

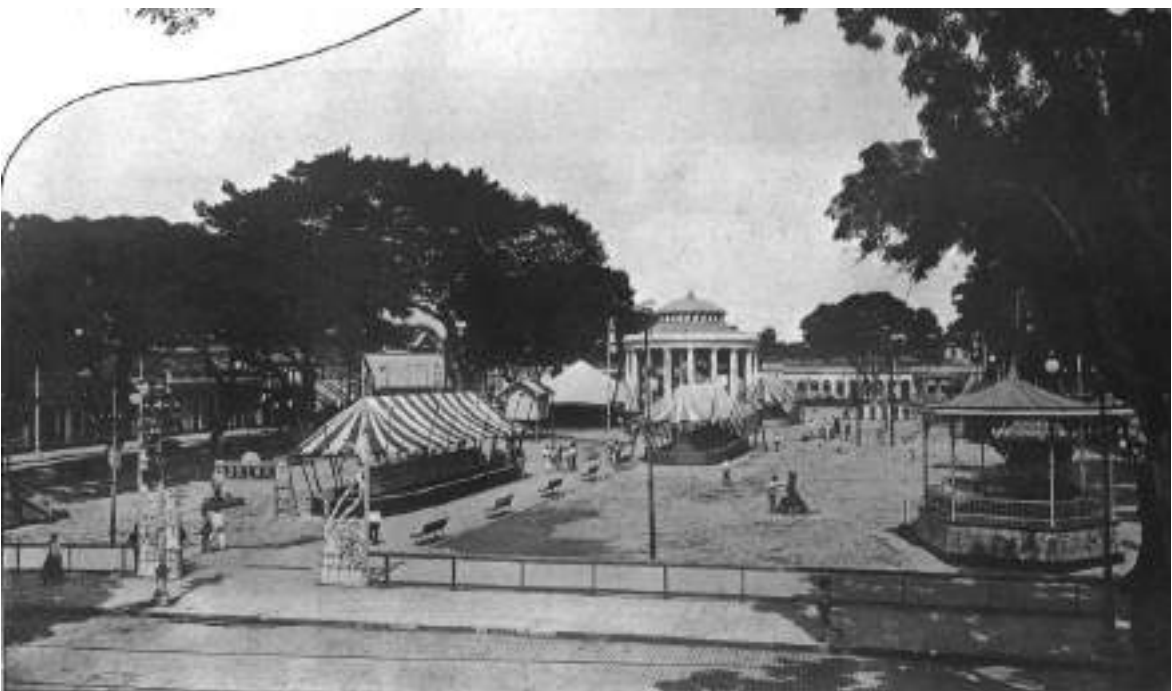


Fonte: Álbum da Festa das Creações (1905).

Desfiles dessa natureza, na compreensão de Cândido e Catani (2017), além de inculcar valores cívico-patrióticos nos alunos e nas famílias que assistiam à passagem das escolas, tinham ainda a função de reunir toda a sociedade para demonstrar o que os diretores, os professores e os alunos estavam realizando no que tange ao comportamento, à disciplina e à educação. Além disso, também se prestava conta sobre os corpos infantis, que eram moldados, formatados, treinados, tratados e higienizados nas instituições, cujo resultado esperado – uma constituição física forte, robusta e saudável – necessitava ser desfilada.

A segunda parte da grandiosa Festa das Creanças coincidiu com a chegada do desfile na praça Justu Chermont (Figura 3), para uma alegre “celebração infantil”. Esse espaço público foi todo organizado e ornamentado para “a penetração do cortejo na vasta arena destinada às diversões infantis” (p. 1), que foi preparada para os meninos e meninas dos grupos escolares, como noticiou o jornal *A Província do Pará*.

Figura 3 - Vista geral da Praça Justu Chermont



Fonte: Álbum da Festa das Creanças (1905).

O jornal *A Província do Pará* também noticiou que, para a diversão das crianças, destinaram-se aparelhos de ginástica para exercícios acrobáticos, um cinematógrafo e um exuberante carrossel (Figura 4). Além disso, às crianças dos grupos escolares foram servidos doces e bebidas, assim como foram presenteadas com brinquedos. O impresso relatou, ainda, que os

clarins anunciaram o início das brincadeiras. “A petizada, então debandou, correndo por todos os cantos da praça, chilreando e alegres como pássaros em bando” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 08.09.1905, p. 1).

Figura 4 - Carrossel da Festa das Creanças



Fonte: Álbum da Festa das Creanças (1905).

A festa em comemoração ao dia 7 de setembro ocorreu também nas instituições mais afastadas do centro de Belém, como a realizada no Instituto Orfanológico do Outeiro, um internato criado em 1903 que abrigava meninos de 5 a 8 anos de idade. O jornal *A Província do Pará*, em 9 de setembro de 1905, tratou tal festejo como um “dia glorioso que marca o advento de nossa Independência que não passou despercebido no Outeiro” (p. 1). O diretor do estabelecimento, senhor Manços Villaça, organizou uma reunião em sessão cívica para os alunos, na qual falou longamente sobre a data em questão.

Os meninos encenaram comédias e monólogos após a fala do diretor. Uma das professoras do instituto leu e explanou uma “bella oração sobre o ensino cívico nas escolas”. Os meninos foram estimulados a erguerem inúmeros vivas ao Brasil, ao presidente da República e aos chefes do estado e do município. Às 4 horas da tarde, a lancha Prata e o escaler Outeiro conduziram a “petizada” para um passeio fluvial, que durou até o anoitecer (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 09.09.1905), revelando ser esse tipo de passeio e de lazer comum na rotina daquelas crianças, haja vista a localização geográfica dessa instituição, que era “banhada pelas águas do rio maguary e da Bahia de Santo Antônio, possuindo as belíssimas praias do caratateua, que se estendem até próximo a Villa Mosqueiro, e onde nos dias feriados os educandos vão em passeio” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 30.06.1906, p. 1).

Figura 5 - Meninos do Instituto Orfanológico com seus uniformes de passeio



Fonte: Álbum do Pará (1908).

Os passeios aos espaços exteriores das instituições educativas eram variados em ambientes e intenções, apresentando, além do objetivo de lazer e diversão, também uma finalidade instrutiva. O relatório da Intendência de Belém, de 1928, ao tratar do Orfanato Antônio Lemos, que foi um estabelecimento destinado para a educação de meninas, menciona que vários passeios, visitas e excursões recreativas e instrutivas foram realizadas ao: “Museu Goeldi, o Instituto Gentil Bittencourt, o Bosque Rodrigues Alves, o Asylo de Mendicidade [...], o Collegio Santo Antonio, igrejas, parques, jardins e logradouros da cidade” (BELÉM, 1928, p. 33).

Nessas situações de passeios e visitas, as meninas do Orfanato Antônio Lemos ficavam sob a vigilância das religiosas que dirigiam a instituição, e em algumas circunstâncias, eram acompanhadas pelo secretário da municipalidade. Isso como forma de fazer esses momentos serem permeados pela ordem e disciplina, tendo em vista que ali não era unicamente diversão, o que possibilita entender que, basicamente em todos os contextos, fosse brincando ou aprendendo, o projeto educativo das instituições de ensino não deveria ser abandonado.

Os aniversários de nascimento ou de posse das autoridades políticas também podem ser vistos como momentos que possibilitavam situações de passeios das crianças para fora das instituições. As escolas escolhiam os melhores alunos para acompanharem o diretor e os funcionários até a sede da intendência ou governo, onde parabenizavam e presenteavam o homenageado do dia, o que para os poucos selecionados se revestia de expectativa, já que a isso se associava a uma situação de diversão ao ar livre, pois presenciavam momentos de celebração, com vias ornamentadas e ao som de bandas de música por quase todo o trajeto de saída dos muros da instituição.

Antônio Lemos foi o político desse período que mais foi afeito a esse tipo de homenagem.⁵³ O jornal *A Província do Pará*, em 1907, ao noticiar

⁵³ A data de aniversário de Antônio Lemos já fazia parte do calendário da intendência, assumindo ares de comemoração cívica. Os festejos eram quase sempre comparados

as comemorações do aniversário de nascimento desse, mencionou que diretores, funcionários e alunos de grupos escolares e de internatos, como o Instituto Orfanológico do Outeiro e o Orfanato Antônio Lemos, mesmo realizando comemoração interna em sua homenagem, também vieram à capital cumprimentá-lo.

Destacando em especial a comemoração no Orfanológico, o jornal informou que o diretor Manoel Manços da Silva Villaça “leva a efeito alli festas em comemoração à grande data de hoje. A ponte, avenidas, edifício e lancha do instituto amanheceram embandeiradas e ostentando artística ornamentação” (p. 1), decretou feriado no internato, melhoria na alimentação e passeios para jogos e brincadeiras na área externa ao prédio do internato. Além disso, o diretor, acompanhado de parte do pessoal administrativo e mais quatro selecionados alunos, de um quantitativo de quase 100 meninos, “virá a Belém cumprimentar o senador Antonio Lemos e entregar-lhe o presente que s.s. e seus auxiliares destinaram a s. exc” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 17.12.1907, p. 1).

Cabe destacar que, na rotina de uma “instituição fechada”⁵⁴ (GOFFMAN, 1974), como o Orfanológico do Outeiro e o Orfanato Antônio Lemos, os meninos e meninas internos tinham muitas tarefas a cumprir no intuito de alcançar um modelo de sujeito a ser formado, por isso, os passeios eram programados e dosados rigorosamente pelos estabelecimentos. Nesse contexto, a própria saída para a casa das famílias era considerada um acontecimento, um passeio por vezes muito esperado a ser feito, quer fosse no Natal ou no período das férias pelos educandos que possuíam algum parente ou tutor.

Esse tipo de passeio, concedido aos que mereciam conforme as normas de cada instituição, não poderia ser para qualquer casa e sem

com “as pompas das festas cívicas de Athenas”, numa alusão à importância e à reverência aos símbolos de caráter patriótico, dando uma dimensão olímpica à figura do intendente. O próprio Lemos assim pensava (SARGES, 2002, p. 73).

⁵⁴ Para Goffman (1974), uma instituição fechada é aquela que o seu cotidiano é marcado pelo “fechamento”, imposto por barreiras entre os internos e o mundo exterior, criadas para internar incapazes, deficientes, idosos, crianças, presos, doentes mentais, etc.

certa dose de vigilância, isto é, possuíam regras bem definidas para que os internos não se aproximassem de qualquer situação que atentasse à sua honra, moral e integridade física. Por exemplo, o jornal *A Província do Pará*, de 15 de julho de 1906, noticiou que o Intendente de Belém não permitia licença às meninas do Orfanato Antônio Lemos “para passeios em casas estranhas ao estabelecimento, longe das vistas das religiosas que o dirigem” (p. 1). Nesses casos, somente restava os momentos de passeios ofertados pela direção da instituição, pois muitas vezes, unicamente a esta cabia o destino dos seus internos, que quando órfãos de pai e mãe ou sem parentes ou tutores, como salienta Rizzini e Rizzini (2004), eram de pertencimento do Estado.

Considerações Finais

Ao se propor identificar as práticas corporais ao ar livre destinadas à infância e os sentidos atribuídos a essas no recorte temporal em tela, esse estudo estabeleceu diálogo com a história da educação, da educação física e da infância na realidade paraense, revelando aspectos da relação entre as instituições educativas, as crianças e o espaço público, que passou por um considerável processo de remodelação urbana a partir dos finais do século XIX.

A opção por investigar as práticas em ambientes abertos, vinculada às instituições educativas, objetivou evidenciar como os estabelecimentos de ensino faziam uso de espaços ao ar livre para a realização de atividades, que eram ligadas a um ambiente permeado por normas rígidas e rotinas cheias de obrigações no *intramuros* desses espaços, em particular, os dos internatos, com sua natureza de “instituição fechada”.

Notou-se nesta pesquisa que o espaço ao ar livre era utilizado para a prática de jogos e de brincadeiras, vistos como manifestações que promoviam a alegria na criança, ao mesmo tempo em que educava o corpo infantil, com base nos discursos médico-higienistas tão presentes nesse

contexto. Além disso, evidenciou-se que os alunos e alunas saíam para fazer visitas em locais como museus e bosques, também para serem instruídos intelectualmente.

As datas cívicas e/ou solenes em comemoração pelas datas pátrias ou por eventos de figuras políticas também eram oportunidades de passeios e diversão. Porém, sempre após o cumprimento de uma programação, muitas vezes, longa e desgastante. E caso as crianças fizessem o papel conforme foram treinadas, para se exibirem ao público como forma de prestar conta da formação ali desenvolvida, recebiam como premiação, ao final de tudo, passeios de lazer em áreas abertas no entorno do estabelecimento ou em praças.

Por fim, destaca-se que, nas instituições educativas, sair para além do seu extramuros não era algo tão simples, pois necessitava de programação no calendário escolar, controle e vigilância, permitindo refletir que o ar dos espaços frequentados pelas crianças até poderia ser livre, mas nas práticas corporais infantis, mesmo que em situações dadas como simples diversão, a liberdade era limitada, pois meninos e meninas, sobretudo pobres, estavam sob a égide de um projeto formativo que deveria dar conta de moldá-los, fazer desses virtuosos, e não viciosos.

Fontes Documentais

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Festas das Crianças*. Belém, 8 de setembro de 1905, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *No Instituto Orfanológico*. Belém, 9 de agosto de 1905, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Instituto Orfanológico*. Belém, 30 de julho de 1906, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Orfanato Antônio Lemos*. Belém, 15 de setembro de 1907, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *No Instituto Orfanológico: uma festa encantadora*. Belém, 15 de julho de 1907, p. 1.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *No Instituto Orfanológico*. Belém, 17 de dezembro de 1907, p.

BELÉM. *O município de Belém*: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1905.

BELÉM. *O município de Belém*: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Municipal Engenheiro Antônio Crespo de Castro Lemos. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1928.

FOLHA DO NORTE. *Hygiene Infantil*. Belém, 13 de fevereiro de 1909, p. 1-2.

PARÁ. Álbum do Estado do Pará (1901-1908). Oito anos de governo. Mandado organizar pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do estado. Paris: Choponet, 1908.

PARÁ. Festas Escolares. Revista *A Escola*, Pará, Imprensa Oficial, n. 31, 1902.

PARÁ. *Álbum de Festa das Crianças*. Descrições e fotografias, 7 de setembro: Aillaud & C^a Paria, 1905.

Referências

CAMPOS, A. *Noções Geraes de Hygiene*. Belém: Livraria Escola, 1912.

CÂNDIDO, R. M; CATANI, D. B. Inculcar a seriedade mediante a alegria: um estudo das comemorações escolares no campo educacional (finais do século XIX e início do XX). *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 30-52, set. /dez. 2017. ISSN 2526-2378.

CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DAOU, A. M. *A Belle Époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOMES, C. L; MELO, V. A. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, 2003.

PINHEIRO, W. C. *A infância nas páginas de jornal: discursos (re)produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SARGES, M. N. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870)*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARGES, M. N. *Memórias do “Velho” intendente: Antônio Lemos 1869-1973*. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em História) – Unicamp.

SOARES, E, N. *Largos, coretos e praças de Belém-PA*. Brasília, DF: Iphan; Programa Monumenta, 2009.

STEPHANOU, M. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 142-164.

VAGO, T. M. “Uma verdadeira revolução dos costumes”: educação de corpos infantis na reforma de ensino de 1906 em Minas Gerais. In: MAGALDI, A. M. M; XAVIER, L. N. (Orgs.). *Impressos e História da Educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 283-302

VERÍSSIMO, J. *A educação nacional*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1906.

Ações de esporte e lazer no município de Belém

*Manoel do Espírito Santo Silva Júnior*⁵⁵

*Eliane do Socorro de Sousa Aguiar Brito*⁵⁶

*Aníbal Correia Brito Neto*⁵⁷

*Marta Genú Soares*⁵⁸

Prelúdio: a bucólica cidade das mangueiras

Meu único ideal de agora em diante é passar uns meses morando no Grande Hotel de Belém. O direito de sentar naquela terrace em frente das mangueiras tapando o teatro da Paz, sentar sem mais nada, chupitando um sorvete de cupuaçu, de açai. Você que conhece mundo, conhece coisa melhor do que isso, Manu? (...) Belém eu desejo com dor, desejo como se deseja sexualmente, palavra. Não tenho medo de parecer anormal pra você, por isso que conto esta confissão esquisita, mas verdadeira que faço de vida sexual e vida em Belém. Quero Belém como se quer um amor. É inconcebível o amor que Belém despertou em mim.

Mário de Andrade, 1927.

O município de Belém tem 403 anos, e é conhecido como Cidade das Mangueiras, a bucólica Belém, assim chamada por manter a simplicidade e ingenuidade dos costumes, a tranquilidade da Cidade Velha⁵⁹ e ainda de

⁵⁵ Mestre em Educação. Membro do Grupo de Pesquisa Resignificar/UEPA. Pesquisador colaborador do Cedes-PA. Belém/PA. E-mail: silvajuniormes@yahoo.com.br.

⁵⁶ Doutora em Educação. Membro do Grupo de Pesquisa Resignificar/UEPA. Pesquisadora colaboradora do Cedes-PA. Belém/PA. E-mail: eliane_aguiar@yahoo.com.br.

⁵⁷ Doutor em Educação. Membro do Grupo de Pesquisa Resignificar/UEPA. Pesquisador colaborador do Cedes-PA. Belém/PA. E-mail: anibalcbn@yahoo.com.br.

⁵⁸ Doutora em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Resignificar/UEPA. Pesquisadora do Cedes-PA. Belém/PA. E-mail: martagenu@gmail.com.

⁵⁹ Bairro mais antigo que preserva a arquitetura da fundação de Belém, que promove os “velhos carnavais” e que concentra eventos culturais como resistência histórica e manifestação artística.

alguns bairros, a riqueza do contato com a natureza, e os hábitos peculiares dos belenenses que o identificam como povo singular, de certa forma rústico e resistente em meio à avalanche, não dos rios de água doce, mas da urbanidade exacerbada que se espalha na cidade e vai tomando o lugar da Belém da *Belle Époque*, da época áurea do ciclo da borracha, nos idos de 1870 a 1922.⁶⁰

O cenário urbano trazido com o progresso não descaracterizou os espaços públicos de convivência mais tradicionais, como as praças grandes e arborizadas, as ruas alargadas, as janelas para os Rios Guamá e Pará e a Baía do Guajará. Ocupam esse cenário lugares refrescados pelos túneis de mangueiras ao longo das ruas e pela brisa crepuscular que ajuda a temperatura a amenizar à tardinha. Belém é essa cidade prazerosa, por isso também apelidada morena cheirosa.

A cidade é a mesma que, na contramão, aparece nos dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como a terceira capital brasileira mais violenta. Com população estimada de 1.492.745 pessoas e percentual de 39% da população com ganho de meio salário mínimo, concentrado em 29% dos que têm ocupação, o que significa que 71% da população não trabalha ou está desempregada (IBGE, 2017). Apresenta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como um dos menores do Brasil, com 4,8 nos anos iniciais e 3,5 nos anos finais do ensino fundamental, ocupando o quarto lugar entre os municípios do estado do Pará, mesmo sendo a capital, e a terceira posição no PIB dentro do estado (IBGE, 2017). A Fundação Cultural do Município de Belém (Fumbel) é responsável pelo fomento e disseminação da arte, da cultura, do esporte e do patrimônio histórico, com 0,5% do orçamento anual da Prefeitura Municipal (BELÉM, 2019).

⁶⁰ A *Belle Époque* Brasileira ou *Belle Époque* Tropical, a Era Dourada, como vertente do movimento francês *Belle Époque* na Europa, marcou um período de cultura cosmopolita, de mudanças artístico-culturais, tecnológicas e políticas do Brasil de 1870 até fevereiro de 1922, quando culminou com a Semana de Arte Moderna.

A cidade se organiza, atualmente, em oito distritos administrativos (BELÉM, 2019), e nela estão os espaços públicos onde são praticadas atividades culturais e de lazer de toda ordem: teatro, esporte, poesia, carnaval, passeatas culturais e passeatas politizadas que expressam o jeito de ser e de viver do belenense. É possível identificar os locais de entretenimento, como o Ver-o-Rio, o Museu de Arte de Belém, as academias ao ar livre em diferentes bairros, as praças que acomodam feiras livres, o artesanato regional e as comidas típicas, atrações por vezes entremeadas de apresentações culturais.

A Prefeitura oferece programações culturais e apoio aos projetos culturais e esportivos, com a Lei de incentivos fiscais Tó Teixeira e Guilherme Paraense, de financiamento às produções artísticas e culturais da cidade e de incentivo a atletas, bem como apoio ao segmento do esporte amador (BELÉM, 2019).

Em busca de programas e políticas públicas para o estado do Pará e para Belém, o Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer do Estado do Pará (Cedes/PA) desenvolve, entre outras pesquisas, o levantamento do “Perfil socioeconômico, acadêmico e profissional dos agentes culturais de esporte e lazer”, e promove ações de formação e assessoramento para instituições e gestores, professores, animadores culturais e lideranças comunitárias que atuam no campo da política pública de esporte e lazer no estado do Pará.

O recorte de abrangência metropolitana está centrado na capital Belém, como lócus de integralização para apreender a realidade dos agentes culturais, a fim de alcançar caminhos que assegurem políticas e práticas para a transformação de condições desfavoráveis e outras que qualifiquem e potencializem as políticas e práticas já desenvolvidas, como também contemplem a sociedade Norte-brasileira quanto às políticas sociais no âmbito do esporte e do lazer. No intuito de subsidiar o poder público, o Cedes/PA se une às universidades “para discutir a elaboração e a realização de políticas públicas de esporte e lazer além de ações que

possam contribuir para a tão discutida qualidade de vida da população” (SOARES et al., 2011, p. 10).

Dessa forma, emprestamos o significado que Souza, Faria e Vaz (1997) dão ao agente cultural, que se trata tanto do cidadão público como o da sociedade civil, que se envolvem direta e ou indiretamente com o desenvolvimento das práticas de esporte e lazer na cidade. E dialogamos com esses agentes, o que nos permite analisar as condições de oferta das atividades de lazer, cultura e esporte no município de Belém.

Descendo o braço do rio: metodologia

Certa vez de montaria. Eu descia um paraná. O caboclo que remava. Não parava de falar, ah, ah. Não parava de falar, ah, ah. Que caboclo falador! Me contou do lobisomen. Da mãe-d'água, do tajá. Disse do jurataí. Que se ri pro luar, ah, ah. Que se ri pro luar, ah, ah. Que caboclo falador!

Waldemar Henrique, 1934.

Se é uma característica do paraense, e do belenense, a conversa na porta da casa, a reunião no finalzinho da tarde, os aniversários em família com muita comilança, é por demasia utilizada a expressão caboclo falador, cantada em verso e prosa por Waldemar Henrique,⁶¹ que anuncia, na letra da música “Uirapuru”, pelo rio Paraná⁶² essa conversaria própria do paraense. Com esse tom da linguagem poética, relatamos os caminhos e procedimentos metodológicos do estudo para conhecer os agentes culturais públicos (os gestores) e os agentes culturais comunitários (aqueles que planejam e operacionalizam as práticas de esporte e lazer na cidade).

De acordo com Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa em tela se caracteriza pela lide com a documentação direta, na modalidade de campo. Trata-se da exposição da segunda etapa da investigação, configurada pelo

⁶¹ Waldemar Henrique da Costa Pereira foi maestro, pianista, escritor e compositor brasileiro. Artista ícone do Pará, é reconhecido e homenageado em diferentes espaços públicos de Belém como ato de história e memória.

⁶² Braço de rio caudaloso, separado do curso principal por uma ou várias ilhas. Também conhecido como canal entre rios ou furo do rio.

aprofundamento do perfil daqueles que atuam nas políticas de esporte e lazer na região metropolitana de Belém, bem como da análise dos limites e possibilidades para a implementação de ações no setor. Devido à abrangência da pesquisa, os municípios foram divididos entre os grupos executores da investigação, de acordo com os critérios de proporcionalidade e proximidade territorial. São eles: Ananindeua, Castanhal e Marituba: Lepel/UFPA; Belém: Resignificar/UEPA; e Benevides, Santa Isabel e Santa Bárbara: Moçarai/UFPA, Gplas/UFPA e Geperuaz/UFPA.

No que se refere ao município de Belém, se por um lado a primeira etapa privilegiou o panorama de natureza quantitativa, das características socioeconômicas, acadêmicas e profissionais dos agentes públicos e da sociedade civil organizada em torno das políticas direcionadas ao esporte e ao lazer, recolhida por meio de questionário com questões abertas e fechadas, por outro lado, a segunda etapa priorizou a abordagem qualitativa, com foco na ampliação do debate sobre os dilemas e as perspectivas para a efetivação de políticas na área, realizada por meio da utilização da técnica de grupo focal e de entrevistas semiestruturadas individuais.

A combinação de procedimentos de produção de dados atendeu à dinâmica conturbada dos sujeitos envolvidos em ações de esporte e lazer em uma metrópole caótica como Belém, a qual inviabilizou a organização sistemática e exclusiva de grupos focais. Nesse sentido, diante da reestruturação dos procedimentos, conciliou-se as sínteses e reflexões de Dias (2000) e Backes et al. (2011) acerca do uso da técnica de grupo focal, em que tal ferramenta é reconhecida pela possibilidade de interação grupal, com o propósito de problematizar, avaliar e buscar respostas para um problema ou tópico específico, com a acepção de Rosa e Arnoldi (2006) sobre a entrevista semiestruturada, que chamam a atenção para o caráter profundo, recíproco, flexível e dinâmico desta modalidade de entrevista.

Ao todo foram mobilizados 19 sujeitos envolvidos com políticas e ações de esporte e lazer na cidade de Belém. No primeiro encontro, visto que oito sujeitos atenderam ao convite, estruturou-se o grupo focal,

composto por coordenadores e executores de projetos sociais que têm tematizado as modalidades lutas, esportes, artes e musicalização. Cabe advertir que, nesta oportunidade, um dos agentes culturais se apresentou como coordenador de projeto social e, ao mesmo tempo, gestor público, dispondo, assim, de dupla função. Para fins de anonimato dos trechos das falas que serão expostos na próxima seção, os sete sujeitos considerados agentes culturais comunitários (ACC) estão representados pelos códigos de ACC1 a ACC7, enquanto o sujeito que também se apresentou como agente cultural e gestor público (ACP) está codificado pelo código ACP1.

Em prosseguimento da agenda da pesquisa, outros três encontros foram viabilizados, contudo, os contratempos em relação ao horário de chegada do grupo e à diversidade dos cargos assumidos pelos agentes implicaram no redirecionamento para a técnica da entrevista semiestruturada. Nesse sentido, o segundo encontro registrou a participação de dois agentes culturais comunitários (ACC8 e ACC9) e dois agentes culturais públicos (ACP2 e ACP3), o terceiro encontro contou com a participação de cinco agentes culturais comunitários (ACC10 a ACC14) e, por fim, o quarto encontro recebeu apenas dois agentes culturais comunitários (ACC15 e ACC16).

Embora a perspectiva da interação e do diálogo tenha ficado comprometida em virtude da não concretização de todos os grupos focais previstos, a manutenção das questões problematizadoras – voltadas à compreensão de esporte e lazer dos agentes, à realidade da atuação no âmbito do esporte e lazer e às perspectivas de enfrentamento dos grandes dilemas na área – possibilitou a realização de um único processo de tratamento dos dados. Para tanto, recorreu-se ao método da análise de conteúdo, com base na análise categorial temática proposta por Bardin (2011).

“A farinha d’água dos meus bijus”: aporte teórico

Todo o meu romance, provavelmente, em dez volumes, é feito, da maior parte, da gente mais comum, tão ninguém, que é a minha criatura grande do Marajó, Ilhas e Baixo Amazonas. Fui menino de beira de rio, do meio do campo,

banhista de igarapé. Passei a juventude no subúrbio de Belém, entre amigos, nunca intelectuais, nos salões da melhor linhagem que são os clubinhos de gente de estiva e das oficinas, das doces e brabinhas namoradas que trabalhavam nas fábricas. Um bom intelectual de cátedra alta diria: são as minhas essências, as minhas virtualidades. Eu digo tão simplesmente: é a farinha d'água dos meus bijus (sic) [...].

Dalcídio Jurandir, 1960

Mergulhar na investigação sobre o perfil socioeconômico, acadêmico e profissional dos agentes culturais de esporte e lazer, dentre outros aspectos, nos serviu de alerta para constatar o fato de que, em grande medida, ainda somos um povo que corajosamente resiste às condições de exploração e às intempéries pela qual historicamente vem passando esta parte territorial do Brasil denominada Amazônia Paraense. Coragem que, mesmo não se revelando tão rebelde como os antepassados cabanos, parece-nos plausível demarcá-la como aguerrida e capaz de forjar um novo espírito de luta por uma vida mais digna.

Desta vez, travamos uma luta por emancipação na consciência e na prática social do povo amazônida frente aos obstáculos que impedem seu acesso concreto e significativo aos direitos sociais historicamente conquistados pelas camadas populares brasileiras. Isto, porque, ao considerarmos as lutas específicas que têm sido acampadas por aqueles e aquelas que acreditam que o esporte e o lazer devem ser encarados como uma necessidade humana a ser garantida como direito social mediado pelo exercício da cidadania (DIAS; FONSECA, 2011; BORGES, 2017), estamos na verdade marcando posição política favorável às práticas de esporte e lazer como vivências determinantes para a transformação de uma sociedade desigual, como se apresenta a sociedade brasileira.

De acordo com estudos de Marin (2018), podemos inferir que as desigualdades relacionadas às sociedades amazônicas encontram eco na forma como são destinados (ou não) os espaços para a prática esportiva do futebol, por exemplo, um fenômeno esportivo de magnitude sociocultural

global, tendo o Brasil como a entidade mais consagrada quando o assunto é Copa do Mundo de Futebol, mas que nem por isso passa incólume à realidade contraditória apresentada pela autora:

Nas cidades capitais da Amazônia, a par desse processo de shoppinização, algumas práticas físicas e lúdicas têm se tornado proibidas, nas linhas do ordenamento territorial da cidade. As “peladas” - prática esportiva do futebol, com regras e rituais particulares - são confrontadas com as avenidas e ruas. De espaço lúdico das práticas informais e livre, é levado a ser praticado nos espaços, instituições que definem e seleciona o praticante do esporte, que pode ir ao clube, inscrever-se na Escolinha ou alugar a Arena. O que significa uma característica ambígua e contraditória (MARIN, 2018, p. 84).

Não à toa demarcamos nesta produção teórica uma posição solidária e fraterna aos que defendem as práticas de esporte e lazer como prática de liberdade, de emancipação humana, de luta contra as desigualdades. Autores como Borges (2017, p. 374) elucidam tal posicionamento quando nos proporcionam elucubrações importantes acerca de que, “quando pensamos nas diferentes políticas públicas ou políticas sociais a atingir os pobres, encontramos as de esporte e lazer”. Indagando sobre que esporte e lazer se está falando ao relacionar esses fenômenos com o direito social e o exercício de cidadania, este autor aponta que:

A experiência do exercício de cidadania se dá pela vivência concreta e completa das políticas públicas de Estado e, as políticas públicas de esporte e lazer contribuem significativamente se vivenciadas como direito social perspectivado tanto na redistribuição como no reconhecimento sob os critérios de justiça (BORGES, 2017, p. 374).

Considerando, sobretudo, os pressupostos acima apresentados, assim como também as principais categorias emergentes da prática social dos agentes culturais participantes da pesquisa, valemo-nos, ainda, de um aspecto preponderante identificado: a maioria dos sujeitos da pesquisa está ligada direta e ou indiretamente com a realidade dos territórios periféricos

da capital Belém, gerando maior atenção ao perfil socioeconômico representado pelos agentes.

Ao identificarmos a categoria lazer e direito social como uma das que emergem nas “águas turvas” de nossa investigação inicial, podemos compreender com maior clareza a complexidade que cerca esta relação a partir das seguintes falas:

A sociedade (Estado) nega o direito ao lazer para o trabalhador, e quando há projetos ou atividades, percebe-se interesses que não são o de atendimento às necessidades de lazer do trabalhador (ACC3).

O lazer deve ser um direito de todos, mas não basta o governo construir praças e equipar, tem que ter financiamento, principalmente para quem faz trabalho voluntário (ACC5).

O Estado deveria ser o principal responsável pelo lazer, e como é ausente, surgem outras entidades como as ONGs (ACC1).

Os sujeitos admitem a responsabilidade do Estado e reconhecem a ineficiência de uma política continuada e em bases sólidas. Afirmam a necessidade de a população ocupar espaços públicos e identificam que a maior intervenção de ações de lazer, cultura e esporte é de iniciativa isolada e em práticas de domínio dos propositores. Trata-se de um perfil denunciador do precário acesso territorial por que passam as camadas populares que dependem de políticas públicas de esporte e lazer como direito social para o exercício da cidadania. Sobre esse aspecto, devemos nos atentar aos estudos de Moreira, quando a autora aponta que:

Para uma política pública efetivamente democrática, a *Participação* é uma das ações centrais para o exercício da autonomia e para a socialização da política, portanto a participação passa a ser um dos aspectos importantes a ser observado na análise da acessibilidade nas políticas públicas de esporte e lazer (MOREIRA, 2011, p. 49-50).

A categoria política pública, apesar de ganhar eco nos escritos de Moreira (2011), passa a ser mais bem enfatizada a partir das falas a

seguir, que chamam atenção para sua emergência como um fenômeno relacionado à necessidade de implementação e ao valor social como seus principais aspectos:

Não é... pelo poder público, é pelos políticos, não depende da gente, se dependesse da gente talvez o nosso bairro... depende da força dos moradores... a gente já tinha alguma coisa... força através de ter vós lá na Câmara através com nossos representantes... então a gente barra, barra nesses homens, é muita burocracia, às vezes eles exigem muita coisa e isso não sai (ACC2).

O Estado deveria assumir as atividades de lazer como assume os programas de medicamento e de saúde (ACC3).

A população valoriza as atividades de lazer, principalmente nos bairros, que são poucas e muitas vezes oferecidas por quem gosta e aí já determina se é esporte ou dança ou luta (ACC12).

A análise aponta para o fato de que a população não é partícipe e anseia por ações que atendam e supram suas necessidades sociais, assim como a importância dada a programas de educação e saúde. Nesse sentido, as ações isoladas e de interessados são bem-vindas, e os espaços públicos acabam ou abandonados ou ocupados pela auto-organização dos grupos da comunidade, que recorrem a parcerias públicas, privadas e do terceiro setor.

Diante desse aspecto, não é exagero considerarmos que as políticas públicas, tal como se manifestam na percepção dos agentes culturais, em grande medida se configuram como instâncias socioeconômicas contraditórias, ao considerarmos as relações desiguais de poder que nela incidem, principalmente por levarmos em conta que suas instâncias decisórias tendem a contemplar anseios e necessidades não das pessoas que realmente necessitam deste segmento de direito social para assegurar melhoria na qualidade de vida, mas daqueles que dela, por vezes, se locupletam, levando-nos a concordar com a fala de um dos agentes culturais entrevistados, quando relata que “o governo atual reorganiza a política de

lazer e cultura ouvindo a população, e planejando de acordo com o **baixo recurso**, e **espaços existentes**” (ACPI) (grifo nosso).

Quando o assunto é recurso financeiro e espaços existentes e adequados, em se tratando do território do município de Belém, não é preciso grandes esforços para compreendermos o quanto a capital paraense, principalmente os espaços urbanos localizados nas periferias (onde residem grande parte dos agentes culturais participantes da pesquisa), ainda estão longe de oferecer às camadas populares uma cidade pluralmente sustentável, verdadeiramente democrática e urbanamente planejada, tal como apontam os estudos de Rechia, Gonçalves e França (2018).

Neste sentido, compartilhamos da concepção que Starepravo, Souza e Marchi Júnior, quando indicam que as políticas públicas de esporte e lazer devem ser pensadas

[...] para além da política pública em si, o programa esportivo ou a iniciativa pública voltada a atender o cidadão no seu direito ao lazer como fenômenos estanques ou isolados de um contexto social. A política pública muitas vezes é apenas a parte mais visível de todo um processo desenvolvido num espaço social específico, que comporta disputas, relações, alianças, decisões estratégicas e também não planejadas (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2011, p. 234).

A análise do estudo ainda nos possibilitou identificar uma terceira categoria nas falas dos participantes: trata-se da “superação”, considerando, sobretudo, a forma como o trabalho dos agentes culturais é desenvolvido. Todavia, apesar das falas pertencerem a grupos distintos de agentes culturais (agentes culturais públicos e agentes culturais comunitários), ambos refletem a necessidade de superação frente a indicadores como o mapeamento de espaços e de projetos/ações que propiciem esporte e lazer:

Como gestor, temos nos preocupado, a partir de nossa vivência como coordenador cultural, em mapear os espaços que oferecem projetos e ações de lazer e cultura (ACPI).

Nós usamos a escola do bairro por iniciativa de nós, mães dos alunos, que percebemos a necessidade de reforçar o gosto por atividades de música e arte, e a escola aceitou, cedendo o espaço e incentivando a comunidade (ACC2).

A prefeitura tem espaço no bairro, em quadras descobertas, mas é usado de forma desorganizada. As pessoas ofertam escolinhas de dança ou esporte com cobrança de taxa. Outros grupos que ocupam já há tempo com horário estabelecido para jogo de times organizados por grupos de interesse (ACC1).

Tomamos uma construção abandonada no bairro, que já tinha sido espaço de feira. Fomos reformando com ajuda da comunidade e dos alunos e com nosso próprio dinheiro (ACC3).

A condição é precária e tudo que conseguimos foi o espaço público, e construímos o galpão com ajuda da comunidade (ACC14).

Inferimos, a partir das falas, que as condições de trabalho têm elementos mínimos para funcionamento e os espaços são mantidos por esforço coletivo, trabalho voluntário e doações financeiras. Em parte dos projetos, a cobrança de taxa ou mensalidade mantém minimamente os espaços e paga os professores. Foram identificados, ainda, projetos financiados pelo terceiro setor ou programas públicos do sistema de ensino, municipal ou estadual, esses, acabam por tomar ações mais amplas, que admitem participantes da comunidade nos bairros.

Percebe-se nitidamente o quão multifacetadas são as formas em que se apresentam as condições de trabalho dos agentes culturais, sobretudo quando se trata dos agentes culturais comunitários. Acreditamos que as diferentes e múltiplas faces de como os fenômenos esporte e lazer se fluidificam nas camadas populares poderiam ser melhor identificadas, compreendidas e analisadas pela gestão pública se considerassem os esforços em estudos e pesquisas que têm se dedicado à temática das políticas de esporte e lazer (LIBERATO; SOARES, 2009; STAREPRAVO, 2011; SOARES et al., 2011; BAHIA, 2018).

Starepravo (2011) aponta que, no cenário nacional, não há historicamente uma cultura dos agentes políticos de se apropriarem das pesquisas na área de políticas públicas de esporte e lazer. Constatação dolorosa quando consideramos a distância a ser percorrida pelos segmentos populares, que precisam melhorar sua condição de vida mediada pelas vivências de esporte e lazer em seus territórios, tendo que nadar contra a maré justamente por sua condição de periféricos e por seus gestores públicos não priorizarem esta pauta.

Parafraseando Dalcídio Jurandir, mas não encerrando esta prosa de bons caboclos faladores de esporte e lazer, continuaremos assim, e bem aqui, com a nossa farinha d'água, teimosa em acertar o ponto daquele saboroso biju, um dia degustado por Matos (2009, p. 37) – “foi pensando na cidade como espaço de realização de sonhos que se escolheu Belém para sediar o III Seminário de Políticas Públicas em Esporte e Lazer” –, quando de seu estudo sobre memorização do sentido dado ao III Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Sonhemos e lutemos todos e todas, por uma cidade verdadeiramente justa, democrática, emancipada e inundada de vivências esportivas e de lazerania!

Desfecho: um alegrete para Belém

*Bembelelém. Viva Belém! Belém do Pará porto moderno integrado na equatorial
Beleza eterna da paisagem Bembelelém Viva Belém! Cidade pomar (Obrigou a
polícia a classificar um tipo novo de delinquente: O apedrejador de mangueiras.)
Bembelelém Viva Belém!*

Manoel Bandeira, 1928.

Para apedrejar mangueiras e ao mesmo tempo cuidar delas, cuidando da cidade e do povo belenense, é preciso construir, coletivamente com a população, políticas públicas de esporte e lazer que atendam à cultura dos lugares em cada um dos oito distritos de Belém, acompanhar e fomentar

projetos e programas de iniciativa comunitária e manter os espaços públicos em condições de uso para práticas que primem pela saúde, qualidade de vida, alegria e bem-estar geral dos belenenses, garantindo o acesso às práticas culturais de saúde e de educação.

Caracterizou-se os projetos mapeados e os depoimentos registrados que permitem enunciar que, em bairros distantes entre si, as práticas de lutas, esportes, artes e música são as de maior oferta. Todas as atividades e ações culturais estão em projetos de iniciativa comunitária e com trabalho voluntário e em iniciativas isoladas; os relatos, de modo comum, são de esforços individuais e tentativas de apoio governamental nem sempre atendidas, mesmo em programas administrados pelo poder público municipal ou estadual, com agentes culturais professores, que se ressentem de manutenção e fomento.

É possível identificar, a partir dos dados encontrados, os esforços públicos e planos de trabalho desenvolvidos, mas nem sempre finalizados por diversas variáveis, entre elas, a aplicação de recursos e a continuidade das ações. Ainda que se encontre no Plano Plurianual de Belém proposta na dimensão econômica e social, com programa temático para a educação, a cultura, o esporte e o lazer (BELÉM, 2019), não se materializa em efetivo e é insuficiente quanto ao alcance da população em toda a cidade.

O Cedes/PA está ao lado da população, com parcerias universidade-escola-comunidade em prol da produção de conhecimento que subsidie as políticas públicas, e junto com os programas de Estado, para o alegrite da cidade, para entoar o Belém que te quero bem.

Referências

ANDRADE, M. Por esse mundo de águas, 1927. In: BELÉM DO PARÁ. Mário de Andrade e seu amor por Belém. *Belém do Pará*, Belém, 16 abr. 2018, Arte & Cultura, p. 1. Disponível em: <<https://belemdopara.com.br/2018/04/16/mario-de-andrade-belem/>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

- BACKES, D. S. et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. *O mundo da saúde*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011.
- BAHIA, M. C. (Org.). *Novas leituras do lazer contemporâneo*. Belém-PA: NAEA, 2018.
- BANDEIRA, M. Belém do Pará. *Recantos das Letras*, Sorocaba, 1928. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/poesias-regionais/4532921>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELÉM. *Cultura e cidadania para a população*. Belém: Fundação Cultural do Município de Belém, 2019. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=15&conteudo=2663>>. Acesso em: 9 nov. 2019.
- BORGES, C. N. F. Educação cidadã pelo lazer: a contribuição das políticas públicas de esporte e lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, 2017.
- DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-12, 2000.
- DIAS, D. C.; FONSECA, Z. V. D. da. Esporte e lazer como necessidade humana: inflexões. In: SOARES, A. et al. (Orgs.). *Diagnóstico do esporte e lazer na Região Norte Brasileira: o existente e o necessário*. Manaus: Edua, 2011.
- IBGE. *Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>>. Acesso em: 9 nov. 2019.
- JURANDIR, Dalcídio. *Folha do Norte*, Belém, 1960. In: Blog. Saiba tudo sobre o autor. Disponível em: <<https://www.dalcidiojurandir.com.br/blog-dalcidio-jurandir-escritor-br.html>>. Acesso em: 17/11/2019.
- LIBERATO, A.; SOARES, A. (Orgs.). *Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: retrospectiva histórica*, ed. 1, Manaus: Edua, 2009.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARIN, R. E. A. Práticas sociais de lazer nas cidades amazônicas: pesquisas como requisito para políticas públicas. In: BAHIA, M. C. (Org.). *Novas leituras do lazer contemporâneo*. Belém-PA: NAEA, 2018.

MATOS, L. S. III Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer em Belém - Cidade e Urbanismo: espaços e equipamentos de lazer. In: LIBERATO, A.; SOARES, A. *Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: retrospectiva histórica*, ed. 1, Manaus: Edua, 2009.

RECHIA, S.; GONÇALVES, F. S.; FRANÇA, R. Cidade, lazer, políticas públicas e sustentabilidade: desafios e perspectivas. In: BAHIA, M. C. (Org.). *Novas leituras do lazer contemporâneo*. Belém-PA: NAEA, 2018.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, A. et. al. (Orgs.) *Diagnóstico do esporte e lazer na Região Norte Brasileira: o existente e o necessário*. Manaus: Edua, 2011, 210 p.

SOUZA, V.; FARIA, H.; VAZ, J. C. Formação de agentes culturais. *Boletim Dicas*, São Paulo, n. 95, p. 1-2, 1997. Disponível em: <<https://www.polis.org.br/uploads/446/446.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J. de; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. *Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 233-251, jul./set. 2011.

STARERAVO, F. A. *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico*. Curitiba, 2011. 422 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná.

Políticas públicas de esporte e lazer e a concepção de lazer dos gestores de Ananindeua e Marituba – PA

*Joselene Ferreira Mota*⁶³

*Rhenan Ferreira de Freitas*⁶⁴

*Tayan Rogério Oliveira Carneiro*⁶⁵

*Zaira Valeska Dantas da Fonseca*⁶⁶

Introdução

O estudo é resultado da pesquisa matricial *Diagnóstico do perfil socioeconômico, acadêmico e profissional dos agentes culturais de esporte e lazer da Região Metropolitana de Belém*, vinculada ao Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e Lazer da Rede Cedes/PA.

Para este capítulo, fizemos o recorte da pesquisa matricial com intuito de analisar as concepções de lazer dos gestores de esporte e lazer das cidades de Ananindeua e Marituba/PA. Queremos com isso indicar, como premissa para uma reflexão crítica inicial sobre a pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer, a diversidade com que esses fenômenos são concebidos e desenvolvidos pelos sujeitos que com eles lidam, reconhecendo a importância dos agentes culturais de esporte e lazer para a fomentação e valorização de políticas públicas.

⁶³ Docente na Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação. Belém/PA. Pesquisadora colaboradora do Cedes-PA. E-mail: joseleneffmota@yahoo.com.br.

⁶⁴ Bolsista da Rede Cedes/PA (UFPA). Belém/PA. E-mail: rhen.jhon14@yahoo.com.br.

⁶⁵ Bolsista da Rede Cedes/PA (UFPA). Belém/PA. E-mail: tayanrogerio@gmail.com.

⁶⁶ Docente na Universidade do Estado do Pará. Doutora em Educação. Belém/PA. Pesquisadora do Cedes-PA. E-mail: zairavaleska@gmail.com.

Sendo assim, buscamos caracterizar o lócus da pesquisa, traçar o perfil dos agentes culturais e conceitualizar as compreensões de lazer dos agentes das duas cidades. As cidades Marituba e Ananindeua são municípios de compõem a Região Metropolitana de Belém, do estado do Pará, localizado na Região Norte do país. Marituba está localizada a 11 quilômetros da capital, enquanto Ananindeua faz fronteira com esta, ficando situada entre Belém e Marituba.

Estima-se, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em 2019 a população de Marituba é de cerca de 131.521 habitantes, e em Ananindeua a população é de 530.598 pessoas. Ambos os municípios sobrevivem de economia organizada, principalmente do comércio local, com existência de algumas poucas indústrias.

A hipótese da pesquisa se centrou na afirmação de que os agentes culturais concebem o lazer numa perspectiva do tempo livre para a diversão, logo, sua atuação como agente cultural se restringe em garantir atividades que promovam prazer e relaxamento aos usuários da política pública desenvolvida pelos dois municípios em questão.

Como forma de síntese e exposição, o texto apresenta a seguir a metodologia desenvolvida para atingir os objetivos do estudo, para em seguida apresentar parte do perfil dos agentes culturais dos dois municípios relacionado aos aspectos da formação e escolaridade, e então apresenta a análise da concepção de lazer presente entre os gestores de esporte e lazer desses municípios.

Aspectos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório que lançou mão da pesquisa de campo para captar informações junto a agentes culturais que vêm construindo e desenvolvendo políticas e atividades de esporte e lazer na Região Metropolitana de Belém. Os critérios de inclusão da pesquisa obedecem à seleção das seguintes categorias de agentes culturais

do esporte e lazer: gestor de políticas públicas, profissionais atuantes em política pública, pesquisadores e militantes culturais que vêm atuando com atividades de esporte e lazer.

Nesse sentido, a fase exploratória da pesquisa se delineou pela aplicação de questionário composto de 38 questões de múltipla escolha e de perguntas e respostas objetivas, com o qual foi possível traçar o perfil dos agentes culturais do lazer das cidades de Ananindeua e Marituba/PA, no que se refere à sua idade, escolaridade, formação acadêmica e às condições de seu trabalho como agente cultural do esporte e lazer, com coleta realizada em lócus de seus trabalhos.

Essa fase exploratória da pesquisa teve como problema a seguinte questão: como se configura a realidade dos sujeitos que planejam e executam políticas públicas e atividades de esporte e lazer em relação às suas condições de vida, de trabalho e às suas formações para atuação nessa área?

A segunda etapa da pesquisa foi realizada com dificuldades para reencontrar os agentes culturais não vinculados ao poder público. Sendo assim, apresentamos o resultado da realização de entrevistas coletivas com gestores. Estas entrevistas tiveram a sua organização baseada em elementos constituintes da metodologia de grupo focal.

Foram definidas categorias *a priori*, dentre as quais, destacaremos os resultados relativos à concepção de lazer dos gestores. O instrumento construído objetivou ampliar os elementos para a análise do perfil dos sujeitos sociais que atuam nas políticas de esporte e lazer na Região Metropolitana de Belém.

Para tanto, consideramos a metodologia do grupo focal como referência para que os sujeitos pudessem ter o tempo necessário para refletir sobre as diversas dimensões que envolvem sua atuação nas políticas e as implicações mais amplas relacionadas, estimulando-os, assim, a responder sobre o que pensam sobre o lazer, as condições de trabalho para desenvolver a política de lazer, apontar se existe financiamento, o que pensam sobre a qualidade do serviço que é prestado à população na área do lazer e, por

último, qual tem sido o papel do seu órgão e de sua atuação como gestor nesta política.

Nesta perspectiva, o instrumento versou sob três eixos básicos: 1) compreensões sobre o lazer enquanto direito social no contexto atual, 2) aspectos relacionados à atuação profissional na área de políticas públicas de lazer e 3) saídas para o enfrentamento das questões apontadas pelo gestor. Com relação ao primeiro eixo, objeto deste próximo capítulo, nos pautamos em três perguntas orientadoras, quais sejam: O que é lazer para você? Como você avalia a importância da implementação de políticas de esporte e lazer? Na sua opinião, quem deve ser responsável pelo desenvolvimento do esporte e lazer?

Como subsídios teórico-conceituais para o diálogo com a segunda fase da pesquisa, recorreremos a Mascarenhas (2006), Pellegrin (2006), Peixoto (2011) e Taffarel (2005), autores que demarcam o lazer como produção humana, portanto, conhecimento que deve ser apropriado e usufruído como direito social.

Lazer: desafios para a superação da lógica funcionalista/compensatória em direção à consolidação do direito social

Partimos da compreensão inicial de que, historicamente, o usufruto do tempo livre tem sido privilégio para poucos. No contexto da relação capital-trabalho existente na sociedade capitalista, evidencia-se a contradição entre o avanço das forças produtivas, o trabalho excedente e a luta da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho. É desta tensão que se origina o fenômeno lazer como manifestação da luta de classes e como “forma dominante de apropriação do tempo livre na contemporaneidade” (MASCARENHAS, 2006, p. 95).

É válido dizer, contudo, que ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, o lazer, bem como as políticas destinadas à sua promoção, vem sendo tratados a partir de diferentes aspectos. Em um

primeiro enfoque, tem-se a sua vinculação ao projeto de conformação da classe trabalhadora, cujo objetivo consiste tão somente em ocupar “devidamente” o tempo liberado do trabalho ou para o descanso e reposição/recuperação das energias para volta ao trabalho ou para distrair os trabalhadores e trabalhadoras das reais condições de vida e trabalho a que são expostos (PEIXOTO, 2007).

Tal concepção também se fortalece na implementação de políticas de redução de danos para segmentos em situação de vulnerabilidade social, cujos aspectos assistencialista e funcionalista são ressaltados. Visam, assim, minimizar os efeitos das desigualdades sociais ao possibilitar momentos de distração e ocupação do tempo dos sujeitos, com vistas ao afastamento dos males sociais relacionados, por exemplo, à violência e ao desemprego.

Em um segundo aspecto, o lazer é concebido com uma perspectiva redentora, em que é visto como único espaço para a experiência da alegria, bem-estar e prazer. E dessa forma, é posto em completa oposição ao trabalho, constituindo-se assim em uma perspectiva idealizada, tal qual afirma Pellegrin:

Uma concepção abstrata de lazer implica também uma concepção abstrata de felicidade ou de realização, que acaba fazendo com que se tenha uma visão absolutamente idealizada do lazer, como suposto “tempo e espaço de ser feliz”, apartado de todos os outros tempos da vida. Isso se agrava quando vivemos uma situação de grandes contradições na educação, no trabalho, no transporte, na habitação, na segurança, enfim, nas condições de vida das pessoas; o lazer aparece então idealizado, como sendo esse suposto tempo e espaço de “ser feliz”, essa alternativa de ruptura, já que não se pode viver isso no real como um todo (PELLEGRIN, 2006, p. 107-108).

Esta afirmação indica a impossibilidade de dissociação entre lazer e trabalho. Tal como apontado por Marx (2011), a preocupação com o tempo fora do trabalho dissociada da preocupação com o trabalho afasta a classe trabalhadora da questão central, que é a necessidade histórica de transformação das relações sociais e do modo de produção da existência que produziram o lazer. Na perspectiva idealizada, o consumo é transformado

em maior opção para as práticas de lazer, sendo este também o próprio objeto de consumo (MASCARENHAS, 2006).

Dessa forma, a concepção de lazer que se instaura e é difundida, seja pela via privada ou pela via estatal, configura-o como um negócio submetido aos interesses do grande capital. Esta ideia influencia e direciona a forma como as políticas públicas de esporte e lazer são conduzidas, em grande medida priorizando de um lado o reducionismo aos eventos de lazer e de outro a transferência para o setor privado e terceiro setor de ações de cunho assistencialistas. De acordo com Taffarel:

Para a economia estatal, o lazer representa também uma mobilização de negócios, uma forma de revitalizar a economia com a geração de empregos, mesmo que precarizados, e serviços terceirizados, que intensificam a circulação de mercadorias supérfluas ou não. Representa também investir em setores de interesse do grande capital, por exemplo, a organização de megaeventos ou exposições das megaestrelas em detrimento da generalização de espaços urbanos adequados a práticas corporais comunitárias. No lastro das grandes festas, como o carnaval, a privatização de espaços públicos está presente em prejuízo dos interesses públicos. Nas competições esportivas, isso fica evidente nas maneiras de controle ideológico via educação, com as campanhas de busca de talentos esportivos e de aceitação passiva da condição de não praticante ativo de esportes, na linha de “quem não joga assiste” (TAFFAREL, 2005, p. 95).

Nesse contexto, o lazer é afastado da perspectiva de **“direito social ao gozo do tempo livre para uma atividade livre, que permite a produção e o usufruto da arte, da literatura, da música; daquilo que convenciamos chamar de cultura”** (PEIXOTO, 2011, p. 341 [grifo nosso]). O papel desempenhado pelo poder público na execução de políticas sociais é reduzido e orientado pelo conjunto de reformas neoliberais que tanto diminuem o tempo da classe trabalhadora para fruição e gozo do tempo livre, como desobrigam o Estado de promover a democratização da cultura em que está inserido o lazer.

Isto posto, é fundamental considerar que medidas de contingenciamento, as quais são justificadas por uma suposta necessidade de ajuste fiscal, são na verdade a materialidade da disputa pelo fundo público (SALVADOR, 2012). Elas impõem a estados e municípios um conjunto de limites aos seus orçamentos que, por sua vez, restringem de maneira drástica as políticas de esporte e lazer. Essas medidas demonstram que o desafio da garantia ao lazer a todos está ligado a profundas mudanças na ordem social que alterem a relação capital-trabalho.

Ademais, este setor, em vista da falta de vinculação orçamentária e pelo próprio processo de hierarquização das políticas sociais, historicamente tem sido um dos mais afetados na distribuição do orçamento, que é o “[...] que garante concretude à ação planejada do Estado e espelha as prioridades das políticas públicas que serão priorizadas pelo governo” (SALVADOR, 2012, p. 124).

Santos (2010), ao tratar da história das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, demonstra que o processo de descentralização das políticas, ocorrido em face da promulgação da Constituição Federal de 1988, se deu de forma desigual. Ainda que o lazer tenha sido colocado formalmente no patamar de direito social em seu art. 6º, a falta de definição de um sistema que organizasse as responsabilidades de estados e municípios o colocou à margem das políticas públicas:

A Constituição de 1988 foi idealizada na perspectiva de assegurar a possibilidade de um melhor gerenciamento das políticas públicas no Brasil, a partir de um padrão internacional do modelo capitalista, onde a lógica do estado mínimo, com a redução dos gastos na execução dos serviços públicos e transferência para os estados, municípios e iniciativa privada foram as marcas das claras orientações do estado nacional. Dessa forma, educação, saúde e previdência tiveram sistemas bem mais claros de gerenciamento das políticas. O que não ocorreu com o direito ao lazer. Como política pública, teve poucos investimentos com a descentralização do Estado Federativo (SANTOS, 2010, p. 58-59).

Além do que já foi indicado, outros limites têm se mostrado para a consolidação do lazer como direito social. Reconhecidamente, o papel exercido pelos agentes culturais de esporte e lazer – em especial os que atuam no âmbito do poder público, tais como, gestores e técnicos de secretarias – é muitas vezes definidor para a condução e o direcionamento das políticas públicas.

Uma série de questões perpassam as situações a serem enfrentadas com vistas à qualificação da intervenção por esses sujeitos na gestão pública do esporte e lazer, as quais podemos citar as condições de trabalho a que estão submetidos, a formação profissional específica para atuação na área, a ausência de definição das funções a serem exercidas e a qualificação a elas necessárias, a prevalência do “praticismo” e “tarefismo” apontados por Marcellino et al.:

[...] como uma visão parcial e limitada da abrangência do lazer (muitos profissionais trabalham com lazer, ainda hoje, e não têm consciência do seu objeto de trabalho, e até mesmo têm vergonha de se identificar como profissionais da área), com ranços alimentados numa certa visão “funcionalista” do lazer, nas suas quatro nuanças: romântica, moralista, compensatória e utilitarista [...] (MARCELLINO et al, 2007, p. 18).

Frente ao exposto, conhecer a realidade dos agentes culturais que atuam nas cidades da região metropolitana de Belém, no que diz respeito a diagnosticar o perfil e a concepção de lazer dos mesmos, coloca-se como ponto de partida fundamental para o Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Esporte e Lazer da Rede Cedes/PA no que tange ao conhecimento do desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer nessa região. A seguir, apresentamos os resultados desse estudo.

O perfil dos agentes culturais de Ananindeua e Marituba

Como foi anunciado anteriormente, o objeto de análise da fase exploratória deste estudo foram as condições socioeconômicas, acadêmicas

e profissionais em que se encontram na atualidade os sujeitos que atuam nas políticas públicas e atividades de esporte e lazer nas cidades de Ananindeua e Marituba/PA. Neste trabalho, destacamos os aspectos relacionados à formação desses sujeitos.

Foram consultados 55 agentes culturais, e dentre estes, verificou-se que a maioria, 28 sujeitos, atua como professores na área do lazer, seguidos por 11 que exercem a função de gestores, 6 são estagiários e 2 são militantes culturais. Além desses, 14 dos participantes da pesquisa exercem outras funções na ação/programa/projeto em que atuam, dentre elas, as de monitores, técnicos e pessoas que atuam no patrocínio e no administrativo.

Dos 55 entrevistados, 25 possuem título em pós-graduação, 14 são formados no ensino superior e o mesmo quantitativo completou o ensino médio (2 ainda em andamento). Somente 1 dos entrevistados possui apenas o ensino fundamental. Do universo dos formados no ensino superior, 31 deles são formados na área de Educação Física, 5 são formados em Pedagogia, 2 em Biblioteconomia e as áreas de Turismo, Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Gestão em Marketing Hoteleira e Gestão Pública possuem 1 indivíduo formado cada. Para 13 indivíduos, esta pergunta não se aplicou.

Do quantitativo de formados no ensino superior, 14 completaram seus estudos há menos de 5 anos, 7 são formados entre 5 a 10 anos, 3 entre 10 e 15 anos, outros 3 de 15 a 20 anos e 12 indivíduos estão há mais de 20 anos formados. Quando perguntados acerca de pós-graduação, 25 indivíduos afirmaram possuir especialização e somente 2 assinalaram mestrado. Um dos agentes entrevistados assinalou que possui outra formação, porém não informou qual. Para 26 da amostra, a pergunta não se aplicou. Um indivíduo da pesquisa não disponibilizou quaisquer informações sobre sua formação.

Dentre os 27 que possuem pós-graduação, 8 tem formação na área da Educação, 5 são formados na área de Educação Física escolar, 6 na área de Educação Física e Saúde, 6 em Educação Física e Esportes, 5 se formaram em outras áreas do conhecimento e somente 4 em Gestão.

Pode-se observar a prevalência da formação em Educação Física, tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação, o que acompanha a realidade do quadro de pessoal no âmbito das políticas de esporte e lazer de grande parte dos municípios brasileiros. Ainda, a vinculação ao esporte é elemento predominante na formação de quadros para o trabalho na área. Essa situação pôde ser notada mais frequentemente em Ananindeua. Para os estudiosos da área (MARCELLINO et al., 2007), tal realidade se mostra como um fator limitante para as políticas públicas de esporte e lazer, pois o caráter interdisciplinar e multiprofissional desse setor é desconsiderado em detrimento da perspectiva esportiva que predomina no campo.

Quanto à especificidade da formação continuada, foi verificado que 41 projetos possuem previsão de momentos voltados para formação continuada (estudos, cursos, treinamento, participação em eventos, etc.) e que 14 sujeitos da amostra total compõem projetos que não possuem ações de formação continuada ou dispõem destes momentos apenas ocasionalmente.

Quanto à especificidade de temáticas da formação continuada, foram verificadas grande variedade de formações, sendo a maioria no campo da atividade física, saúde, gestão e educação. Não foi detectada formação específica no campo do lazer ou de políticas públicas, resultado que demonstra ainda um déficit para essa formação específica no âmbito da pós-graduação *lato e stricto sensu* entre os agentes desses municípios.

Quando perguntados sobre a formação em serviço, os sujeitos indicaram realizar estudos específicos no campo das políticas públicas com uma frequência anual. Isso também revela que, embora a maioria possua formação em nível superior, o tema das políticas públicas ainda é incipiente, ainda que os temas do lazer e do esporte sejam os mais indicados sobre estudos já realizados por esses agentes.

Foi apontado que apenas 50% dos projetos desenvolvidos possuem momentos previstos para a formação dos sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento deles. Tal realidade aponta para a necessidade de maior

atenção aos momentos formativos e de capacitação como um princípio para o desenvolvimento de programas de esporte e lazer (ISAYAMA, 2010).

Os(as) gestores(as) e suas concepções de lazer

Do município de Marituba participaram duas gestoras que atuam em espaços de biblioteca. De Ananindeua, participaram seis gestores, todos do gênero masculino, que atuam na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude (Secelj) e na Secretaria Municipal de Educação (Semed). É importante destacar que a ausência de outros gestores em Marituba se deu em face de mudanças ocorridas na gestão do governo municipal pós-eleições de 2016, o que inviabilizou a participação dos gestores partícipes da primeira fase da pesquisa.

Ao serem abordados sobre sua compreensão do que é o lazer, os sujeitos indicaram diferentes entendimentos, prevalecendo uma perspectiva de lazer como tempo para diversão e promoção de atividades que possam dar prazer às pessoas. Outra compreensão foi a do lazer como prática que serve para ocupar o tempo, principalmente de crianças e adolescentes com vistas a reduzir a vulnerabilidade destes aos riscos sociais. Há pouca manifestação do entendimento de lazer como direito social, mas esta perspectiva apareceu entre dois dos entrevistados.

No município de Marituba, prevaleceu o aspecto de uma funcionalidade do lazer voltada a evitar males sociais e de saúde, como as doenças psicossomáticas. Na fala da entrevistada abaixo fica evidenciado que ela acredita que a realização de atividades prazerosas pode minimizar ou resolver tais problemas pela promoção do lazer como bem-estar. Denota uma visão funcionalista do lazer (MARCELLINO et al., 2007) distanciando-se de uma perspectiva de reconhecimento deste como direito social. Além disso, aponta o lazer como uma espécie de redentor dos males sociais, um olhar que, de acordo com Linhales et al. (2008), configura-se como “salvacionista”.

Então, nesses projetos, ao mesmo tempo que tem o foco educacional, proporciona também lazer, bem-estar ao aluno, entendeu? Tanto prova os nossos funcionários... você manda os alunos embora mas não querem ir, eu digo: “Minha filha, dá um tempo”. Muitas vezes eles querem conversar com outro coleguinha, eles se sentem bem dentro da escola, por esses motivos muitas vezes não querem, muitas vezes eles mesmo dizem “Professora, eu não vou fazer nada lá em casa. Aqui pelo menos estou conversando, eu estou fazendo outras coisas, eu tô jogando, eu tô dançando”, enfim (G1).

Os gestores de Ananindeua apresentam uma visão mais próxima da concepção de direito social. Revelam certo incômodo de como o lazer é tratado nas secretarias, embora explicitem em suas falas os motivos que levam a considerar que há algo “errado”, mas não conseguem apontar qual é o equívoco.

Então, a gente tem essas várias vertentes aqui dentro da secretaria, e a nossa discussão muito aqui é que só se trabalha dentro de Ananindeua. A cultura é muito latente aqui em Ananindeua, dura assim, e isso trabalhando os grandes eventos, pontuais né. A gente tem muito aqui, assim, chega o carnaval, é o Carnanindeua, chega junho, é o Forrónindeua, e tem o aniversário da cidade (G3).

Rua de Lazer, trabalhos onde a gente envolve a comunidade. Só que na nossa, como eu falei para você inicialmente, nas nossas discussões, a gente imagina que o lazer seja uma, uma ilustração muito maior do que só levar essas pequenas ações para a comunidade. Então, o lazer perpassa também pela melhoria da qualidade de vida dos moradores daqui do município de Ananindeua. Então, a gente não tem assim uma... dá um exemplo aqui, a gente tá saindo, saindo que eu digo assim, eu viajo muito para outras cidades, eu vejo as práticas de lazer né, assim, em locais públicos (G4).

As falas acima demonstram fragilidade no entendimento sobre lazer, os sujeitos reconhecem e problematizam que há uma restrição do lazer à promoção de atividades e eventos, que as ações são insuficientes e esporádicas, mas não conseguem apontar para uma visão que supere tal concepção. Sobre essa questão, retomamos as afirmações de Taffarel (2005), quando se refere ao papel que os governos cumprem no processo de

acúmulo de capital ao adotarem como prioridade a mobilização de negócios e a organização de grandes eventos esportivos e de megastrelas ao invés de garantirem a ampliação das experiências e espaços comunitários para as práticas de lazer, garantindo assim o acesso a esse direito.

Todavia, notamos também, na fala de dois gestores, a problematização em relação à inexistência de uma política contínua e permanente que garanta o usufruto pela população de espaços e equipamentos específicos de lazer, o reconhecimento de que o lazer é um aspecto importante para a vida das pessoas e que deve ser garantido pelo poder público, conforme abaixo:

Interessante, apesar de não ter um conceito definido sobre o que é o lazer, mas só da gente escutar as falas dos meninos, a gente pode observar algumas questões que podem caracterizar esse lazer né. Se pensar em atividades que vão desde aquelas que abranjam a cultura, até aquela mais voltadas para a questão da saúde, você pensar na relação também sobre espaços e equipamentos que aqui em Ananindeua, como os meninos bem caracterizaram, é muito carente, e os que existem não são aproveitados (G7).

[...] nas nossas discussões aqui, a gente imagina o lazer um diálogo muito maior do que só isso. É a pessoa que não tem condições de frequentar o shopping, mas ela poderia, sim, frequentar uma atividade relacionada na praça pública que tivesse uma atividade um pouco mais centrada para esse lazer. Mas não temos aqui em Ananindeua, por exemplo, teatro, não temos aqui um local onde as pessoas possam expor suas atividades culturais, né. Assim, então, nas nossas discussões aqui enquanto Secretária, eu acho que até mais do que na Secretaria de Educação, que estão voltados, penso eu, com as atividades da escola, né... a gente pensa aqui na comunidade em si, e a gente não vê um trabalho mais marcante a respeito do lazer (G5).

Dois dos entrevistados relacionam o lazer à dimensão de direito social, demonstrando em suas falas a necessidade histórica de garantir também aos trabalhadores a experiência com o lazer:

Então, a gente pensar sobre o lazer é pensar no lazer como direito, um direito que é para todos, um **direito** que é para os **trabalhadores** também (G6 [grifos nossos]).

É pensar também na questão do trabalho, na própria relação do trabalho, né. Como ele colocou, trazer algo que seja uma melhoria para os trabalhadores, isso tem uma relação direta com o lazer, por exemplo, se a gente for pensar na questão dos teóricos que estudaram o lazer, lazer está sempre relacionado com a questão do trabalho, né. Tempo do não trabalho, tempo livre, categorias que fazem com que a gente compreenda melhor o que é esse lazer (G7).

Nota-se a preocupação desses gestores em ampliar o acesso ao lazer às camadas da população que dependem dos serviços públicos para usufruí-lo, em especial a classe trabalhadora. Reconhecem que trabalho e lazer são dimensões diferentes da vida humana, embora sejam interligadas. Tal compreensão se coaduna com a literatura da área, que indica a necessidade premente de inversão de prioridades e de estabelecimento de uma política emancipatória ampla que garanta acesso aos direitos sociais, incluindo o lazer. Para Amaral:

Como não há, ainda, um tempo de liberdade para os cidadãos, as políticas públicas de lazer precisam questionar os modelos pautados no controle, no assistencialismo e no consumo. É necessário pensar num tempo no qual a população possa usufruir atividades que lhe ajudem a desenvolver sua criticidade, um gosto estético e senso ético que supere os padrões estereotipados e veiculados pela sociedade do consumo (AMARAL, 2008, p. 170).

É importante perceber que há diferenças importantes na concepção de lazer entre os(as) gestores(as) de Marituba e Ananindeua, sendo que no primeiro município a visão apresentada está muito distante de uma compreensão do lazer como fenômeno social, histórico, que permite o **“usufruto do tempo livre para uma atividade livre”** (PEIXOTO, 2011, p. 341 [grifo nosso]), como direito social produzido no conjunto das tensões entre capital-trabalho. Já no município de Ananindeua, existe uma aproximação com tal perspectiva, embora ainda fragilizada pela falta de aprofundamento dos conhecimentos produzidos no campo. De forma geral, o lazer ainda é visto como oferta de atividades com vistas à diversão,

e acaba sendo tratado como paliativo compensatório dos problemas enfrentados pelo conjunto da classe trabalhadora.

Conclusão

A realização deste estudo nos permitiu identificar que o conhecimento dos agentes culturais que atuam na gestão pública sobre o lazer ainda se mostra distante da perspectiva de compreensão de direito social. Foi verificado que os gestores apresentam uma concepção de lazer ainda centrada na oferta de atividades, com perspectiva funcionalista, e que a noção de direito social ainda é incipiente, aparecendo em poucas manifestações dos entrevistados.

Notamos a predominância da formação em Educação Física, cujo tema das políticas públicas de lazer não aparece como escopo da formação continuada. Além disso, o pouco investimento na formação permanente dos agentes culturais é uma realidade presente em vários setores públicos que fazem interface com as políticas de lazer, o que nos leva a crer que pode ser um fator limitador para a ampliação e o aprofundamento do conhecimento dos agentes culturais sobre sua área de atuação.

Por fim, destacamos a ocorrência da relação entre lazer e direitos sociais nas compreensões de alguns gestores, os quais demonstram preocupação sobre o papel do poder público na garantia de acesso e direito ao lazer.

Referências

AMARAL, S. F. Políticas públicas de lazer: existe possibilidades de uma gestão participativa? In: PADILHA, Valquíria. *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

LINHALES, M. A. et. al. Esporte e lazer na Grande BH: por onde caminham as gestões públicas? In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008, p. 13-58.

MARCELLINO, N. et al. *Políticas públicas de lazer - formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba*. Piracicaba: Unimep, 2007.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panaceia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquíria (Org). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 75-103.

PEIXOTO, E. Notas introdutórias sobre a teoria e as categorias centrais para a pesquisa da problemática do lazer. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 332-346, abr. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sdu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639913/7476>>. Acesso em: 11 out. 2012.

_____. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI – alguns apontamentos. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 99, p. 561-586, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 11 out. 2012.

PELLEGRIN, Ana de. Lazer, corpo e sociedade. In: PADILHA, Valquíria (Org). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-Real. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 123-152.

SANTOS, D. C. S. *O lazer no plano diretor das metrópoles amazônicas: um estudo comparativo entre Belém e Manaus*. Belém, 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Qualidade de Vida e Meio Ambiente, Universidade da Amazônia.

TAFFAREL, C. N. Z. Lazer e projeto histórico. *Impulso*, Piracicaba, v. 16, n. 39, p. 91-106, 2005.

Políticas públicas de lazer na região metropolitana de Belém: um estudo com os gestores dos municípios de Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Benevides

*Lucília da Silva Matos*⁶⁷

*Roseane do Socorro da Silva Matos Fernandes*⁶⁸

*Maria da Conceição dos Santos Costa*⁶⁹

*Fátima de Souza Moreira*⁷⁰

*Marlene Feitosa de Sousa*⁷¹

Primeiras palavras: situando a pesquisa e os caminhos metodológicos

Este capítulo – parte de um estudo mais abrangente, intitulado *Mapeamento do perfil socioeconômico, acadêmico e profissional dos gestores, professores e*

⁶⁷ Doutora em Ciências Sociais. Professora do Instituto de Ciências da Educação (UFPA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Lazer e Ludicidade (Moçarai/UFPA). Coordenadora e pesquisadora do Cedes-PA. Belém-PA. E-mail: luciliasmatos@gmail.com.

⁶⁸ Doutora em Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Lazer, Ambiente e Sociedade (Gplas/UFPA). Pesquisadora colaboradora do Cedes-PA. Belém-PA. E-mail: rosereis@yahoo.com.br.

⁶⁹ Doutora em Educação pela UFPA/PPGED. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física (Gepef/UFPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia (Geperuaz/UFPA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação e Trabalho Docente (Gestrado/UFPA). Pesquisadora colaboradora do Cedes-PA. Belém-PA. E-mail: concita.ufpa@gmail.com.

⁷⁰ Doutoranda em Lazer pela UFMG. Vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física (Gepef/UFPA). Pesquisadora colaboradora do Cedes-PA. E-mail: fmoreira@ufpa.br.

⁷¹ Mestre em Educação. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Lazer e Ludicidade na Amazônia (Moçarai/UFPA). Pesquisadora colaboradora do Cedes-PA. Belém-PA. E-mail: marlamorena2@hotmail.com.

militantes culturais: formação e assessoramento de políticas públicas de esporte e lazer, do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Estado do Pará (Cedes-PA) – tem como objetivo mapear as políticas públicas de esporte e lazer dos municípios de Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Benevides, próximos à capital Belém.

Santa Bárbara do Pará (SB) possui população estimada em 27.876 pessoas (IBGE, 2010) e a base de sua economia é a agricultura, o comércio e o turismo (principalmente em função de seus igarapés e festividades). Santa Izabel do Pará (SI), com população estimada em 59.466 pessoas (IBGE, 2010), possui três distritos: Santa Izabel, Americano e Caraparu; tem na sua economia a produção de hortaliças, criação de bovinos, suínos, equinos e aves e é produtora de ração para abastecimento próprio e de outras regiões do estado do Pará. Benevides (BEN), com população estimada em 51.651 pessoas (IBGE, 2010), possui dois distritos: Benevides e Benfica; e sua economia se baseia- principalmente na agropecuária, indústria e serviços.⁷²

Entendemos como Marcellino (2007), que é no município que a vida do cidadão acontece e que o exercício do direito ao lazer é efetivado. Isso fica evidente quando encontramos pessoas que, embora vivam na região metropolitana de Belém, sequer conhecem espaços e equipamentos de lazer da capital ou até da própria cidade em que vivem.

Partimos da premissa de que, quanto mais a pessoa é consciente de seus direitos, mais é motivada a viver, lutar, reivindicar, criar espaços para a vivência de tais direitos. A opção em produzir conhecimentos sobre o tema se justifica pela necessidade de identificar como tais políticas são desenvolvidas nesses municípios. As questões propositivas são: Quais as principais ações de esporte e lazer desenvolvidas nos municípios? Quais os principais limites para a efetivação das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios?

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que lança mão da imersão no campo, desenvolvida em duas etapas articuladas: na primeira etapa, foi

⁷² Para mais informações, ver também o Sistema de Informações de Indicadores Sociais (SIIS) do estado do Pará para os três municípios.

aplicado um questionário aos agentes culturais de lazer para a obtenção de dados socioeconômicos dos sujeitos e como estratégia de aproximação pessoal às prefeituras, uma vez que o primeiro contato das pesquisadoras foi via telefone e e-mail. A segunda, a ida ao campo, optamos pelo grupo focal, pelas razões apresentadas por Oliveira, Leite Filho e Rodrigues (2007, p. 4): “[com as] entrevistas em grupo [...], o resultado será a confiança na interação dos membros do grupo, baseada nos tópicos fornecidos pelo pesquisador que, na maioria das vezes, é também o moderador”.

Para a realização desta metodologia, primeiramente entramos em contato por telefone com funcionários que trabalham na prefeitura de cada um dos municípios, e em seguida, enviamos documentos por e-mail com explicações da segunda fase da pesquisa, e acertamos calendário para a realização do grupo focal com os gestores, pela manhã, e demais agentes culturais⁷³ na parte da tarde. Durante os encontros, estiveram presentes os seguintes gestores, e/ou representantes dos mesmos, das Secretarias, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 - Gestores ou representantes das Secretarias presentes nos Grupos Focais

MUNICÍ-PIOS	Nº	SECRETARIAS	SUJEITOS DA PESQUISA
Santa Bárbara	6	Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo	SB1, SB2, SB3, SB4, SB5 e SB6
Santa Izabel	1	Secretaria Municipal de Educação	SI1
	1	Secretaria Municipal de Saúde	SI2
	1	Secretaria de Assistência	SI3
	1	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Lazer e Desporto	SI4

⁷³ Agentes culturais segundo o Projeto Cedes-PA.

Benevides	5	Secretaria Municipal da Juventude	BEN1, BEN2, BEN5, BEN11, BEN12
	1	Assessoria do prefeito	BEN3
	6	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	BEN4, BEN6, BEN7, BEN8, BEN9 e BEN10
	1	Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo	BEN13

Fonte: Trabalho de campo/grupo focal (2019).

A organização e análise de dados empíricos foram feitas pela técnica de Análise do Conteúdo: da leitura flutuante, seguida da elaboração de um plano de pré-análise, que “corresponde a uma etapa que tem por objetivo [...] sistematizar as ideias iniciais” (BARDIN, 1977, p. 95). Assim, organizamos as informações com referência nos critérios de recorrências e de singularidades das falas, conforme expostas nos Quadros 1 (acima) e 2 (a seguir).

A implementação de políticas públicas de lazer nos municípios do Pará

É oportuno destacarmos que a realidade das políticas públicas de lazer nos municípios do Pará nos impele à necessidade de avançar em um referencial teórico, que se aproxima de valores culturais e políticos de igualdade, justiça e emancipação popular. Segundo Frey (2000) e Muller e Surel (2002), frequentemente é utilizado o modelo de abordagem sequencial na implementação e avaliação de políticas públicas, comumente chamado de ciclos, que consideramos importantes para a efetivação dessas políticas, embora entendemos que estes não precisam ser pensados numa lógica estanque, podendo ser estabelecidas articulações diferenciadas entre eles, como a formulação, implementação e avaliação. Também consideramos

o contexto de cada município, articulado a estes ciclos: sua realidade socioeconômica, cultural e política, bem como se os gestores acumulam conhecimento técnico e administrativo para coordenar o conjunto de política necessária.

No ciclo de **formulação** de uma política de lazer, devem ser planejadas ações a partir do diagnóstico das necessidades e viabilidades de execução do município. Os recursos financeiros, a equipe técnica e a concepção de lazer devem ser expressos na concepção da política. Quanto ao ciclo de **implementação**, é a etapa do desenvolvimento de projetos e ações de lazer que respondam às necessidades localizadas no diagnóstico local, favorecendo a participação da comunidade e sua autonomia. É o que Marcellino (1996) nomeia como o duplo aspecto educativo do lazer (pelo/para o lazer). O ciclo da **avaliação** é seminal para a conferência da efetividade da política (como os objetivos foram alcançados, identificar percalços e produzir estratégias para superação, bem como potencializar as ações exitosas). Uma etapa fecunda para evidenciar dados para o planejamento posterior, considerando os novos elementos da conjuntura que possa aparecer.

Vale ressaltar que nossa compreensão de lazer se assume como uma necessidade humana, como uma dimensão da cultura (GOMES, 2016) e como um direito social público financiado pelo Estado (MARCELLINO, 2007; MASCARENHAS, 2005). O lazer enquanto fenômeno social urbano moderno, resultante da nova organização do trabalho e do tempo, a partir da era da Revolução Industrial, em um contexto da sociedade moderna capitalista, que o torna esvaziado de seu sentido de criação e humanização:

[...] o lazer se apregoa como um espaço de expressão e vivência de diferentes manifestações culturais e concepções de mundo, colocando-se como um fenômeno social, que não é abstrato, passando a influenciar e ser influenciado pela cultura hegemônica capitalista, que trazendo em seu espaço essas contradições do sistema hegemônico se apresenta também como um espaço de resistência e de construção de novas possibilidades de ações educativas emancipatórias a partir de seus conteúdos (MOREIRA; MATOS, 2006, p. 4).

São muitas as formulações sobre a concepção e o conceito de lazer. Para Padilha (2006, p. 9), “[...] como qualquer outro conceito, o lazer é polissêmico, tem vários sentidos e, portanto, acredito que sua compreensão pode tornar-se mais efetiva quando se tem clara uma determinada visão de mundo e dos sujeitos que vivem nele [...]”. Neste sentido, reafirmamos o lazer como um direito social⁷⁴ para que seja assegurado como política pública para todos, na superação das barreiras que edificam a exclusão social.

Na defesa do lazer como direito social, a política pública deve assegurar a democratização do acesso aos seus diferentes conteúdos culturais, com a possibilidade, caso necessário, de um novo trato a esses conteúdos, com práticas pelo/para o lazer e críticas reflexivas que contribuam para a formação de todos os sujeitos: crianças, jovens, adultos e idosos. Porque há uma trajetória hegemônica dos conteúdos físico-esportivos nas práticas de lazer (CAMARGO, 1986; MARCELLINO, 1996; PINTO, 2006; ISAYAMA, 2007), distanciando-se, geralmente, de vivências com reflexão crítica, participativa e com viés emancipador por meio das práticas corporais construídas historicamente pela humanidade.

Uma política pública de lazer deve, também, superar modelos tradicionais de gestão setorializada, visando uma gestão participativa e intersetorial, envolvendo em seus planejamentos ações articuladas entre as diferentes Secretarias, com eixo comum de ação para o município, aproximando setores como: esporte, lazer, educação, turismo, cultura, saúde, assistência, meio ambiente, urbanismo, entre outros. A ação participativa e intersetorial configura o reconhecimento de crianças, jovens, adultos e idosos enquanto sujeitos históricos, sujeitos de culturas, de direitos que podem contribuir com as políticas públicas participativas, assim como a gestão intersetorial é permeada pelo conjunto de conhecimentos

⁷⁴ Direito social que deve refletir o campo jurídico, assegurado na Constituição de 1988, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217 (BRASIL, 1988).

multidisciplinares, os quais compreendem o ser humano em sua totalidade, a partir do conjunto das necessidades humanas encontradas em todas as áreas sociais, que dialoguem permanentemente com a realidade concreta dos territórios.

Com relação às políticas intersetoriais, entendemos que desenvolver políticas de lazer como direito social implica fundamentalmente em romper com a perspectiva “isolada do lazer, o lazer pelo lazer, e sim pensá-lo como direito à cidade” (MATOS, 2001, p. 119), pois, para tê-lo, é necessária uma rede de serviços articulados para o acesso digno à sua vivência no estreitamento de setores do município, como emprego, saúde, educação, transporte, saneamento básico, cultura, esporte, entre outros,. Para tanto, faz-se necessário: a) envolver, além dos setores municipais, representantes e entidades comunitárias; b) articular parcerias; c) definir conjuntamente o(s) eixo(s) central(is) como foco à(s) ação(ões), sempre considerando a realidade da comunidade, previamente diagnosticada; d) criar grupo de trabalho para desenvolver planejamento conjunto com as contribuições e responsabilidades de cada setor, assim como acompanhar e avaliar as ações para ajustes quando necessário; e) estimular permanentemente a ideia da parceria, solidariedade e importância de cada sujeito no processo (PINTO, 2008).

Moreira (2006) apregoa a ideia de dois nortes para a implementação das políticas de lazer: um que opta pelo caminho do assistencialismo e das ações isoladas e desconectadas das outras políticas do governo, com conteúdo tantas vezes focados em práticas esportivas, sem elo com a realidade local, que posiciona o lazer como reprodutor e mantenedor da ordem social, dissimulando conflitos e diferenças de classes; outro, que opta pelo caminho da garantia e ampliação dos direitos e concebe as políticas de lazer como potencial para uma educação emancipatória, com acesso aos diferentes interesses culturais do lazer.

Ações nos municípios: limites e possibilidades para a vivência do lazer como direito social

Os gestores destacaram ações de lazer desenvolvidas nos municípios durante o grupo focal. Alguns aspectos foram julgados como limitadores pelos gestores para a consolidação e o avanço dessas políticas, e nos dão pistas para apontar procedimentos à formação continuada como mecanismo de reflexão/ação na superação desses limites.

O Quadro 2, a seguir, apresenta as principais ações citadas pelos gestores, nessa perspectiva. Lembrando que, conforme mostra o Quadro 1, do município de Santa Bárbara havia apenas representantes da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, enquanto no município de Santa Izabel e Benevides havia representantes de quatro Secretarias diferentes.

Quadro 2 - Principais ações de lazer das prefeituras dos municípios de SB, SI e BEN

MUNICÍPIOS / SECRETARIAS	PRINCIPAIS AÇÕES DE LAZER DESENVOLVIDAS
Santa Bárbara do Pará Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo	Eventos esportivos de futebol, projetos de musicalização, projeto de dança, eventos de datas comemorativas, apoio à algumas ações da comunidade (troféus, medalhas, ajuda na organização), turismo nos balneários (Igarapés).
Santa Izabel do Pará Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Lazer e Desporto	Saúde: academia ao ar livre; projetos na área da educação articulados com o esporte e o lazer por meio da educação física; projeto escolinha de basquete, futebol de salão e vôlei; ciranda cultural: apresentação de dança e teatro no ginásio municipal; turismo balneários. Eventos de datas festivas: Festival do Açaí na comunidade de Jundiáí, Festival da Mandioca, Festa do Produtor Rural em parceria com as comunidades,

Santa Izabel do Pará Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Lazer e Desporto	Festa de Natal com apresentações culturais na praça, teatro dos idosos, dança das crianças, grupos de dança da cidade. Apoio às ações das comunidades (troféus, medalhas, etc.).
Benevides Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Lazer e Desporto	Campeonato Peladão, Futebol Pelada; futebol de salão; banda de música do município; curso de horta; pedalada (evento ciclístico); Semana de Educação Ambiental; campeonato de futebol; eventos de datas festivas (Carnaval, Festa Junina, Círio, 30 de março com desfile da beleza negra, show da liberdade); apoio a algumas iniciativas da comunidade.

Fonte: Trabalho de campo / grupo focal (2018-2019).

Visualizamos que todas as Secretarias desenvolvem ações no âmbito do lazer na tentativa de aproximação nos diferentes conteúdos culturais que, segundo Dumazedier (1973), são classificados de acordo com o interesse principal do sujeito: físicos, artísticos, manuais, intelectuais e sociais. Além destes, a literatura científica aponta outros, como os interesses turísticos (CAMARGO, 1986) e virtuais (SCHWARTZ, 2003). Essas classificações devem ser vistas com flexibilidade e análise crítica, pois as pessoas têm interesses diversificados, e uma atividade pode abranger diferentes interesses. Nesta perspectiva, julgamos importante a reflexão dos gestores destes municípios sobre interesses privilegiados em detrimento de outros.

[...] Ainda existe muito coronelismo na política. [...] É assim, se a gente marcar um campeonato e algum deles entender que não acontece aquele campeonato sempre, pelo simples capricho deles, eles fazem com que não aconteça aquilo. [...] Porque se você faz um projeto bom, mas não foi ele quem fez, ele não deixa passar aquilo não (BEN14).

Conforme Mascarenhas (2003), é necessário um novo paradigma para as práticas e políticas de lazer, superando certas modalidades tradicionais de

lazer a fim do surgimento de novas construções alternativas e participativas. O autor destaca que é necessário um novo projeto histórico, de

[...] uma sociedade que garanta a todos os seus membros o efetivo direito de acesso aos bens e riquezas materiais e simbólicas produzidas, assegurando-lhes democraticamente a condição de cidadania, dispensando-lhes igual tratamento sob o ponto de vista da condição comum de cidadãos, livres das relações de dominação, opressão, exploração ou exclusão (MASCARENHAS, 2003, p. 157).

O lazer enquanto categoria histórica da vida humana possibilita processos formativos por meio de seus conteúdos culturais, que são intersetoriais e multidisciplinares quando compreendemos a dimensão e condição humana na atual sociedade capitalista. Assumir o lazer enquanto direito público social é contribuir para a emancipação humana e o enfrentamento das relações de opressão e práticas excludentes na sociedade, quer seja no campo ou na cidade, junto com os sujeitos que integram o conjunto da sociedade.

Outra dificuldade enfrentada no desenvolvimento das políticas de lazer no município no qual atuam é a ausência de qualificação, queixa recorrente, como podemos constatar:

Falta mais qualificação (SB5); Falta de compromisso de quem é capacitado em transmitir esses conhecimentos (SI2); acontece muito da nossa Secretaria, a gente até tem um corpo técnico bom, só que não tá na área que ele vai corresponder melhor. Por exemplo, a minha formação mesmo completa é só o Ensino Médio [...] (BEN7).

Mascarenhas (2003) e Silva et al. (2004) apontam a necessidade de processos formativos para todos os sujeitos que atuam nas políticas públicas de lazer, a partir do amplo debate sobre concepções e práticas de lazer, as quais possam subsidiar o desenvolvimento profissional na intervenção e construção de práticas emancipatórias e populares. Ainda segundo Silva et al. (2004, p. 64), os autores destacam que a função de um agente de lazer é de um “intelectual que luta pela emancipação popular, produzindo

cultura e a moral das relações pedagógicas”. Para isto, é necessário conhecer a realidade da comunidade “e conhecer suas especificidades culturais, econômicas e estruturais. Na operacionalização do atendimento do lazer, é necessária uma educação para a participação da sociedade civil no exercício da cidadania para a formação humana, crítica e solidária” (SILVA et al., 2004, p. 45).

Falta de recurso e até ausência de espaço, equipamentos e materiais para o melhor funcionamento da Secretaria estão entre as situações adversas, também vividas pelos gestores nesses municípios:

Nós estamos há dois anos aqui, e aí a gente sempre se vira nos trinta pra tentar fazer com que as nossas ideias possam vir a se tornar realidade. Então, eu acredito que a nossa maior barreira hoje é encontrar essa saída dentro da questão orçamentária (BEN4); as dificuldades, é a nível estrutural de recurso (SB3).

Outra realidade vivida pelos municípios é a ausência de levantamento das manifestações e grupos culturais e de esporte que desenvolvem ações independentes no município, como podemos atestar com a fala de SI3: “Precisamos de um diagnóstico [...]. Precisa realmente de uma política mais efetiva voltada para essa população que na maioria das vezes não tem condição nenhuma, eles vivem totalmente insalubres em casebres [...]”.

Como vimos em Frey (2000), Muller e Surel (2002), é necessário para a implementação e avaliação de políticas públicas as articulações que integram os ciclos para sua efetivação, como a formulação, implementação e avaliação em cada município. Isto requer um planejamento integrado, trabalho colaborativo entre todos os sujeitos que atuam nas políticas públicas de lazer, compreendendo o campo socioeconômico, cultural e político, assim como um profundo diagnóstico das necessidades e viabilidades de execução, com seus recursos financeiros, a equipe técnica e a concepção de lazer, que devem ser expressos na concepção da política. É necessário conhecer os sujeitos que integram os municípios, suas formas de sociabilidade, de trabalho, de acesso à cidade, ao campo, bem como as práticas corporais materializadas nos territórios que o integram.

Sem um diagnóstico que traduza a realidade, o poder público pode oferecer ações sem ou de pouco interesse da população, e o lazer precisa estar na rotina das pessoas, enquanto um direito social, público, que contribui para a formação humana, para a emancipação (FREIRE, 2012) dos sujeitos, aqueles que são oprimidos, excluídos do acesso e permanência, e com qualidade às políticas públicas, as quais devem contribuir com a vida de todos os sujeitos da cidade e do campo.

Outra problemática são as ações realizadas, setorizadas, em cada equipe das Secretarias, além da falta de divulgação das ações propostas, como aponta SI3: “Eu percebo que todo mundo tá trabalhando, mas cada um ali no seu canto, desenvolvendo, e a sociedade termina não percebendo esse impacto. [...] e se houvesse uma organização, haveria uma divulgação”.

“Falta de continuidade nas políticas na troca de governo” (SB6) é outra adversidade das gestões sentida nos municípios. “Os governos são temporários, eles tão hoje e amanhã não tão mais [...]” (SI2); “Quando sai uma gestão e entra outra, nem todo profissional tem aquele cuidado de deixar os documentos, [...] é trocada a gestão e todo o quadro de funcionários, e aí quebra todo o trabalho” (SI 3).

Ocorre que, muitas vezes, existe uma verdadeira apropriação indevida da máquina pública e das ações políticas. Em decorrência disso, o agente público age motivado por suas próprias preferências e pelo partidarismo político, aniquilando projetos de seus antecessores por serem de outros partidos ou por se mostrarem opositores políticos (ARAÚJO; SOUZA, 2017), incidindo numa uma personalização administrativa, o que prejudica a continuidade de ações, penalizando, muitas vezes, a população local no seu direito ao lazer.

Outra dificuldade relatada por SI3 sobre o quadro de pessoal, em maioria de contrato temporário: “Dentro da secretaria, hoje nós temos mais ou menos uns 130 servidores, desses 130, se 30 é concursado, é muito”. Situação vivenciada pelos outros municípios também.

As condições de trabalho, conforme Oliveira e Assunção (2010, p. 1), envolvem o conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho,

envolvendo as instalações físicas, os materiais e insumos disponíveis, os equipamentos e meios de realização das atividades e outros tipos de apoio necessários, dependendo da natureza da produção. Todavia, as autoras salientam ainda que:

As condições de trabalho não se restringem ao plano do posto ou local de trabalho ou à realização em si do processo de trabalho, ou seja, o processo que transforma insumos e matérias-primas em produtos, mas diz respeito também às relações de emprego. As condições de trabalho se referem a um conjunto que inclui relações, as quais dizem respeito ao processo de trabalho e às condições de emprego (formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade) (OLIVEIRA; ASSUNÇÃO, 2010, p. 1).

O conjunto das condições de trabalho dos sujeitos que atuam nas políticas públicas de lazer também refletem no campo do acesso e da permanência do lazer enquanto direito público e social, na forma de materializar as políticas no município. A ausência de condições dignas de trabalho para os sujeitos que atuam com as políticas ocasiona o processo de precarização e intensificação do trabalho, isto porque as condições objetivas também impactam no modo como as políticas públicas se materializam.

Considerações finais

Este estudo objetivou mapear as políticas públicas de esporte e lazer dos municípios de Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Benevides, pertencentes à região metropolitana de Belém. Para tanto, duas questões balizaram o estudo: a) quais as principais ações de esporte e lazer desenvolvidas nos municípios e b) os principais limites para a efetivação das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios.

As ações desenvolvidas pelos municípios se concentram em: eventos esportivos, atividades com foco na saúde e em projetos de cunho social, ou seja, todas as Secretarias desenvolvem ações no âmbito do lazer na tentativa de aproximação nos diferentes conteúdos culturais. Porém, faz-

se necessário pensar as políticas públicas de esporte e lazer para além da política governamental em si, ou seja, como política isolada de um contexto social. Nesse sentido, as narrativas dos sujeitos da pesquisa indicam que, embora haja algumas ações de esporte e lazer nos municípios, não há políticas estruturadas (projeto, orçamento, pessoal, material, espaços) e o enfoque principal no âmbito do esporte são os eventos, hegemonicamente na modalidade futebol.

Quanto aos principais limites para a efetivação das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios, destaca-se: ausência de qualificação dos profissionais que atuam com o lazer nos municípios; falta de recursos financeiros; insuficiência de espaço físico, equipamentos e materiais esportivos para o melhor funcionamento das Secretarias; inexistência de um levantamento que aponte as manifestações e os grupos culturais e de esporte que desenvolvam ações independentes no município; predomínio de ações setorializadas das secretarias em detrimento de ações intersetoriais; quadro funcional composto em sua grande maioria por servidores temporários.

Os limites citados acima nos dão indícios de que o lazer, como um direito social e como política pública para todos na superação das barreiras que edificam a exclusão social, ainda precisa inverter muitos paradigmas nos municípios de Santa Barbara, Santa Izabel e Benevides.

Por tudo o que foi exposto, cremos que este texto representa um ponto de partida importante para esse campo do saber e para a contribuição do entendimento mais completo de nossas políticas públicas de lazer na região metropolitana de Belém.

Referências

ARAÚJO, Anderson Wagner Santos de; SOUZA, Keyla Mirelly Nunes de. A continuidade e a descontinuidade de políticas públicas na gestão municipal de Petrolina-PE. *Rev. Mult. Psic.*, v. 13, n. 45, supl. 1, p. 282-301, 2017.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *O que é lazer?* São Paulo: Perspectiva, 1986.

DUMAZEDIER, Jofre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FREY, K. 2000. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>. Acesso em: 20.nov.2019.

GOMES, Christianne Luce. Compreensões de lazer/ócio na América Latina: uma análise conceitual. *Licere*, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, dez. 2016.

IBGE. *Censo Demográfico – 2010: Características da população e dos domicílios*. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2019.

ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físicos-esportivos e as vivências de lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Lazer e Cultura*, Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. (Col. Estudos do Lazer).

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____ et al. *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC*. Região Metropolitana de Campinas: Opus Print Editora, 2007.

_____. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. (Col. Educação Física e Esportes).

_____. *Políticas Públicas de Lazer*. Campinas: Alínea, 2008.

MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

_____. *Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

MATOS, Lucília da Silva. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). 2. ed. *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MOREIRA, Fátima de Souza. *Políticas públicas de lazer em Belém: um estudo sobre a gestão coletiva implementada pelo poder público municipal no período de 2001 a 2004*. 2006, 220 f. Dissertação (Mestrado) – PPGED, UFBA.

_____; MATOS, Lucília. Debatendo um campo curricular para o lazer. [Mimeo] – Enarel, Curitiba, nov. 2006, 8 p.

MULLER, P. *Les politiques publiques*. Paris: PUF, 2004.

_____; SUREL, Y. *A análise das políticas públicas*. Pelotas: Educat, 2002.

OLIVEIRA, A. A. R.; LEITE FILHO, C. A. P.; RODRIGUES, C. M. C. O Processo de construção dos grupos focais na pesquisa qualitativa e suas exigências metodológicas. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2007.

OLIVEIRA, D. A.; ASSUNÇÃO, A. A. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

PADILHA, V. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães et al. *Brincar, jogar, viver: lazer e intersectorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

SCHWARTZ, Gisele Maria. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. *Licere*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-32, 2003.

SILVA J. A. A.; SILVA, K. N. P. *Círculos populares de esporte e lazer: fundamentos da educação para o tempo livre*. Recife: Bagaço, 2004.

Política de pão e circo: o que pensam os agentes culturais de Castanhal-PA sobre política de lazer

*Dalva de Cássia Sampaio dos Santos*⁷⁵

*Marcelo Pereira de Almeida Ferreira*⁷⁶

*Maria Carolina Lima do Carmo*⁷⁷

*Thamires Moraes Pantoja*⁷⁸

Introdução

O lazer é uma conquista dos trabalhadores, “Fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia” (MASCARENHAS, 2003, p. 97), que passa a integrar o rol de direitos sociais no Brasil ainda na primeira metade do século XX. Embora o direito ao repouso semanal e às férias remuneradas já constassem nas constituições dos anos 1930, esses direitos “só foram regulamentados em 1956, vinte e dois anos depois. A

⁷⁵ Professora Dra. adjunta A da Faculdade de Educação Física/UFPA. Doutora em Estudos do Lazer/UFMG. Pesquisadora colaboradora do Cedes-PA. E-Mail. dalssia@hotmail.com.

⁷⁶ Professor adjunto da UFPA/Castanhal. Membro pesquisador do Lepel/UFPA e do MTE/Faced/UFBA e atual coordenador da Associação Brasileira de Educadores Marxistas (Abem). Pesquisador colaborador do Cedes-PA. E-mail: russo.marcelo@uol.com.br.

⁷⁷ Graduada em Química Industrial. Graduanda em Licenciatura em Educação Física (UFPA), Campus Castanhal e membro do Grupo de Pesquisa Lepel. E-mail: marialimgd@gmail.com.

⁷⁸ Bacharel em Serviço Social (UFPA). Graduanda em Licenciatura em Educação Física (UFPA), Campus Castanhal. Membro do Grupo de Pesquisa Lepel. E-mail: thami.pantoja@gmail.com.

promulgação desta lei foi feita em 1957 (BRASIL, 1957) e só passou a vigorar de fato em 1958” (SANTOS, p. 2016, p 74).

No século passado também cresceram os serviços privados e públicos na área do lazer, gerando uma série de estudos sobre políticas públicas de lazer no Brasil. A produção científica nesta área na atualidade se ampliou sobremaneira, principalmente nas últimas três décadas, e três aspectos influenciaram esse crescimento acelerado da produção do conhecimento sobre lazer. O primeiro se deve- à conquista do reconhecimento do lazer como parte dos direitos sociais nas leis brasileiras. A exemplo deste quadro, na Constituição de 1988, em seu Art. 6º, temos que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2015), e também o Estatuto das Cidades, em seu Capítulo II, “Dos direitos sociais”, que destaca: “I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2008, p. 9).

O segundo aspecto diz respeito ao surgimento, nesse mesmo período, de mandatos denominados democrático-populares (com forte perfil de políticas públicas progressistas) em níveis municipal, estadual e federal, em que se nota um incremento na organização administrativa das políticas de esporte e lazer nas três esferas de poder.

Em estudos recentes vinculados à pesquisa em andamento sobre o lazer na Amazônia⁷⁹ notou-se o crescimento do número de estados e municípios que reestruturaram a política de esporte e lazer. Algumas políticas vinculadas às políticas de educação e/ou turismo, cultura; outras, com estrutura específica para esporte, com pessoal com corpo técnico

⁷⁹ Pesquisa aprovada e em andamento no edital produtor UFPA/2018, intitulada *O lazer na Amazônia: um estudo das Políticas de Lazer no Município de Castanhal*.

e projetos na área. Notou-se um vínculo direto do esporte as políticas pra juventude em vários estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Paraíba, Alagoas, etc.) e municípios (Rio de Janeiro, São Paulo, Laranjal Paulista-SP, Montes Claros, Manaus, Curitiba Marília, Campina Grande, Natal, Sidrolândia-MS, Marceió, etc.), bem como nos municípios da Região Metropolitana de Belém,⁸⁰ Belém e Ananindeua (SANTOS, 2019).

O terceiro aspecto se deve ao crescimento de cursos de graduação e pós-graduação em que a temática do lazer tem assumido lugar no currículo, como na área da Educação, Educação Física, Turismo, Planejamento Urbano e outras áreas pelo Brasil. Em levantamento pontual no Diretório de Grupos de Pesquisa da Capes,⁸¹ registram-se 1.159 estudos sob a temática das políticas públicas de lazer. Já os artigos em língua portuguesa, reúnem no referido portal 4.804 publicações com a temática do lazer, sendo 4.511 artigos, 229 livros, 58 recursos textuais e 4 resenhas. No entanto, o número de estudos que tratam do tema na região amazônica – embora se constate o crescimento na produção acadêmico-científica – ainda é pequeno.

Nessa perspectiva, esta pesquisa se propõe a contribuir com a ampliação de estudos no campo das políticas públicas de lazer sobre a região e representa os resultados parciais das pesquisas desenvolvidas pela Rede Cedes-Pará, intitulada *Diagnóstico do Perfil socioeconômico, acadêmico e profissional dos agentes culturais de esporte e lazer da região metropolitana de Belém*, com o propósito de analisar a compreensão sobre políticas públicas de lazer dos agentes culturais do município de Castanhal.

O estudo se estrutura a partir da compreensão de que a realidade não é estática, não está “concluída e acabada” e é produto e processo de múltiplas determinações, históricas, dialéticas, contraditórias e que estão em permanente transformação. O que nos impõe compreender que o sistema

⁸⁰ A região metropolitana de Belém envolve os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel, Santa Bárbara e Castanhal (PARÁ, 2011).

⁸¹ Disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/index.pmetabuscap.php?option=com_&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cHM6Ly9ybnAtcHJpbW8uaG9zdGVkLmV4bGlicmlzZ3JvdXAuY29tL3ByaW1vX2xpYnJhcnkvbGlid2ViL2FjdGlvb3I9ZWFyY2guZG8/dmlkPUNBUEVTX1Yx&Itemid=124. Acesso em: 6 dez. 2019.

em vigor pautado no mercado e na superexploração dos trabalhadores tem agudizado as condições de existência da maioria da população em escala planetária. Portanto, os estudos que se propõem a refletir sobre políticas de lazer se pautam nos estudos de análise de uma política social, e portanto, tomamos como referência o que nos recomenda Boschetti

a análise das políticas sociais deve tentar superar enfoques restritos ou unilaterais, comumente utilizados para explicar sua emergência, funções ou implicações. Ao privilegiar os impactos das políticas sociais, as análises pluralistas se habituaram ao racionalismo tecnocrático, que busca enxergar a eficiência e eficácia, sem discutir a (im)possibilidade de justiça social e equidade no capitalismo, e limitando-se a demonstrar os parcos e limitados impactos de programas específicos em situações bem delimitadas histórica e socialmente (BOSCHETTI, 2009, p. 3).

Portanto, nossa análise considera os limites das políticas sociais de atuarem como fator de justiça social no sistema vigente, como aponta Boschett e entende que, no caso do lazer como direito social, permanecem as políticas efêmeras nas áreas das políticas sociais. No entanto, garanti-las é necessário como forma de assegurar direitos que foram historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Boschetti recomenda aos estudos que analisam políticas sociais:

1) buscar analisar a política em sua totalidade, a partir da incorporação analítica dos principais aspectos que a constituem; 2) revelar o caráter contraditório existente entre as determinações legais e a operacionalização da política social; em outros termos, verificar até que ponto os conceitos fundantes das normas legais são estruturadores da política social; 3) articular tanto os determinantes estruturais que conformam a política social quanto as forças sociais e políticas que agem na sua formulação e execução. É possível sinalizar alguns aspectos que constituem elementos empíricos de análise para delineamento do quadro institucional que conforma a política ou programa social avaliado: 1) os direitos e benefícios estabelecidos e assegurados; 2) o financiamento (fontes, montantes e gastos); 3) gestão (forma de organização) e controle social democrático (participação da sociedade civil). Cada um desses aspectos pode ser desdobrado em inúmeros fatores e indicadores, de acordo com os objetivos da avaliação (BOSCHETTI, 2009, p. 10).

A partir dessas recomendações, estruturamos nossos estudos em uma revisão de literatura relacionada aos estudos sobre políticas públicas de lazer no que se refere a gestão de políticas, agentes culturais, conceitos de lazer na sociedade atual e estudos publicados e documentos sobre o município de Castanhal/PA, sua história e atuação nas políticas públicas de lazer. O estudo também se utilizou da coleta de dados em campo, com a aplicação da técnica de grupo focal⁸² com agentes culturais de lazer (gestores, militantes, estudantes, professores, etc.) de Castanhal.

O critério de seleção desses agentes culturais foi o envolvimento dos mesmos com a prática de atividades de lazer, seja como gestores de políticas públicas, atuando em órgãos públicos localizados no município de Castanhal ou mesmo atuando na administração, circulação, produção cultural, na cena artística e/ou esportiva, em suas diversas linguagens e ou modalidades de formas de lazer: artes, esportes práticas corporais, modos de cultura local, dentre outras.

O trabalho com o grupo focal

Para o desenvolvimento deste processo de síntese em torno da realidade das práticas e experiências no campo do lazer em suas várias manifestações, tomemos como referência singular, ainda que não determinante, os denominados “conteúdos do lazer” desenvolvidos por Dumazedier (1980) e Marcellino (1996), que envolvem as práticas corporais esportivas, as intelectuais, as turísticas, as sociais, as artísticas e os manuais. Neste momento registramos o trabalho realizado com o desenvolvimento de investigação fundado no grupo focal (GATTI, 2005) e conduzido por três questões pontuais, a saber: (i) O que pensam os agentes culturais de Castanhal sobre de lazer?; (ii) O que pensam os agentes culturais de castanhal sobre papel do Estado nas políticas de lazer?; e (iii) a superação, ou seja,

⁸² Grupo focal é uma técnica de coleta de dados comumente utilizada em pesquisas na área das ciências sociais. Ver mais em Gatti (2005).

considerando que os limites em torno da política de lazer em Castanhal, por melhor e mais orgânica ao desenvolvimento da cidade que possa ser, ainda necessitará de saltos qualitativos e estruturantes, e portanto, a possibilidade de os agentes participantes do grupo focal poderem apontar horizontes.

A técnica do grupo focal implica na apresentação de uma questão geral e na liberdade dos participantes em responderem, independentemente das opiniões entre si e com os entrevistadores. Estes não se manifestam durante as respostas dos sujeitos participantes até que seja concluída a resposta de maneira geral, quando então parte-se para a questão seguinte, reservando e resguardando os mesmos procedimentos.

Seguem abaixo a transcrição e as reflexões em torno das manifestações dos agentes.⁸³

Sobre a primeira questão, ‘O que pensam os agentes culturais de Castanhal sobre lazer?’, consideramos as passagens abaixo como significativas. No Quadro 1, apresentamos algumas das manifestações e a categorização inicial a elas atribuídas:

FALA DOS SUJEITOS	CATEGORIZAÇÃO INICIAL
O que a gente pensou no teatro assim e todas as artes é pensar nela não como um entretenimento, é pensar nela como busca de reflexão.	lazer como ato individual
O lazer pra nós é o espaço do ócio.	lazer como ato individual
O lazer é aquela parte que vai fazer com que a pessoa saia um pouco daquela rotina pesada, que possa compartilhar emoções , e o lazer ele tá relacionando com que traz prazer à pessoa.	lazer como ato individual socializado

⁸³ A realização do grupo focal foi no dia 1 de outubro de 2019, e contou com a participação de seis agentes/militantes culturais dos campos da música, teatro e juventude. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) referente à investigação.

<p>O lazer vem do esporte, teatro, dança, música e é esse nicho grande, que vai fazer com que a pessoa tenha aquele momento de recarregar as suas forças, pelo menos na minha experiência.</p>	<p>lazer como ato individual socializado</p>
<p>O poder público olha a cidade, olha as praças, olhas as artes como mercadoria e o lazer para nós é ele é o ócio, é o espaço do ócio.</p>	<p>lazer como direito x mercadoria</p>
<p>Eu penso no lazer e ele precisa ser pensado em suas várias vertentes.</p>	<p>lazer socializado</p>
<p>Eu creio que o lazer é um direito, acima de tudo é uma necessidade humana, e aí vai desde o não governamental até o governamental.</p>	<p>lazer como direito e necessidade humana</p>
<p>O primário do ser humano é ter prazer, qualquer coisa na vida a gente faz para o prazer, e o lazer é umas das vertentes.</p>	<p>lazer como direito e necessidade humana</p>
<p>A gente vê que, muitas vezes, os nossos representantes eles usam esse direito que é o lazer como uma estratégia de dominação.</p>	<p>lazer como direito x manipulação</p>
<p>Em muitas sociedades desde o tempo que os representantes utilizavam muito as políticas de pão e circo é como estratégias de dominação e de amansar a população para que não se revoltasse, então a gente vê que até hoje isso é muito recorrente.</p>	<p>lazer como direito x manipulação</p>
<p>O que eu vejo muito na política brasileira de modo geral, municipal, estadual e federal, é ainda uma política de pão e circo, e não vejo a preocupação com o lazer em si, que ele seja construtivo, formativo e inclusivo e plural, não vejo isso, nem em Castanhal, nem no Pará e muito menos pela iniciativa federal.</p>	<p>lazer como direito x manipulação</p>

O conjunto das respostas acima, apresentadas em uma direção “temporal” de manifestação – ou seja, as respostas são apresentadas aqui na ordem à qual foram se dando –, mostra-nos um quadro geral interessante e de necessário registro: da compreensão inicial marcada pela singularidade individual (a manifestação do lazer para si de cada sujeito participante), passando para a manifestação de um lazer singular que é socializado – o compartilhar das emoções; as diversas manifestações do lazer na música, no teatro, na dança e em suas “várias vertentes” – até a realização do lazer como necessidade humana (e portanto, produto humano). Não obstante, parece-nos bastante evidente o corte que existe no desenvolvimento das respostas, de seguir-se das singularidades do lazer em direção ao seu ponto crucial da existência humana, e que são expressões as relações sociais, pois mesmo o lazer é produto social, e assim, também presente na produção da vida (MARX; ENGELS, 2007).

Não é por menos que observamos – mesmo sem ainda termos colocado a questão da política pública em foco – as expressões acerca do papel do Estado neste tema, e nele, como é concreta a expressão de sujeitos que atuam no campo do lazer, o quanto não apenas o Estado é de certa maneira ausente, mas ainda, manipulador do direito ao lazer e promovedor do que identificamos como expressão maior destas relações: a política de pão e circo.

Não à toa, temos em Gomes que:

uma dimensão da cultura constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2004, p.1 25).

O Quadro 2, abaixo, e à luz das manifestações finais da primeira questão, aprofunda as reflexões em torno do papel do Estado nas políticas públicas de lazer:

FALA DOS SUJEITOS	CATEGORIZAÇÃO INICIAL
As políticas públicas têm trazido um grande prejuízo pelo fato de, se a pessoa for evangélica, as políticas de lazer vão ser voltadas para aquela equipe .	lazer direcionado a grupos específicos
As políticas públicas hoje pecam por que ela não é multicultural .	mono cultura
Eles têm, sim, obrigação de oferecer isso porque o crescimento de uma população na questão cultural e intelectual passa também pelo lazer .	desenvolvimento cultural
Eles analisam a cidade como mercadoria ou como espaço da troca da mercadoria.	política pública como mercadoria
Quando a prefeitura pensa em cultura , ela pensa também em grandes shows , ela pensa em grandes artistas, artista de fora .	política pública como mercadoria
Quanto coordenadoria, encontro muita dificuldade para trabalhar esses jovens com o teatro, nem sempre nós temos estrutura da Secult para que a gente possa trabalhar com esses artistas. Nós não temos de fato um apoio pela Secretaria de Cultura , e os nossos artistas são esquecidos , estão ali no cantinho esperando uma oportunidade, que eles apareçam, por que talento nós temos muito na nossa cidade.	política pública como mercadoria
O que a gente tem da juventude de Castanhal é que realmente a gente não tem espaço, e a gente entra em um cenário independente , por isso nós nos encontramos como sujeitos reserva, sujeito de reserva em todos os aspectos. Principalmente que é o nosso espaço artístico da cidade, quando ela falou da Secult, é algo que nos atormenta muito sobre isso.	auto-organização da política cultural

<p>A gente faz aquilo que o governo não faz, no final das contas, é por que não quer.</p>	<p>auto-organização da política cultural</p>
<p>Falta na verdade é vontade política de fazer captação e chegar nos personagens que compõem este cenário.</p>	<p>ausência do poder público</p>
<p>O governo não consegue captar recursos, a mais não tem dinheiro na emenda, o orçamento está extrapolado, ele tem suas prioridades.</p>	<p>ausência do poder público</p>
<p>O que falta na verdade é democratizar mesmo, eu não gosto de tecnobrega, mas deixa o cara curtir a <i>vibe</i> dele lá.</p>	<p>ausência do poder público</p>
<p>É importante lembrar que não há apoio nenhum, inclusive há repressão. A Prefeitura tirou as tomadas que eles ligavam o som, pra proibir.</p>	<p>ausência do poder público e repressão</p>
<p>Está acontecendo com o rap aqui em Castanhal, é que tem as batalhas, que mobilizam muitas pessoas nas praças. Acontece toda semana. Inclusive, a caixa de som tem que ser pequena, pro cara ir carregando do bairro até a matriz. Ainda tem outra, a guarda municipal fica rondando, faz revista em alguns. E eles não conseguem licença.</p>	<p>ausência do poder público e repressão</p>
<p>Não existe o fomento à cultura em Castanhal</p>	<p>ausência do poder público</p>
<p>Essa forma de arte hip-hop, o rap, é muito difícil ter um apoio. Porque geralmente é de resistência e é marginalizado. E a arte que vai ter um apoio é uma arte que vai puxando o saco da burguesia. É uma arte que vai ta, sabe, falando bem de tudo e amando todo mundo: “Eu amo o brasil, a praia é tão bonita, olha o passarinho”... não é o passarinho. A verdade é palavrão, a verdade é sacode, a verdade é perdi meus 20 reais pro polícia. A verdade é essa. A verdade não é outra.</p>	<p>ausência do poder público e auto-organização da política cultural</p>

<p>Não se surpreendam que o governo e os empresários estejam apoiando o Jardim Elétrico, porque o governo não aposta em nada que não esteja dando certo, o governo quer mídia, ele quer todo o trabalho de anos do jardim elétrico⁸⁴ e dizer agora “o governo ta apoiando” estar lá o fulano de tal.</p>	<p>ausência do poder público e auto-organização da política cultural</p>
--	--

Temos, portanto, a construção lógica da relação do lazer como direito (já expresso de maneira mais organizada, enquanto categoria de artistas organizados) e a ausência (e as vezes a repressão) do Estado – da falta de apoio aos artistas locais e, em certa expressão mais “periférica” da cultura, do hip-hop e as batalhas que são marca desta expressão – que contrasta com a capacidade e necessidade de auto-organização de grupos e artistas locais para o desenvolvimento de suas ações e produções. O contraste que se registra em “não existe o fomento à cultura em Castanhal” com “o governo [...] quer todo o trabalho de anos do Jardim Elétrico”, ou seja, a manifestação de um conjunto de artistas locais que precisam do poder público para garantir o uso do solo urbano para seus eventos pontuais (ainda que regulares) e a falta de relação do poder público tanto no campo das possíveis e necessárias parcerias com este segmento quanto também do ponto de vista intersetorial (secretarias diferentes, com diferentes papéis – autorização do uso de espaços públicos e fomento à política cultural) absolutamente ausente, no entendimento dos entrevistados.

O Quadro 3, por fim, apresenta as manifestações correlatas às possibilidades de superação das condições concretas do lazer como direito e políticas públicas:

⁸⁴ O Jardim Elétrico é uma ação auto-organizada de artistas de Castanhal, entre músicos, poetas, artesãos, pintores, e que reúne, também, empreendedores e microempresários locais. São eventos sazonais e que recorrem ao poder público para garantir o direito ao uso do espaço público – praças e locais específicos para eventos.

FALA DOS SUJEITOS	CATEGORIZAÇÃO INICIAL
<p>O sarau da juventude, ele não é como muitos já fizeram crítica, é só um sarauzinho pra gente cirandar. Não é isso a gente tentar instrumentalizar a arte, a cultura pra gente fazer uma propaganda de sociedade. O que a juventude está pensando no direito à cidade? O que é a praça pública? Qual é a tarefa da praça pública?</p>	<p>auto-organização da política cultural e direito à cidade</p>
<p>A gente está buscando mecanismos de usar o lazer como instrumento. Ele não é o fim. Ele não é o produto pronto. Ele é o instrumento para a gente construir uma autoconstrução também do Pajeú, que a gente não vai negar que quer trazer pessoas, a gente faz propagandas para que as pessoas se organizem politicamente, mas a gente também faz a propaganda de um projeto de sociedade.</p>	<p>auto-organização da política cultural e direito/ projeto de sociedade</p>
<p>A grande dificuldade que nós temos em fazer políticas públicas na juventude é que nunca se tem recursos pra nada, nunca tem os espaços pra jovens, para ocupar aquela praça, para praticar esportes, por que já tem as figurinhas carimbadas para ocupar aquele espaço, não existe um planejamento para se trabalhar com a juventude.</p>	<p>ausência do poder público</p>
<p>A secretaria de esporte tem um projeto Corpo Saudável, que é um projeto interessante que existe, mas que também não atende toda a população, porque os horários são escassos também e a gente percebe que é só uma amostra, e nós queremos mais.</p>	<p>ausência do poder público</p>
<p>Enquanto coordenadoria, encontro muita dificuldade para trabalhar esses jovens com o teatro. Nem sempre nós temos estrutura da Secult para que a gente possa trabalhar com esses artistas. Nós não temos de fato um apoio pela Secretaria de Cultura, e os nossos</p>	<p>auto-organização da política cultural</p>

<p>artistas são esquecidos, estão ali no cantinho esperando uma oportunidade que eles apareçam, porque talento nós temos muito na nossa cidade.</p>	<p>auto-organização da política cultural</p>
<p>A gente, com 400 reais, consegue fazer seis bandas tocarem e ter um público bacana, e a prefeitura fica choramingado, dizendo aqui que cultura e lazer têm que ser construída com o grande show e grande evento. E não é, a gente mostra que é possível.</p>	<p>auto-organização da política cultural</p>
<p>Eu sempre converso muito com secretária de cultura: “Vocês centralizam demais a Praça do Estrela”, é linda, tem um espaço bacana, mas precisam chegar lá na periferia da periferia porque o jovem precisa de uma oportunidade para destravar os universos, talvez algumas condições deles nos modelam daquela maneira.</p>	<p>ausência do poder público</p>
<p>O que falta na verdade é o governo, pressão, o governo tem que haver pressão política, é que o governo não trabalha por benevolência.</p>	<p>auto-organização das demandas culturais</p>
<p>A gente se reúne com militante, a gente grita, mas a caneta é dos caras, e se não tem a caneta lá em cima, com sensibilidade com as nossas afinidades, a gente não para de gritar mais vai parar no sol gritando.</p>	<p>auto-organização das demandas culturais</p>
<p>Fortalecer as iniciativas do movimento cultural local.</p>	<p>auto-organização da política cultural</p>
<p>Festival Jardim Elétrico. Trazem artistas de Castanhal com música autoral. Consegue. Está conseguindo. Dar voz à galera que está fazendo arte e que ela abre para a comunidade.</p>	<p>auto-organização da política cultural</p>
<p>Está acontecendo com o rap aqui em castanhal, é que tem as batalhas que mobilizam muitas pessoas nas praças. Acontece toda semana.</p>	<p>auto-organização da política cultural</p>

<p>Imagina uma cidade que já tem o número de bandas que Castanhal, a quantidade de banda que tá disposta a tocar sem receber salário, um salário absurdo. Imagina uma cidade dessa ter um som que pode simplesmente fazer uma solicitação para a prefeitura em vez da prefeitura alugar o som de empresas que trabalham com sonorização. Se a gente tivesse um som, quantos eventos a gente não faria aqui. Do nosso suor. Nem isso a gente tem. A gente não tem um som.</p>	<p>auto-organização da política cultural e projeto de sociedade</p>
--	---

É notório o registro de como os artistas locais, em particular os envolvidos nos estudos do grupo focal em questão, têm clareza sobre o que significa a relação entre o fortalecimento de uma política pública de lazer – na singularidade aqui apresentada, com foco no desenvolvimento cultural da cidade – e o próprio projeto de cidade e de espaços públicos a ela relacionados. Ao mesmo tempo, destacam que, na ausência do poder público no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à cultura (ou, por exemplo, voltadas aos artistas de fora), há a própria ausência de um projeto de cidade, que possa atender às singularidades e riqueza de seu povo.

Ainda que esta expressão possa ser encontrada em diferentes regiões do país, guardadas as devidas particularidades, este estudo revela o que tem se expressado de tratamento da política de lazer no estado do Pará, e por que não dizer, na Amazônia, região esta que tem padecido historicamente com a imposição de sucessivas políticas de planejamento, com o discurso de “desenvolver” a região. Ainda temos na região uma política de saque, implantação de grandes projetos de exploração dos recursos naturais, o que provocou a urbanização acelerada e a degradação ambiental, com sérias consequências para a população local.

Para Rodrigues (1996, p. 22), a Amazônia permanece como “espaço estratégico de acumulação capitalista”, e tal característica coloca a região

na periferia do sistema capitalista. Para Castro (2006; 2008) e Trindade Jr. (s.d.), a Amazônia experimenta o paradigma da economia de fronteira, em que o processo de ocupação se deu a partir das demandas externas e seu desenvolvimento foi marcado por momentos longos de paralisia e decadência econômica. Infelizmente, a região ainda apresenta, em grande parte de seus municípios, os piores índices nacionais no que diz respeito ao acesso a políticas sociais, como educação, saúde, saneamento, acesso à cultura, ao esporte, ao lazer, dentre outros direitos (SANTOS, 2010).

Castanhal, município Amazônico localizado na região nordeste do estado, e que compõe a região metropolitana de Belém, é uma cidade com 173.149 habitantes (IBGE, 2010) localizada ao longo da BR 3016. A cidade tem sua economia baseada na prestação de serviços.

No que se refere ao direito ao lazer, as políticas de lazer no município deram destaque à construção de equipamentos de lazer, como praças e ginásios poliesportivos distribuídos na maioria dos bairros pela cidade (FERREIRA, 2019; SHIMODA FILHO, 2019). No entanto, “embora todos os documentos como a lei orgânica, o PPA e Plano diretor assegurem o direito ao lazer e à preservação do patrimônio ambiental, nota-se que as políticas de lazer ainda possuem a marca de política de lazer eventual com ações pontuais quando a comunidade solicita” (FERREIRA, 2019, p. 52).

A fala dos agentes culturais da cidade de Castanhal revela o descontentamento desse segmento cultural com as práticas na gestão das políticas de lazer no município. Temos, portanto, o registro de um grande desafio no desenvolvimento das políticas de lazer na Região Norte, no Pará e nas singularidades do município de Castanhal/PA, que passa pela identificação do potencial cultural do município, onde a juventude tem um protagonismo na atuação, de maneira autônoma. Assim, as estratégias de desenvolvimento de práticas de lazer, principalmente no que se refere ao campo da cultura, estão em grande medida acontecendo de maneira autônoma, ou, em alguns casos, com apoio em eventos de grupos já consolidados no cenário cultural.

Considerações finais

O direito à cidade “não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais”. Ao contrário, “ele pode apenas ser formado como um renomado e transformado direito à vida urbana” A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. Mas se Park está certo – ao refazer a cidade refazemos a nós mesmos-, então precisamos avaliar continuamente o que poderemos fazer de nós mesmos, assim como dos outros, no decorrer do processo urbano (HARVEY, 2013, p. 28).

E os dados demonstram que os agentes culturais de Castanhal/PA possuem uma visão do lazer praticada pelo estado como uma política de “pão e circo”, uma política de eventos, privilegiando setores já consagrados e/ou favorecendo interesses privados. Por outro lado, os movimentos culturais da cidade têm tratado o lazer como um instrumento de acesso aos direitos culturais, de resistência cultural, de auto-organização e de transformação da realidade.

Referências

BELÉM. *Lei n° 8629*, de 21 de janeiro de 2008, Cria a Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - Sejel, e dá Outras Providências. Belém-PA, 2008.

BOSCHETTI, I. *Dimensões, categorias e indicadores para análise e avaliação de políticas sociais*. Brasília: SER-UNB, 2006.

BRASIL. *Emenda Constitucional, n° 90*. Dá nova redação ao art. 6° da Constituição Federal para introduzir o transporte como direito social. Brasília DF, 2015.

BRASIL. *Estatuto da Cidade*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CASTANHAL. *Decreto n° 117/17*, de 05/10/2017. Secretaria de Esporte e Lazer.

CASTRO, Edna (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: Cejup, 2006.

———. *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: Sesc, 1980.

FERREIRA, E. M. *Políticas públicas de lazer no município de Castanhal: um estudo sobre o Apeú*. Castanhal, 2019. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal do Pará.

GATTI, B. A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro, 2005. Série Pesquisa em Educação.

GOMES, C. L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRASIL. *Lei nº 10.257*, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília DF, 2015.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1856)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PARÁ. *Lei Complementar nº 076*, de 28 de dezembro de 2011. Inclui o município de Castanhal à região metropolitana de Belém e dá outras providências. Belém. DOE nº 32066, de 29 de dezembro de 2011.

PINTO, L. M. S. M. et al. Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). *Gestão de políticas de esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 27-50.

RODRIGUES, E. *Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém*. Belém: Naea/UFGPA, 1996.

SANTOS, D. de C. S. dos. *Políticas públicas de lazer e formação continuada de profissionais: uma análise na prefeitura de Belém*. Belo Horizonte, 2016. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. *O lazer no plano diretor das metrópoles amazônicas: um estudo comparativo entre Belém e Manaus*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia.

SHIMODA FILHO. P. K. *Políticas públicas de esporte e lazer em Castanhal-PA: um estudo do projeto integrada ação na modalidade esportiva do handebol*. Castanhal, 2019. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física) – Universidade Federal do Pará.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. *Terra Livre*, Goiânia, a. 22, v. 1, n. 26, p. 177-194, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.comova.org.br/pdf/Grandes_Projetos_Urbanizacao_do_Territorio_e_Metropolizacao_na_Amazonia.pdf>. Acesso em: 6 out. 2019.



Esta obra foi impressa para a Editora
Paka-Tatu, na cidade de Belém.
Fonte Baskerville / 11/15 em
papel off set 75 gr e o da
capa Triplex 250 em 2019.

O livro traz análises das políticas públicas, memórias e diversidades das práticas de esporte e lazer do Estado do Pará. Os textos que compõem o livro fazem parte do esforço coletivo construído em torno de três projetos de pesquisa estruturantes do Centro de Desenvolvimento de Políticas Públicas em Esporte e Lazer da Rede Cedes do Pará (Cedes-PA): 1) *Observatório do esporte e do lazer de diferentes grupos sociais e étnicos do estado do Pará*; 2) *Memórias do esporte em Belém do Pará*; e 3) *Mapeamento do perfil socioeconômico, acadêmico e profissional dos gestores, professores e militantes culturais – Formação e assessoramento de políticas públicas de esporte e lazer*. Para além do escrito neste livro, há muito o que se contar acerca das pesquisas desenvolvidas até o momento no Cedes-PA, e muitas ainda estão por vir. Boa leitura a todos(as)!

Lucília da Silva Matos e Mirleide Chaar Bahia

